



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 648

Segunda-feira - 03 de Janeiro de 2011

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Arroio Trinta.....	1
Braço do Trombudo.....	6
Caçador.....	10
Campo Alegre.....	10
Canoinhas.....	11
Capinzal.....	17
Catanduvas.....	18
Chapadão do Lageado.....	18
Concórdia.....	23
Forquilha.....	24
Fraiburgo.....	25
Garopaba.....	28
Guaramirim.....	29
Herval do Oeste.....	29
Iomerê.....	29
Irineópolis.....	175
Joaçaba.....	187
Lauro Muller.....	188
Luzerna.....	188
Meleiro.....	188
Porto Belo.....	188
São Pedro de Alcântara.....	189
Tunápolis.....	190
Turvo.....	194
Videira.....	194

## Arroio Trinta

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto N° 1351, de 30 de dezembro de 2010.

DECRETO N° 1351, de 30 de dezembro de 2010.

Altera Valor de Referência Fiscal – VRF e Valores das Tabelas da Lei Complementar nº 1.077/2004 de 08/12/2004 – Código Tributário Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado, para o ano de 2011, o Valor de Referência Fiscal – VRF, para R\$ 28,70 (vinte e oito reais e setenta centavos), sendo aplicado o percentual de reajuste de 6,08% (seis vírgula oito por cento), percentual acumulado de dezembro/2009 a novembro/2010.

Art. 2º - Ficam também alterados os valores da tabela I e tabela IV, da Lei Complementar N° 1.077 de 08/12/04 – Código tributário Municipal, que passam a vigorar, com acréscimo de 6,08% (seis vírgula oito por cento), valores constantes na tabela anexo I, do presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/01/2011.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 30 de dezembro de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 30 de dezembro de 2010.

NELSON CAMPAGNIN  
Secretário Municipal de Administração

#### ANEXO I

#### TABELA I PLANTA GENÉRICA DE VALORES (NOMES DAS RUAS)

MAPA GENÉRICO DE VALORES – IPTU/ITBI					
PLANTA GENÉRICA DE VALORES DE TERRENOS					
VALORES UNITÁRIOS DE METROS QUADRADOS DE TERRENOS					
CÓDIGO	LOGRADOURO	DIST/SETOR	SEÇÃO	Nº QUADRAS	VALOR m2
1	Rua XV de Novembro	01/01	150-X	26 e 40	8,62

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

1	Rua XV de Novembro	01/01	300-X	40 e 41	8,62
				40, 41	
1	Rua XV de Novembro	01/01	450-X	e 44	8,62
1	Rua XV de Novembro	01/01	600-X	43 e 44	8,62
1	Rua XV de Novembro	01/01	700-X	46 e 47	8,62
1	Rua XV de Novembro	01/01	750-X	46 e 48	8,62
1	Rua XV de Novembro	01/01	800-X	46	8,62
1	Rua XV de Novembro	01/01	1000-X	46 e 48	6,02
2	Rua do Comércio	01/01	50-X	8, 16 e 17	8,62
				9, 12, 17 e 18	
2	Rua do Comércio	01/01	350-X		8,62
3	Rua Orlando Zardo	01/01	100-D	19	6,87
3	Rua Orlando Zardo	01/01	100-E	12	8,62
3	Rua Orlando Zardo	01/01	200-X	13 e 19	8,62
3	Rua Orlando Zardo	01/01	300-X	13 e 20	8,62
3	Rua Orlando Zardo	01/01	400-X	13 e 20	8,62
3	Rua Orlando Zardo	01/01	550-X	14 e 21	8,62
3	Rua Orlando Zardo	01/01	600-X	15 e 21	8,62
3	Rua Orlando Zardo	01/01	700-E	15	6,87
3	Rua Orlando Zardo	01/01	700-D	30	5,16
3	Rua Orlando Zardo	01/01	800-D	30	5,16
4	Rua Otilia B. Zardo	01/01	150-X	12, 18, 19 e 26	8,62
5	Rua Galdino Nesi	01/01	200-X	18 e 25	6,87
6	Rua Presidente Castelo Branco	01/01	150-X	39 e 40	6,87
6	Rua Presidente Castelo Branco	01/01	300-X	40 e 42	6,87
6	Rua Presidente Castelo Branco	01/01	400-X	40 e 42	6,87
6	Rua Presidente Castelo Branco	01/01	500-X	43	4,30
6	Rua Presidente Castelo Branco	01/01	550-X	43	4,30
6	Rua Presidente Castelo Branco	01/01	650-X	47 e 49	4,30
7	Rua Pasqual Nava	01/01	100-X	9 e 12	6,87
7	Rua Pasqual Nava	01/01	150-X	10 e 12	6,87
7	Rua Pasqual Nava	01/01	200-X	10 e 11	6,87
8	Rua Padre Augustinho	01/01	50-E	1	5,16
8	Rua Padre Augustinho	01/01	50-D	10	6,02
8	Rua Padre Augustinho	01/01	120-E	1	5,16
8	Rua Padre Augustinho	01/01	120-D	4	6,02
8	Rua Padre Augustinho	01/01	200-X	1 e 4	6,02
8	Rua Padre Augustinho	01/01	250-X	4	6,02
8	Rua Padre Augustinho	01/01	300-X	3 e 5	5,16
8	Rua Padre Augustinho	01/01	400-X	5 e 57	5,16
9	Rua Fidelix Magro	01/01	100-X	1 e 3	5,16
9	Rua Fidelix Magro	01/01	200-X	1 e 54	5,16
10	Rua Virgilio Biava	01/01	100-X	4 e 10	6,02
10	Rua Virgilio Biava	01/01	200-X	4 e 10	5,16
10	Rua Virgilio Biava	01/01	300-E	5	5,16
10	Rua Virgilio Biava	01/01	300-D	11	4,30
10	Rua Virgilio Biava	01/01	450-X	6 e 57	4,30

10	Rua Virgilio Biava	01/01	600-X	7 e 58	5,16
11	Rua João Casaletti	01/01	80-X	4 e 5	5,16
12	Rua Treze Tílias	01/01	200-X	11 e 12	3,44
12	Rua Treze Tílias	01/01	300-X	11 e 13	5,16
12	Rua Treze Tílias	01/01	450-X	6 e 13	5,16
12	Rua Treze Tílias	01/01	600-X	7 e 14	6,87
13	Travessa Santo Abati	01/01	100-X	9 e 10	6,02
13	Travessa Santo Abati	01/01	250-X	1 e 9	6,02
14	Travessa Pasqual Abati	01/01	70-X	12 e 13	6,87
14	Travessa Pasqual Abati	01/01	100-X	12 e 13	5,16
15	Rua Florianópolis	01/01	70-X	19 e 27	6,02
15	Rua Florianópolis	01/01	120-X	20 e 29	5,16
15	Rua Florianópolis	01/01	350-X	20 e 29	5,16
16	Rua Alexandre Lidani	01/01	50-X	27 e 29	6,02
16	Rua Alexandre Lidani	01/01	100-X	19 e 20	5,16
16	Rua Alexandre Lidani	01/01	200-X	19 e 20	3,44
17	Rua Joinville	01/01	80-X	8 e 9	6,87
17	Rua Joinville	01/01	150-X	8 e 1	6,87
17	Rua Joinville	01/01	200-X	1 e 61	6,87
17	Rua Joinville	01/01	250-X	2 e 61	6,87
18	Rua Francisco Nava	01/01	80-X	8 e 16	8,62
18	Rua Francisco Nava	01/01	130-D	8 e 16	8,62
18	Rua Francisco Nava	01/01	130-E	16	5,16
18	Rua Francisco Nava	01/01	180-E	16	5,16
18	Rua Francisco Nava	01/01	180-D	8	6,87
18	Rua Francisco Nava	01/01	350-X	16 e 60	6,02
18	Rua Francisco Nava	01/01	580-X	16 e 60	6,02
19	Travessa José Massaroli	01/01	100-X	22 e 23	3,44
20	Rua Feliz Antonio Spriggo	01/01	100-X	23 e 24	6,87
20	Rua Feliz Antonio Spriggo	01/01	200-X	23 e 24	5,16
20	Rua Feliz Antonio Spriggo	01/01	330-X	22 e 24	5,16
20	Rua Feliz Antonio Spriggo	01/01	500-X	22 e 24	4,30
21	Rua Treviso	01/01	100-X	17 e 18	6,87
21	Rua Treviso	01/01	150-X	23 e 24	6,87
22	Rua Ângelo Rovaris	01/01	100-X	25 e 39	6,87
23	Rua Zibio Maroli	01/01	100-X	25 e 40	6,87
24	Rua Videira	01/01	200-X	26 e 28	3,44
24	Rua Videira	01/01	400-X	41 e 45	6,02
24	Rua Videira	01/01	600-X	44 e 45	6,02
24	Rua Videira	01/01	700-X	45 e 46	6,02
25	Rua Otavio Carvalho	01/01	100-X	40 e 43	6,87
25	Rua Otavio Carvalho	01/01	200-X	42 e 49	6,02
26	Rua José Baldo	01/01	100-X	8 e 61	6,02

27	Rua Vanderlei José Rotta	01/01	100-X	3 e 57	4,30
27	Rua Vanderlei José Rotta	01/01	150-X	55 e 56	4,30
27	Rua Vanderlei José Rotta	01/01	200-X	55 e 56	4,30
28	Rua Orestes Constantini	01/01	80-X	13 e 14	6,87
28	Rua Orestes Constantini	01/01	150-X	6 e 7	4,30
29	Rua José Cividini Primo	01/01	80-X	14 e 15	6,02
29	Rua José Cividini Primo	01/01	150-X	7 e 15	4,30
30	Rua Madalena M. Nordio	01/01	70-X	17 e 23	6,87
30	Rua Madalena M. Nordio	01/01	150-X	16 e 23	3,44
31	Travessa Vitório Manenti	01/01	80-X	41 e 44	6,87
32	Rua Ivo Possato	01/01	80-X	44 e 46	6,02
32	Rua Ivo Possato	01/01	150-X	43 e 47	6,02
33	Rua João Ruzza	01/01	100-X	28 e 34	4,30
34	Rua Vitório da Soler	01/01	60-X	31 e 32	5,16
35	Rua Albano Gemeli	01/01	60-X	31 e 33	5,16
35	Rua Albano Gemeli	01/01	150-X	32 e 33	5,16
36	Rua Fiorelo Magro	01/01	60-X	24 e 36	3,44
36	Rua Fiorelo Magro	01/01	100-D	35	3,44
36	Rua Fiorelo Magro	01/01	100-E	33	5,16
36	Rua Fiorelo Magro	01/01	150-E	33	5,16
36	Rua Fiorelo Magro	01/01	150-D	35	3,44
37	Rua Belvedere	01/01	60-X	36 e 38	3,44
37	Rua Belvedere	01/01	120-X	35 e 37	3,44
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	70-X	19 e 26	6,02
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	150-X	27 e 28	6,02
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	300-X	29, 31 e 34	5,16
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	360-X	33 e 34	5,16
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	400-X	35 e 36	3,44
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	450-X	37 e 38	3,44
39	Rua Maria S. Biava	01/01	80-X	3 e 55	4,30
39	Rua Maria S. Biava	01/01	150-X	3 e 54	4,30
40	Rua Albino Possenti	01/01	200-X	56 e 57	4,30
40	Rua Albino Possenti	01/01	400-X	59 e 58	4,30
41	Rua Irmã Paganini Cividini	01/01	80-E	15	4,30
41	Rua Irmã Paganini Cividini	01/01	100-E	59	4,30
42	Rua Jacob Casaletti	01/01	50-X	21 e 30	6,87
42	Rua Jacob Casaletti	01/01	150-E	30	5,16
42	Rua Jacob Casaletti	01/01	150-D	21	6,87
42	Rua Jacob Casaletti	01/01	250-X	52, 21 e 30	5,16
42	Rua Jacob Casaletti	01/01	450-X	21 e 52	4,30
43	Rua Ludia Crescente Lazare	01/01	50-X	21	5,16
44	Praça dos Motoristas	01/01	100-X	16 e 17	6,87

45	Rua Projetada A	01/01	200-X	29 e 32	5,16
46	Rua Antonio M. Gemeli	01/01	100-X	39 e 42	6,87
46	Rua Antonio M. Gemeli	01/01	150-X	50 e 51	4,30
47	Rua Joaquim Locatelli	01/01	100-X	42 e 51	4,30
48	Rua Luiz Nesi	01/01	150-X	51 e 53	4,30
49	Rua Emilio Cividini	01/01	80-E	54 e 55	4,30
50	Rua Professora Tereza Rovaris	01/01	100-X	54 e 55	4,30
51	Rua Agostinho Spricigo	01/01	180-X	1 e 2	3,44
52	Rua David de Bortoli	01/01	100-X	8	5,16
53	Rua Pedro Baldo	01/01	50-D	62	4,30
53	Rua Pedro Baldo	01/01	100-D	62	4,30
TABELA DE VALOR VENAL DE IMÓVEIS RURAIS POR HECTARES (ha)					
IMPOSTO SOBRE			VALOR POR (ha)		
I – Imóvel Rural			R\$ 2.333,76		

#### TABELA IV PLANTA GERAL DE VALORES DE EDIFICAÇÕES

VALORES DE EDIFICAÇÕES POR M2	
CONSTRUÇÃO	VALOR R\$
Casa	100,48
Apartamento	100,48
Sala Comercial	78,95
Loja	78,95
Especial	57,41
Industria	57,41
Galpão	50,24
Telheiro	21,52

Arroio Trinta – SC, 30 de dezembro de 2010.

#### Decreto Nº 1350, de 30 de dezembro de 2010.

DECRETO Nº 1350, de 30 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item II da Lei nº 1442 de 20/11/2009,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
02.02.04 ADMINISTRAÇÃO  
02.02.04.122 ADMINISTRAÇÃO GERAL  
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL  
02.02.04.122.0402.2003 MANUT. DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
33900000-0100-000 Aplicações Diretas R\$ 7.900,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 7.900,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

§1º. R\$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais), por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
02.02.04 ADMINISTRAÇÃO  
02.02.04.122 ADMINISTRAÇÃO GERAL  
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL  
02.02.04.122.0402.2003 MANUT. DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
31900000-0100-000 Aplicações Diretas R\$ 7.900,00  
TOTAL ANULADO R\$ 7.900,00

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 30 de dezembro de 2010.  
CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 30 de dezembro de 2010.

NELSON CAMPAGNIN  
Secretário Municipal de Administração

### **Decreto Nº 1352, de 30 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº 1352, de 30 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item II da Lei nº 1442 de 20/11/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.01 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO  
02.01.28 ENCARGOS ESPECIAIS  
02.01.28.846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS  
02.01.28.846.2800 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL  
02.01.28.846.2800.0000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS  
33900000-0100.00 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

§1º. R\$ 1.000,00 (Um mil reais), por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.01 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO  
02.01.28 ENCARGOS ESPECIAIS

02.01.28.846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS  
02.01.28.846.2800 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL  
02.01.28.846.2800.0000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS  
46900000-0100.00 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 30 de dezembro de 2010.  
CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 30 de dezembro de 2010.

NELSON CAMPAGNIN  
Secretário Municipal de Administração

### **Portaria Nº 181, de 31/12/2010.**

PORTARIA Nº 181, de 31/12/2010.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e a Lei nº 1043/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a partir desta data, a servidora municipal, LUCIMARA APARECIDA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 944.348.679-20 e Identidade nº 3.410.385, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, admitida por contrato por prazo determinado, pelo período entre 16/08/2010 a 31/12/2010, para exercer a função de AUXILIAR OPERACIONAL II, por 40:00 (quarenta) horas semanais conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 151 de 16/08/2010.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de dezembro de 2010.  
CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 182, de 31/12/2010.**

PORTARIA Nº 182, de 31/12/2010.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público, a senhora SIMONE BOLZON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 029.640.809-33 e Identidade nº 4.260.032, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, para exercer o cargo de AUXILIAR OPERACIONAL II, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:30 às 17:30 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 01/01/2011 à 28/02/2011.



Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de dezembro de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 183, de 31/12/2010.**

PORTARIA Nº 183, de 31/12/2010.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público, a senhora SIRLEI SALUTE SERIGHIELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 987.591.759-15 e Identidade nº 3.460.238, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, para exercer o cargo de AUXILIAR OPERACIONAL II, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 01/01/2011 à 28/02/2011.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de dezembro de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 184, de 31/12/2010.**

PORTARIA Nº 184, de 31/12/2010.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Exonerar a partir desta data, a servidora municipal, ROSILEI APARECIDA NEZI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 039.394.899-48 e Identidade nº 3.947.047, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, admitida por contrato por

prazo determinado, pelo período entre 19/08/2010 a 31/12/2010, para exercer a função de AUXILIAR OPERACIONAL II, por 40:00 (quarenta) horas semanais conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 152 de 19/08/2010.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de dezembro de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 185, de 31/12/2010.**

PORTARIA Nº 185, de 31/12/2010.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público, a senhora JOSÉ ROBERTO TREVISOL BITTENCOURT, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 376.923.809-53 e Identidade nº 555.625, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, para exercer o cargo de MÉDICO, Nível CE-20, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 01/01/2011 à 28/02/2011.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de dezembro de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 186, de 31/12/2010.**

PORTARIA Nº 186, de 31/12/2010.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público, a senhora MELINA DE ALMEIDA CASALETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 058.507.859-90 e Identidade nº 4.623.224-9, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, para exercer o cargo de FISIOTERAPEUTA, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário

compreendido entre 08:00 às 12:00 horas de 2.<sup>a</sup> à 6.<sup>a</sup> feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 01/01/2011 à 28/02/2011.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de dezembro de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei 0669/2010

Lei 0669/2010.

Institui Índice de Atualização Monetária dos Tributos e demais Receitas da Administração Direta e Indireta do Município.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, a reajustar a partir de janeiro de 2011, os tributos, os contratos, revisão salarial dos servidores públicos municipais, as demais receitas da administração direta e indireta, bem como, os créditos de qualquer natureza, inclusive os originários de multas, penalidades pecuniárias e acessórias, inscritos ou não em Dívida Ativa, de acordo com o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM).

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2011, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 4º - Fica revogada a Lei 0639/2009 de 23 de dezembro de 2009.

Braço do Trombudo, em 30 de dezembro de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

#### Decreto 059/2011

DECRETO 059/2010 29.12.2010

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

baseado na Lei 0637/2009 de 14.12.2009, etc

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0100.2015 - Manutenção Coord./Reeq. Atividade Saúde

3190.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

- Total R\$ 6.500,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2009.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de dezembro de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

#### Portaria 152/2010

PORTARIA Nº 152/2010

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor Arnold Mathias, ocupante do cargo de Operador de Trator Esteira, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 13.12.2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 13.12.2010.

Braço do Trombudo, em 29 de dezembro de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

#### Portaria 153/2010

PORTARIA Nº 153/2010

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Isonia Payerl, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 14.12.2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 14.12.2010.

Braço do Trombudo, em 29 de dezembro de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

**Resultado de Licitação Tomada de Preço 59/2010**

Resultado de Julgamento Habilitação e Proposta  
Tomada de Preço 59/2010

O município de Braço do Trombudo, torna público aos interessados, que divulga o resultado do julgamento da habilitação e proposta referente a Tomada de Preço 59/2010 com a finalidade de contratação de empresa para reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Emília Rinnert, situado na Rua Bruno Plaster, tendo como uma única empresa participante Construtora Ipê Amarelo Ltda ME, na qual foi vencedora do certame, num valor total de R\$ 39.990,00 (trinta e nove mil, novecentos e noventa reais), conforme especificações do edital em epígrafe.

Braço do Trombudo, em 29 de dezembro de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/1

**Ata de Registro de 1/2011 - FMS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2011****Número do Registro de Preços: 1/2011****Data do Registro: 03/01/2011****Válido até: 03/01/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de combustível (gasolina comum, etanol e óleo diesel) para abastecer os veículos da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Gasolina Comum (1912)	LT	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPIRANGA	0	2,7600	1
			AUTO POSTO BRAÇO DO TROMBUDO (6303)	WDCOM	0	2,7800	2
2	OLEO DIESEL (353)	LT	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPIRANGA	0	2,0400	1
			AUTO POSTO BRAÇO DO TROMBUDO (6303)	WDCOM	0	2,0800	2
3	Etanol (1913)	LT	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPIRANGA	0	2,0800	1
			AUTO POSTO BRAÇO DO TROMBUDO (6303)	WDCOM	0	2,1000	2

BRACO DO TROMBUDO , 3 de Janeiro de 2011.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/1

**Ata Registro de Preço 1/2011****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2011****Número do Registro de Preços: 1/2011****Data do Registro: 03/01/2011****Válido até: 03/01/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de combustível (gasolina comum, etanol e óleo diesel) para abastecer os veículos da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Gasolina Comum (1912)	LT	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPIRANGA	0	2,7600	1
			AUTO POSTO BRAÇO DO TROMBUDO (6303)	WDCOM	0	2,7800	2
2	OLEO DIESEL (353)	LT	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPIRANGA	0	2,0400	1
			AUTO POSTO BRAÇO DO TROMBUDO (6303)	WDCOM	0	2,0800	2
3	Etanol (1913)	LT	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPIRANGA	0	2,0800	1
			AUTO POSTO BRAÇO DO TROMBUDO (6303)	WDCOM	0	2,1000	2

BRACO DO TROMBUDO , 3 de Janeiro de 2011.

## Caçador

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Edital de Convocação Nº 87

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 87, de 22 de dezembro de 2010.  
Convoca aprovados em Concurso Público.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos dos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o estabelecido no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

#### C O N V O C A:

Os cidadãos, a seguir relacionados, classificados em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 17/11/2006, para TOMAR POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com os Decretos nºs 3.699, de 01/03/2007 e 3.763, de 15/06/2007, que homologaram o resultado final do Concurso, conforme sequência de classificação:

#### PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Andreia Anciutti  
Rosangela Riedi  
Elenir Spezia Correa  
Eliziane Aparecida Batochio Pegoraro  
Luciane Bernart  
Maria Célia Badlhuk Nava  
Janice Aparecida Perboni Schuppel  
Maristela Cordeiro da Silva Alves Ribeiro  
Waldir Schuppel  
Rozana Jungues de Lara  
Marizete Zago  
Lucelia Aparecida Gonçalves Cordeiro Hartmann  
Sandra Elisa Muncinelli

#### PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

Zenilda Bueno Fernandes

#### SECRETÁRIO ESCOLAR

Rhubia de Lemos Estrowispy  
Franciele Perego  
Lucimar Aparecida Appi

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Concurso de Ingresso.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) A escolha de vagas acontecerá no dia 14 de janeiro de 2011, às 16h00 na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Curitibaanos, 600, neste Município e os cidadãos deverão trazer no ato da escolha, documento de identidade e comprovante de escolaridade.

d) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro

de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

## Campo Alegre

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto Nº 6.302 de 14 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.302 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010  
APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL  
DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.651 de 14 de dezembro de 2010; Decreta:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, que Estima a Receita em R\$ 926.844,91 (novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro reais, noventa e um centavos) e, fixa as Despesas em R\$ 4.053.743,24 (quatro milhões cinquenta e três mil, setecentos e quarenta e três reais, vinte e quatro centavos), para o exercício de 2011.

Art.2º) As Receitas efetivar-se-ão dentro das Categorias Econômicas com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 826.283,11
1.3 Receita Patrimonial R\$ 100,00	
1.7 Transferências Correntes	R\$ 818.632,35
1.9 Outras Receitas Correntes	R\$ 7.550,76
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 100.561,80
2.2 Alienação de Bens R\$ 561,80	
2.4 Transferências de Capital R\$ 100.000,00	
SOMA TOTAL	R\$ 926.844,91

Art.3º) As despesas serão realizadas conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Saúde.

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde R\$ 4.053.743,24

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 3.857.648,71
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$ 2.542.861,60	
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$ 1.314.787,11	
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 196.094,53	
4.4.00.00.00.00 - Investimentos R\$ 196.094,53	
SOMA: R\$ 4.053.743,24	

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

# Canoinhas

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Nº. 4.658

LEI Nº. 4.658 DE 22/12/2010  
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE  
CANOINHAS PARA O EXERCÍCIO DE 2011

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

#### LEI

#### I – DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Canoinhas, para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita em R\$ 81.179.896,00 (Oitenta e um milhões, cento e setenta e nove mil, oitocentos e noventa e seis Reais) e fixa a Despesa em R\$ 81.179.896,00 (Oitenta e um milhões, cento e setenta e nove mil, oitocentos e noventa e seis Reais), discriminados nos anexos integrantes desta Lei.

#### II – DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Art. 2º - O orçamento do Município de Canoinhas (Prefeitura, Fundos, Fundações e Câmara de Vereadores) para o exercício de 2011, estima a Receita em R\$ 81.179.896,00 (Oitenta e um milhões, cento e setenta e nove mil, oitocentos e noventa e seis Reais), fixa as Despesas para a Câmara Municipal em R\$ 2.900.000,00 (Dois milhões e novecentos mil Reais), e fixa as despesas da Prefeitura Municipal, Fundos e Fundações em R\$ 78.279.896,00 (Setenta e oito milhões, duzentos e setenta e nove mil, oitocentos e noventa e seis Reais). Estima as transferências financeiras da Prefeitura Municipal ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ao FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ao FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E MELHORIA DA PM DE CANOINHAS, ao FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, à FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS e à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES em R\$ 12.280.287,60 (Doze milhões, duzentos e oitenta mil, duzentos e oitenta e sete Reais e sessenta centavos).

§ 1º - A Receita Consolidada da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	72.659.896,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	8.520.000,00
3. RECEITA TOTAL.....	81.179.896,00

§ 2º - A Despesa Consolidada da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte maneira:

#### I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Cód	ORGÃO	VALOR R\$
01.00	Câmara Municipal de Vereadores de Canoinhas	2.900.000,00
02.00	Gabinete do Prefeito	1.410.000,00

03.00	Secretaria Municipal de Administração e Finanças	6.958.701,80
05.00	Secretaria Municipal de Educação	23.545.434,60
07.00	Secret. Mun. de Des. Social e Família	3.200.300,00
08.00	Secretaria Municipal de Des Econômico	1.670.000,00
09.00	Secretaria Municipal de Des. Rural	943.350,00
10.00	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	445.000,00
11.00	Secretaria Mun. de Planj. E Orçamento	950.000,00
12.00	Secretaria Municipal de Obras e Des. Urb.	15.909.646,00
13.00	Reserva de Contingência	45.000,00
18.00	Fundo Municipal de Assistência Social	1.914.306,00
17.00	Fundo Municipal de Saúde	13.433.107,60
16.00	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	38.120,00
15.00	Funrebompm de Canoinhas	361.920,00
20.00	Fundo de Desenvolvimento Rural	635.670,00
14.00	Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas	374.370,00
19.00	Fundação Cultural de Canoinhas	394.970,00
21.00	Fundo Municipal de Saneamento Básico	6.050.000,00
TOTAL		81.179.896,00
	Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.	12.280.287,60
TOTAL		12.280.287,60

#### II CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
01	LEGISLATIVA	2.900.000,00
04	ADMINISTRAÇÃO	5.948.701,80
06	SEGURANÇA PÚBLICA	361.920,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.330.726,00
10	SAÚDE	13.433.107,60
12	EDUCAÇÃO	23.608.434,60
13	CULTURA	394.970,00
14	DIREITOS DA CIDADANIA	150.000,00
15	URBANISMO	11.412.876,00
16	HABITAÇÃO	822.000,00
17	SANEAMENTO	6.050.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	295.000,00
20	AGRICULTURA	1.516.020,00
22	INDÚSTRIA	500.000,00
23	COMERCIO E SERVIÇOS	1.170.000,00
25	ENERGIA	2.172.170,00
26	TRANSPORTES	2.404.600,00
27	DESPORTO E LAZER	374.370,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	3.290.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00
TOTAL		81.179.896,00
	Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.	12.280.287,60
TOTAL		12.280.287,60



## III – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
31	AÇÃO LEGISLATIVA	2.900.000,00
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	870.000,00
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	8.250.621,80
181	POLICIAMENTO	296.950,00
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTE	140.120,00
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	3.890.606,00
301	ATENÇÃO BÁSICA	5.036.240,00
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	6.267.307,60
303	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	1.688.400,00
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	231.860,00
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	509.300,00
361	ENSINO FUNDAMENTAL	17.643.714,60
363	ENSINO PROFISSIONAL	63.000,00
364	ENSINO SUPERIOR	50.000,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	5.745.720,00
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	106.000,00
392	DIFUSÃO CULTURAL	394.970,00
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	150.000,00
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	7.392.876,00
452	SERVIÇOS URBANOS	1.210.000,00
482	HABITAÇÃO URBANA	822.000,00
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	6.050.000,00
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	295.000,00
606	EXTENSÃO RURAL	1.516.020,00
662	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	500.000,00
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	735.000,00
695	TURISMO	435.000,00
752	ENERGIA ELÉTRICA	2.172.170,00
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.107.650,00
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	374.370,00
843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	2.550.000,00
845	TRANSFERÊNCIAS	520.000,00
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	220.000,00
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00
TOTAL		81.179.896,00
	Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.	12.280.287,60
TOTAL		12.280.287,60

## IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

CÓDIGO	PROGRAMAS	VALOR (R\$)
0000	Operações Especiais	3.290.000,00
0001	Processo Legislativo	2.900.000,00
0002	Organização e Modernização Administrativa	1.410.000,00
0003	Modernização da Administração Geral	3.668.701,80
0015	Economia Melhor	1.635.000,00
0017	Educação Eficiente	847.000,00
0020	Assistência Social Gerencial	1.917.000,00
0021	Meio Ambiente e População Consciente	295.000,00
0022	Planejamento Eficiente	870.000,00
0023	Agricultura Eficaz	495.000,00

0025	Administração de Obras e Serviços Públicos	2.810.000,00
0027	Assistência à Saúde em Geral	535.000,00
0028	Assistência ao Menor	38.120,00
0029	Cidade Segura	361.920,00
0030	Melhoria nas Atividades Esportivas	374.370,00
0031	Cultura ao Alcance de Todos	394.970,00
0101	Educação de Qualidade para Todos	22.698.434,60
0102	Desenvolvimento Social e da Família	1.283.300,00
0106	Assistência ao Pequeno Produtor Rural	448.350,00
0108	Ações de Infra-estrutura e Serviços Públicos	19.414.646,00
0112	Saúde de Qualidade aos Canoinhenses	12.898.107,60
0118	Propriedades Porteira Adentro	316.170,00
0120	Desenvolvimento Social e da Família - FMAS	1.914.306,00
0122	Prog Municipal de Incentivo à Fruticultura	106.500,00
0130	Programa de Incentivo à Pecuária	106.500,00
0131	Programa Mun de Incentivo à Olericultura	106.500,00
9999	Reserva de Contingência	45.000,00
TOTAL		81.179.896,00
	Transferências Financeiras concedidas aos Fundos, Fundação e à Câmara de Vereadores.	12.280.287,60
TOTAL		12.280.287,60

## V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes		65.994.373,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	34.035.710,00
3.2.00.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	850.000,00
3.3.00.00..00.0000.00	Outras Despesas Correntes	31.108.163,00
Despesas de Capital		15.140.523,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	12.790.523,00
4.5.00.00.00.00.00.00	Inversões Financeiras	650.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida	1.700.000,00
Reserva de Contingência		45.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	45.000,00
TOTAL		81.179.896,00

Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores	12.280.287,60
TOTAL	12.280.287,60

## III - DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CA-NOINHAS

Art. 3º - O Orçamento da entidade Prefeitura para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 67.357.720,00 (Sessenta e sete milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte Reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores em R\$ 12.280.287,60 (Doze milhões, duzentos e oitenta mil, duzentos e oitenta e sete Reais e sessenta centavos) e fixa as Despesas em R\$ 55.077.432,40 (Cinquenta e cinco milhões, setenta e sete mil, quatrocentos e trinta e

dois Reais e quarenta centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	59.167.720,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	8.190.000,00
3. RECEITA TOTAL.....	67.357.720,00

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
04	ADMINISTRAÇÃO	5.948.701,80
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.378.300,00
12	EDUCAÇÃO	23.608.434,60
14	DIREITOS DA CIDADANIA	150.000,00
15	URBANISMO	11.412.876,00
16	HABITAÇÃO	822.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	295.000,00
20	AGRICULTURA	880.350,00
22	INDÚSTRIA	500.000,00
23	COMERCIO E SERVIÇOS	1.170.000,00
25	ENERGIA	2.172.170,00
26	TRANSPORTES	2.404.600,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	3.290.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00
TOTAL		55.077.432,40
Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.		12.280.287,60
TOTAL		12.280.287,60

#### II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes		41.602.526,40
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	24.226.780,00
3.2.00.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	850.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	16.525.746,40
Despesas de Capital		13.429.906,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	11.079.906,00
4.5.00.00.00.00.00.00	Inversões Financeiras	650.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	Amortização de Dívida	1.700.000,00
Reserva de Contingência		45.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	45.000,00
TOTAL		55.077.432,40
Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.		12.280.287,60
TOTAL GERAL		12.280.287,60

#### IV - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

Art. 4º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 1.515.606,00 (Um milhão, quinhentos e quinze mil, seiscentos e seis Reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 398.700,00 (Trezentos e noventa e oito mil e setecentos reais) e fixa as despesas em R\$ 1.914.306,00 (Um milhão, novecentos e quatorze mil, trezentos e seis Reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	1.215.606,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	300.000,00
3. RECEITA TOTAL.....	1.515.606,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.914.306,00
TOTAL		1.914.306,00

#### II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes		1.450.841,00
3.3.00.00..00.0000.00	Outras Despesas Correntes	1.450.841,00
Despesas de Capital		463.465,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	463.465,00
TOTAL		1.914.306,00

#### V - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Art. 5º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 5.678.020,00 (Cinco milhões, seiscentos e setenta e oito mil e vinte Reais) as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 7.755.087,60 (Sete milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitenta e sete Reais e sessenta centavos) e fixa as Despesas em R\$ 13.433.107,60 (Treze milhões, quatrocentos e trinta e três mil, cento e sete Reais e sessenta centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	5.648.020,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	30.000,00
3. RECEITA TOTAL.....	5.678.020,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:



**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
10	SAÚDE	13.433.107,60
<b>TOTAL</b>		<b>13.433.107,60</b>

**II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

Despesas Correntes		12.915.107,60
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	7.134.430,00
3.3.00.00..00.0000.00	Outras Despesas Correntes	5.780.677,60
Despesas de Capital		518.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	518.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>13.433.107,60</b>

**VI - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUN DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CANOINHAS**

Art. 6º O Orçamento da entidade Fundo Municipal da Infância e Adolescência para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 14.120,00 (Quatorze mil, cento e vinte reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 38.120,00 (Trinta e oito mil, cento e vinte Reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	14.120,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00
3. RECEITA TOTAL.....	14.120,00

§ 2º - A Despesa da entidade do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	38.120,00
<b>TOTAL</b>		<b>38.120,00</b>

**II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

Despesas Correntes		34.120,00
3.3.00.00..00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	34.120,00
Despesas de Capital		4.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	4.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>38.120,00</b>

**VII - DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS – FUNREBOMPM DE CANOINHAS**

Art. 7º - O Orçamento da entidade Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e Melhoria da Polícia Militar de Canoinhas para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 261.920,00 (Duzentos e sessenta e um mil, novecentos e vinte Reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 361.920,00 (Trezentos e

sessenta e um mil, novecentos e vinte Reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	261.920,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00
3. RECEITA TOTAL.....	261.920,00

§ 2º - A Despesa da entidade do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e Melhoria da Polícia Militar de Canoinhas será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
06	SEGURANÇA PÚBLICA	361.920,00
<b>TOTAL</b>		<b>361.920,00</b>

**II– CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

Despesas Correntes		144.768,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	144.768,00
Despesas de Capital		217.152,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	217.152,00
<b>TOTAL</b>		<b>361.920,00</b>

**VIII - DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS**

Art. 8º - O Orçamento da entidade Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 4.370,00 (Quatro mil trezentos e setenta Reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 370.000,00 (Trezentos e setenta mil Reais) e fixa as Despesas em R\$ 374.370,00 (Trezentos e setenta e quatro mil, trezentos e setenta Reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	4.370,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00
3. RECEITA TOTAL.....	4.370,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
27	DESPORTO E LASER	374.370,00
<b>TOTAL</b>		<b>374.300,00</b>

**II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

Despesas Correntes		354.370,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	160.000,00

3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	194.370,00
Despesas de Capital		20.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	20.000,00
TOTAL		374.370,00

## IX - DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS

Art. 9º O Orçamento da entidade Fundação Cultural de Canoinhas para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 24.970,00 (Vinte e quatro mil, novecentos e setenta Reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 370.000,00 (Trezentos e setenta mil Reais) e fixa as Despesas em R\$ 394.970,00 (Trezentos e noventa e quatro mil, novecentos e setenta Reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	24.970,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00
3. RECEITA TOTAL.....	24.970,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
13	CULTURA	394.970,00
TOTAL		394.970,00

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes		378.970,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	175.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	203.970,00
Despesas de Capital		16.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	16.000,00
TOTAL		394.970,00

## X - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Art. 10º - Orçamento da entidade Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 273.170,00 (Duzentos e setenta e três mil, cento e setenta reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 362.500,00 (Trezentos e sessenta e dois mil e quinhentos Reais) e fixa as Despesas em R\$ 635.670,00 (Seiscentos e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta Reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	273.170,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00
3. RECEITA TOTAL.....	273.100,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
20	AGRICULTURA	635.670,00
TOTAL		635.670,00

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes		513.670,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	513.670,00
Despesas de Capital		122.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	122.000,00
TOTAL		635.670,00

## XI - DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 11. O Orçamento da entidade Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 0,00 (Zero reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 2.900.000,00 (Dois milhões e novecentos mil Reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.900.000,00 (Dois milhões e novecentos mil Reais).

§ 1º Os recursos disponíveis serão realizados mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, discriminado nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.....	2.900.000,00
2. TOTAL.....	2.900.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
01	LEGISLATIVA	2.900.000,00
TOTAL		2.900.000,00

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes		2.600.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.240.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	360.000,00
Despesas de Capital		300.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	300.000,00
TOTAL		2.900.000,00

## XII - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 12. O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saneamento Básico para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 6.050.000,00 (Seis milhões e cinquenta mil Reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 0,00 (Zero Reais) e fixa as Despesas em R\$ 6.050.000,00 (Seis milhões e cinquenta mil Reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras

do Tesouro Municipal, discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1. RECEITAS CORRENTES.....	6.050.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00
3. RECEITA TOTAL.....	6.050.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
17	SANEAMENTO	6.050.000,00
TOTAL		6.050.000,00

#### II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes		6.000.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	100.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.900.000,00
Despesas de Capital		50.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	50.000,00
TOTAL		6.050.000,00

Art. 13. Os recursos da Reserva de contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme segue:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

R\$ 1,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA		45.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	45.000,00
EVENTOS		
Descrição		Valor
Arrecadação de tributos menor do que a prevista no orçamento		22.500,00
Ocorrência de epidemias, enchentes, estiagem e outras situações de calamidade pública.		22.500,00
TOTAL		45.000,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 20/12/2011 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, descritos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por Lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 14. A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação em conformidade com a Portaria Interministerial SOF/STN nº 163/2001 e suas alterações, e normas editadas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC.

§ 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar por Lei específica, dotações, de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

§ 2º Durante a execução orçamentária de 2011, autorizado por Lei, o Poder Executivo poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos fiscais, na forma de crédito adicional especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2010.

Art. 15. Poderá o Poder Executivo, mediante Lei específica, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais até o limite de um quarto do montante das respectivas dotações orçamentárias, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, observados os valores disponíveis por fontes de recursos;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las;

V – convênios não previstos no orçamento geral da prefeitura.

Parágrafo único: excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 16. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operação de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64, será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 17. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais de projetos, atividades ou operações especiais, mediante Lei específica.

Art. 18. Durante o exercício de 2011 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei ou por créditos adicionais.

Art. 19. Através de Lei específica autorizativa, mediante convênio, acordo ou ajuste, o Município poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 20. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 21. Ficam consignadas nas dotações de pessoal previsão para concessão de revisão e/ou correção salarial.

Parágrafo Único – As dotações de pessoal do orçamento poderão ser suplementadas sempre que necessário para fazer frente às despesas geradas com a reposição e/ou correção salarial, conforme disposto no “caput” deste artigo.

Art. 22. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, beneficiará somente aquelas declaradas de utilidade pública municipal de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (Art. 17 da Lei Municipal 4.564/2010)

Parágrafo único: sem prejuízo das disposições contidas no caput, a destinação de recursos a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos dependerá, se assim entendido necessário, da edição e publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios e objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade.

Art. 23. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, mediante Lei específica de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Art. 24. Até 30 de março de 2011, deverá o Poder Executivo Municipal encaminhar ao Poder Legislativo, Projeto de lei visando promover alteração na Lei orçamentária anual, adequando-a a receita realizada no Exercício 2010, inclusive quanto a dotação consignada para o Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único. Se for o caso, no mesmo prazo consignado no caput deste artigo, deverá ser realizado mediante projeto de lei específico, as alterações necessárias no Plano Plurianual 2010 – 2013 e na Lei de Diretrizes orçamentárias 2011.

Art. 25. A presente Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas (SC), 22 de dezembro de 2010.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 22/12/2010.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Edital de Chamamento de Aprovados em Concurso Nº 57/2010**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura de Canoinhas

#### **EDITAL DE CHAMAMENTO DE APROVADOS EM CONCURSO**

O Secretário Municipal de Administração e Finanças do Município de Canoinhas - SC, no uso de suas atribuições e mediante determinação do Chefe do Poder Executivo Municipal, convoca os candidatos aprovados no concurso previsto no Edital nº 001/2009, a seguir relacionados, para aceite de vaga e nomeação para posse de cargo público, devendo comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta dias), no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA da relação dos documentos indicados no

Edital nº 57/2010 da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, disponibilizado junto ao mural de publicações da Prefeitura Municipal de Canoinhas e junto ao endereço eletrônico [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

002 - PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL  
JUCIANE SAMARA PAZDA

Canoinhas/SC, 29 de dezembro de 2010.  
ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Edital de Chamamento de Aprovados em Concurso Nº. 56/2010**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura de Canoinhas

#### **EDITAL DE CHAMAMENTO DE APROVADOS EM CONCURSO**

O Secretário Municipal de Administração e Finanças do Município de Canoinhas - SC, no uso de suas atribuições e mediante determinação do Chefe do Poder Executivo Municipal, convoca os candidatos aprovados no concurso previsto no Edital nº. 002/2007, a seguir relacionados, para aceite de vaga e nomeação para posse de cargo público, devendo comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº. 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta dias), no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA da relação dos documentos indicados no Edital nº. 56/2010 da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, disponibilizado junto ao mural de publicações da Prefeitura Municipal de Canoinhas e junto ao endereço eletrônico [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

#### **QUADRO 1 - CARGOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL**

CARGO 002 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
MARCIA SACALA  
ZILMA APARECIDA FERREIRA DE SOUZA

Canoinhas/SC, 29 de dezembro de 2010.  
ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Capinzal**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **Decreto 001.2011**

DECRETO Nº 001, DE 3 DE JANEIRO DE 2011.  
Designa Comissão Permanente de Licitações.

Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nº 8.666/93, que institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública,

#### **DECRETA:**

Art.1º Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem até o dia trinta e um (31) de dezembro de 2011, Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Capinzal:

I - Membros efetivos:  
a) Paulo Ronaldo Wames;



- b) Celestina Alves Ramos Azevedo; e  
c) Elisângela Aparecida Bagnolin.

**II - Membros Suplentes:**

- a) Divair Dias de Vargas;  
b) Carla Dambrós Viccari; e  
c) Leila Vieira Kerschner Dambrós.

Art. 2º A Comissão Permanente de licitações reunir-se-á sempre que houver procedimentos relativos a licitações e deverá proceder em conformidade com a regulamentação exigida na Lei, salvo quando designada Comissão Especial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 3 de janeiro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

**Decreto 002/2011**

DECRETO Nº 002, DE 3 DE JANEIRO DE 2011.

Nomeia Pregoeiros e Equipe de Apoio para realização de licitação na modalidade pregão, para todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Capinzal.

Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Federais nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e nº 5.504, de 05 de agosto de 2005 e Decreto Municipal nº 004 de 06 de janeiro de 2006,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais Paulo Ronaldo Wames e Maria Dagmar Wolff Surdi, para exercerem a função de pregoeiros até o dia trinta e um (31) de dezembro de 2011, na realização de pregões de todos os órgãos da Administração Direta do Município de Capinzal, para aquisição de bens e serviços comuns no Município de Capinzal.

Art. 2º Ficam também nomeados, para Equipe de Apoio do pregoeiro, os Servidores Públicos:

- I - Membros efetivos:  
a) Elisângela Aparecida Bagnolin; e  
b) Maria Dagmar Wolff Surdi.

**II - Membros Suplentes:**

- a) Josi Mary Coas; e  
b) Celestina Alves Ramos Azevedo

Art. 3º Os pregoeiros solicitarão aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios na modalidade de pregão, sempre que se fizerem necessários.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 3 de janeiro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

## Catanduvas

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Extrato de Contrato Nº 001/2011**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2011

É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Contrato de Rateio celebrado entre o Município de Catanduvas e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para o exercício de 2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Prazo de vigência: de 03 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Valor global 2.688,00 (dois mil seiscentos e oitenta e oito reais).

Data e assinatura do contrato: 03 de janeiro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Portaria Nº 387.2010 de 29.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 387/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 78, da Lei Complementar Nº 008, de 23.12.99,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder e autorizar a gozar férias regulamentares aos servidores municipais abaixo relacionados, no período de 03.01.2011 à 01.02.2011.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ÓRGÃO
ADEMAR PODGAIESTSKY	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
ADELICIO DA SILVA	2009/2010	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
ADRIANA MACHADO CORREIA	2009/2010	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
ALEXSON MACHADO	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
CLAUDIA ADRIANA AMORIM	2009/2010	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
CLAUDINEI SCHNEIDER	2008/2009	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
DILVA ROSA CORREIA PAUL	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
ERNESTO FRANCISCO	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes





ELIZANDRO ASSING	2009/2010	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
GERUSA ANACLETO	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
JOÃO CLEMENTE	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
JULIANA MARIA LONGEN	2009/2010	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
LAURITA PAUL	2009/2010	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
LÍDIA TEREZINHA PALHANO DE SOUZA	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
LENIR PAUL KERSCHBAUM	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
LEANDREIA H. DA SILVA	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
LUCIANI PAUL KERSCHBAUMER	2009/2010	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
LUCELIA KEMPNER INACIO	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
MÁRCIA SCHWAMBACH SCHIMIT	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
NERCI RAMOS	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
PEDRO LOPES	2009/2010	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
ROGERIO CAPISTRANO	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
RONI CAPISTRANO	2009/2010	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
SIMONE CORDEIRO DOS SANTOS	2009/2010	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
SERGIO SCHNEIDER	2009/2010	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
SOLANGE DA SILVEIRA MARQUEZ	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
VANIO KERSCHBAUM	2010/2011	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
VERA LUCIA GRACI DEMENTRIO	2009/2010	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de dezembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 388/2010 de 29.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 388/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder e autorizar LILIANE SCHEIDT JASPER, servidora desta Prefeitura, ocupante do cargo efetivo de professora de Educação Infantil, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a gozar 20 (vinte) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2008/2009 de 03.01.2011 a 22.01.2011 e 20 (vinte) dias referente ao período aquisitivo 2009/2010 de 23.01.2011 a 11.02.2011, acrescidas de 1/3 do

abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário conforme art.78, § 3º da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de dezembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 389/2010 de 29.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 389/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder e autorizar NEIDE SEBOLD DA SILVA, servidora desta Prefeitura, ocupante do cargo efetivo de professora, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, gozar 20 (vinte) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2008/2009 de 03.01.2011 a 22.01.2011 e 20 (vinte) dias referente ao período aquisitivo 2009/2010 de 23.01.2011 a 11.02.2011, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário conforme art.78, § 3º da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de dezembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 390.2010 de 29.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 390/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder e autorizar ISOLETE SEBOLD PEREIRA, servidora desta Prefeitura, ocupante do cargo efetivo de professora de Educação Infantil, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, gozar 15 (quinze) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2008/2009 de 03.01.2011 a 17.01.2011 e 20 (vinte) dias acrescidos de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme art.78, § 3º da LC nº 008, de 23.12.99, referente ao período aquisitivo de 2009/2010, para serem gozadas de 18.01.2011 à 06.02.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de dezembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 391.2010 de 29.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 391/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder e autorizar EVA KEMPNER INACIO, servidora desta Prefeitura, ocupante do cargo efetivo de professora, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, gozar 15 (quinze) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2009/2010 de 03.01.2011 a 17.01.2011 e 20 (vinte) dias acrescidos de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme art.78, § 3º da LC nº 008, de 23.12.99, referente ao período aquisitivo de 2010/2011, para serem gozadas de 18.01.2011 à 06.02.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de dezembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 392/2010 de 29.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 392/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder e autorizar VILMA ROSA CORREIA DE OLIVEIRA, servidora desta Prefeitura, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, gozar 15 (quinze) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2009/2010 de 03.01.2011 a 17.01.2011 e 20 (vinte) dias acrescidos de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme art.78, § 3º da LC nº 008, de 23.12.99, referente ao período aquisitivo de 2010/2011, para serem gozadas de 18.01.2011 à 06.02.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de dezembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 393.2010 de 29.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 393/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder e autorizar DALVA PASSIG DA SILVA, servidora desta Prefeitura, ocupante do cargo efetivo de professora, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, gozar 15 (quinze) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2009/2010 de 03.01.2011 a 17.01.2011 e 20 (vinte) dias acrescidos de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme art.78, § 3º da LC nº 008, de 23.12.99, referente ao período aquisitivo de 2010/2011, para serem gozadas de 18.01.2011 à 06.02.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de dezembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 394.2010 de 29.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 394/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder e autorizar MAICOM DE SOUZA, servidor desta Prefeitura, ocupante do cargo efetivo de professor de Educação Física, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, gozar 10 (dez) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2008/2009 de 03.01.2011 a 12.01.2011 e 20 (vinte) dias acrescidos de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme art.78, § 3º da LC nº 008, de 23.12.99, referente ao período aquisitivo de 2010/2011, para serem gozadas de 13.01.2011 à 01.02.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de dezembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 395.2010 de 29.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 395/2010

- CONSIDERANDO, o Edital de Processo Seletivo nº 001/2010/SMECE;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal Nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar Nº 006 de 23/12/99 e Lei Complementar Nº 008 de 23/12/99,

**RESOLVE**

Art.1º Admitir em caráter temporário, JULIE MARA DE OLIVEIRA, para exercer as funções do Cargo de Professora ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na Unidade de Educação Infantil Professor Verry Passig - junto a Creche Municipal de Chapadão do Lageado, Nível II - Anexos III, V e VI da Lei Complementar nº 006, de

23.12.99, pelo período de 03.01.2011 a 04.02.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 396.2010 de 29.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 396/2010

- CONSIDERANDO, o Edital de Processo Seletivo nº 001/2010/SMECE;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal Nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar Nº 006 de 23/12/99 e Lei Complementar Nº 008 de 23/12/99,

#### **RESOLVE**

Art.1º Admitir em caráter temporário, MARINELMA RAYMUNDO, para exercer as funções do Cargo de Professora ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig - junto a Creche Municipal de Chapadão do Lageado, Nível II - Anexos III, V e VI da Lei Complementar nº 006, de 23.12.99, pelo período de 03.01.2011 a 04.02.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 397/2010 de 29.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 397/2010

- CONSIDERANDO, o Edital de Processo Seletivo nº 001/2010/SMECE;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal Nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar Nº 006 de 23/12/99 e Lei Complementar Nº 008 de 23/12/99,

#### **RESOLVE**

Art.1º Admitir em caráter temporário, REGIANE MARQUEZ, para exercer as funções do Cargo de Professora ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig - junto a Creche Municipal de Chapadão do Lageado, Nível III - Anexos III, V e VI da Lei Complementar nº 006, de 23.12.99, pelo período de 03.01.2011 a 04.02.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 398/2010 de 29.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 398/2010

- CONSIDERANDO, o Edital de Processo Seletivo nº 001/2010/SMECE;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal Nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar Nº 006 de 23/12/99 e Lei Complementar Nº 008 de 23/12/99,

#### **RESOLVE**

Art.1º Admitir em caráter temporário, BEATRIZ KARNOSKI JASPER SEBOLD, para exercer as funções do Cargo de Professora ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig - junto a Creche Municipal de Chapadão do Lageado, Nível III - Anexos III, V e VI da Lei Complementar nº 006, de 23.12.99, pelo período de 03.01.2011 a 04.02.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 399/2010 de 31.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 399/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 78, da Lei Complementar Nº 008, de 23.12.99,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder e autorizar a gozar férias regulamentares, a servidora AVANESA KERSCHBAUM WILL, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo - 40 horas, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, relativas ao período aquisitivo de 2009/2010, para serem gozadas de 03.01.2011 a 01.02.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 31 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 400/2010 de 31.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 400/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 78, da Lei Complementar Nº 008, de 23.12.99,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder e autorizar a gozar férias regulamentares, a servidora JAQUELINE FRANCISCO, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Nível Médio - 40 horas, na Secretaria Municipal de

Administração e Planejamento, relativas ao período aquisitivo de 2009/2010, para serem gozadas de 03.01.2011 a 01.02.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 31 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Edital de Processo Licitatório nº 01/2011 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2011

DISPENSA Nº 01/2011

OBJETO: LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL DE 410 M² PARA ABRIGAR A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, O PROJETO BEIJA-FLOR E A CRECHE MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

VALOR: R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), MENSAIS.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inc. I, da Lei n. 8.666/93.

CONTRATADA: NEUZELENE FERREIRA RODRIGUES

Chapadão do Lageado (SC), 03 de Janeiro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Edital de Processo Licitatório nº 03/2011 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2011

- PM

DISPENSA Nº 03/2010 - PM

OBJETO: LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL DE NO MINIMO 250 M² PARA ABRIGAR O JARDIM DE INFÂNCIA PROFESSOR VERNY PASSIG.

VALOR: R\$ 13.743,01 (TREZE MIL E SETECENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E ZERO UM CENTAVOS), pagos em duas parcelas.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inc.X, da Lei n. 8.666/93.

CONTRATADO: ALOISIO SCHMIDT

Chapadão do Lageado (SC), 03 de Janeiro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Edital de Processo Licitatório nº 04/2011 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2010

- PM

DISPENSA Nº 04/2010 - PM

OBJETO: LOCAÇÃO DE 01IMÓVEL COM ÁREA DE 600 m², SITUADA NA AVENIDA 29 DE NOVEMBRO - CENTRO, PARA ABRIGAR A SEDE E GARAGEM(OS EQUIPAMENTOS AS MÁQUINAS) DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS, BEM COMO GARAGEM (PARA VEÍCULOS) DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

VALOR: R\$ 15.387,46 (QUINZE MIL TREZENTOS E OITENTA E

SETE REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS), pagos em duas parcelas.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inc. X, da Lei n. 8.666/93.

CONTRATADO: JOÃO PEDRO MACHADO

Chapadão do Lageado (SC), 03 de Janeiro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Edital do Processo Licitatório nº 02/2011 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 02/2011

- PM

DISPENSA Nº 02/2011 - PM

OBJETO: LOCAÇÃO DE 01 IMÓVEL COM ÁREA DE 180,00 m² (cento e oitenta metros quadrados), SITUADA NA AVENIDA 29 DE NOVEMBRO, nº 1940 - CENTRO, PARA INSTALAÇÃO DA EM-PRESA DEICATEX SERVIÇOS DE FACÇÃO LTDA ME.

VALOR: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) mensais, totalizando R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

FUNDAMENTO: Artigo 24, inc. X, da Lei n. 8.666/93.

CONTRATADO: ALESSANDRO DE SOUZA

Chapadão do Lageado (SC), 03 de Janeiro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato nº 01/2011 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 01/2011 - PM

Número do contrato: 01/2011

Vigência: 03/01/2011 à 31/12/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

Valor: R\$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro reais), totalizando o valor de R\$ 2.688,00 (dois mil seiscentos e oitenta e oito reais).

Objeto: Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Chapadão do Lageado ao CIGA para atendimento ao programa a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Chapadão do Lageado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

DATA DA ASSINATURA: 03 de janeiro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato nº 02/2011 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 02/2011 - PM

Número do contrato: 02/2011

Vigência: 03/01/2011 à 31/12/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: MARCIA M. DA SILVA CIA LTDA - INFO-DIGITALL.

Valor: R\$ 230,47 (Duzentos e trinta reais e quarenta e sete centavos).



Objeto: Locação de Sistema de informática GEDOCK, destinado ao gerenciamento eletrônico de documentos administrativos (Leis Municipais, Decretos, Portarias, Correspondências, Contratos, Requerimentos, Pareceres Jurídicos, Editais, Medidas Provisórias, Lei Orgânica e outros) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital.

Chapadão do Lageado (SC), 03 de janeiro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Extrato do Edital Nº 01/2011/SMECE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL Nº 01/2011/SMECE

"ABRE INSCRIÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES OCUPANTES DE CARGOS EFETIVOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, através da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, torna público que estarão abertas as inscrições para ampliação da carga horária dos professores ocupantes de cargos efetivos, integrantes da Rede Municipal de Ensino do Município de Chapadão do Lageado, com fundamento no art. 31, §§ 4º, 5º, 6º e 7º da Lei Complementar nº 006 de 23.12.1999, com redação da Lei Complementar nº 050 de 09.12.2010, para atender as necessidades curriculares dos estabelecimentos de ensino, conforme segue:

Professor - Educação Infantil

Área de Atuação	Carga Horária	Nº de vagas
Educação Infantil ( 0 a 5 anos)	20	09

Professor – Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)

Área de Atuação	Carga Horária	Nº de vagas
Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	20	2

Somente será alterada a carga horária para o professor que possuir compatibilidade de horário, turma, cargo/função e turno.

INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas nos dias 10 e 11 de janeiro de 2011, das 08h00min às 12h00min horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, situada na Rua Bernardo Henrique Hilleshein, Centro – Município de Chapadão do Lageado.

- Certificado/Diploma de habilitação para a vaga;
- Certidão de tempo de serviço no Magistério Público Municipal, em dias, contados até dia 31.12.2010, expedida pelo departamento de Recursos Humanos;
- Procuração com firma reconhecida em cartório, outorgando poderes expressos para o ato (no caso de requerimento feito por procurador).

O Edital completo está fixado no mural das publicações da Prefeitura Municipal. Informações: Fone: (047) 3537-0072.

Chapadão do Lageado, 03 de janeiro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

## CÂMARA DE VEREADORES

### Contrato N002/2011

Extrato do Contrato nº002/2011

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato nº002/2011.

Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

Contratada: Márcia m. da Silva cia Ltda - infodigitalle

Objeto: Locação de Sistema de informática GEDOC,

Valor mensal: R\$211,72

Data da vigência: 03/01/2011, a 31/12/2011

Chapadão do Lageado, 03 de janeiro de 2011.

LEALBERTO SCHNEIDER

Presidente

### Contrato n001/2011

Extrato do Contrato nº001/2011

Câmara de vereadores de Chapadão do Lageado

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato nº001/2011.

Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

Contratada: Betha Sistemas Ltda

Objeto: sistema de contabilidade pública, sistema de folha de pagamento, sistema de compras e licitações, sistema de patrimônio.

Valor mensal: R\$525,91

Data da vigência:03/01/2011, a 31/12/2011

Chapadão do Lageado, 03 de janeiro de 2011.

LEALBERTO SCHNEIDER

Presidente

## Concórdia

### PREFEITURA MUNICIPAL

### Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 2/2010 FMHIS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE CONCÓRDIA - FMHIS

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2010 - FMHIS

O Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Concórdia - FMHIS, torna público que ratificou o ato da Senhora Genair Lourdes Bogoni, Diretora de Habitação, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso X, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para locação de imóvel, em atendimento a determinação judicial, através do Ofício nº 001/2010/Plantão do Recesso da Promotoria de Justiça, em favor da empresa ESTRELA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA, no valor de R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais).

Concórdia, SC, 30 de dezembro de 2010.

MAURO KICHEL

Gestor do FMHIS



**Extrato do PRIMEIRO Termo Aditivo ao CONVÊNIO Nº 6/2009**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO  
ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 6/2009

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 6/2009, firmado em 24 de agosto de 2009 entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, Gestor do Sistema Único de Saúde - SUS no âmbito do município de Concórdia, instituído pela Lei Complementar nº 36, de 9 de dezembro de 1991, inscrito no CNPJ sob nº 10.455.823/001-65, representado neste ato pela sua gestora, senhora MARIA LUIZA MARCON e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CONCÓRDIA - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001-06, representada pelo seu Presidente, senhor HARRY PERUSIN.

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a renovação do convênio firmado entre o FMS e a CONVENIENTE, que visa o estabelecimento de programa de cooperação técnica e administrativa entre o FMS e a CONVENIENTE visando contemplar fornecimento de equipamentos e materiais de proteção para auxiliar nos atendimentos e emergências.

DATA DA ASSINATURA: 03 de setembro de 2010.

## Forquilha

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Decreto Nº. 109 de 27 de Dezembro de 2010**

DECRETO Nº. 109 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 1.499/2009;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 214.437,12 (Duzentos quatorze mil, quatrocentos e trinta e sete reais e doze centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 03 - Secretaria de Planejamento  
2006 Manutenção Secretaria de Planejamento  
18 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 2.581,52

Órgão 04 - Secretaria de Administração e Finanças  
2008 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
25 - 3191 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 05 - Secretaria de Educação  
2013 Manutenção do Fundeb  
58 - 3191 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2014 Manutenção do Ensino Fundamental/Depto. de Educação  
62 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano  
1033 Abertura de Avenidas Pavim.Man e Drenagem Ruas e Estr. Municipais  
112 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 61.000,00

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo  
2041 Manutenção Secretaria, Cultura, Esporte e Turismo  
120 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

Órgão 10 - Secretaria de Agricultura, e Meio Ambiente  
2030 Manutenção Secretaria Agricultura e Meio Ambiente  
166 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 21.455,60

Órgão 13 - Fundo Municipal de Assistência Social  
2023 Manutenção e Ampliação dos Programas e Serviços Sociais  
175 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde  
2053 Programa de Agentes Comunitários Saúde - PACS  
28 - 3191 - Aplicações Diretas R\$ 4.900,00

2054 Programa de Saúde da Família - PSF  
32 - 3191 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

**TOTAL R\$ 214.437,12**

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 03 - Secretaria de Planejamento  
2006 Manutenção Secretaria de Planejamento  
19 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 581,52  
20 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Órgão 04 - Secretaria de Administração e Finanças  
2008 Manutenção Secretaria de Administração e Finanças  
27 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 05 - Secretaria de Educação  
2008 Manutenção do Fundeb  
57 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2014 Manutenção do Ensino Fundamental/Depto. de Educação  
65 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano  
1033 Abertura de Avenidas Pavim.Man e Drenagem Ruas e Estr. Municipais  
111 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 61.000,00

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo  
2041 Manutenção Secretaria, Cultura, Esporte e Turismo  
123 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

Órgão 10 - Secretaria de Agricultura, e Meio Ambiente  
2030 Manutenção Secretaria Agricultura e Meio Ambiente  
167 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 21.455,60

Órgão 13 - Fundo Municipal de Assistência Social  
2023 Manutenção e Ampliação dos Programas e Serviços Sociais  
179 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde  
2053 Programa de Agentes Comunitários Saúde - PACS  
29 - 3350 - Aplicações Diretas R\$ 4.900,00

2054 Programa de Saúde da Família - PSF  
31 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

**TOTAL R\$ 214.437,12**

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 27 de dezembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 27 de dezembro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Administração e Finanças

## Fraiburgo

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto Nº 0001/2011

DECRETO Nº. 0001, DE 3 DE JANEIRO DE 2011.  
FIXA O VALOR DA UFM (UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com as disposições legais constantes na Lei Complementar nº. 053/2003;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o valor da Unidade Fiscal do Município, para o ano-exercício de 2011, em R\$ 1,43 (Um real e quarenta e três centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 03 DE JANEIRO DE 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### Decreto Nº 0002/2011

DECRETO Nº. 0002, DE 3 DE JANEIRO DE 2011.  
FIXA VALORES PARA A COBRANÇA DE ISSQN, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 87 DA LEI COMPLEMENTAR N. 053/2003, RELATIVA À EXECUÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com as disposições legais constantes no Artigo 87 da Lei Complementar nº. 053/2003,

DECRETA:

Art. 1º Ficam fixados os valores para a cobrança de ISSQN, relativa à execução de mão-de-obra na construção civil, constantes no ANEXO I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 3 DE JANEIRO DE 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### Decreto Nº 0003/2011

DECRETO Nº. 0003, DE 03 DE JANEIRO DE 2011.  
ESTABELECE EXPEDIENTE INTERNO NO PAÇO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido expediente interno no Paço Municipal, localizado na Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., no horário compreendido entre as 8h e 10h, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 03 DE JANEIRO 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto nº 0002/2011 - Anexo I****DECRETO Nº 0002, DE 03 DE JANEIRO DE 2011****ANEXO I**

<b>MATERIAL DE CONSTRUÇÃO</b>	<b>PADRÃO</b>	<b>VALORES EM UFM</b>	<b>VALORES EM REAIS</b>
Comercial em Alvenaria	Luxo	156,58	223,91
Comercial em Alvenaria	Alto	139,80	199,91
Comercial em Alvenaria	Normal	107,55	153,80
Comercial em Alvenaria	Popular	97,12	138,88
Comercial em Alvenaria	Baixo	86,89	124,25
Comercial Mista	Luxo	109,87	157,11
Comercial Mista	Alto	98,09	140,27
Comercial Mista	Normal	75,45	107,89
Comercial Mista	Popular	64,90	92,81
Comercial Mista	Baixo	59,38	84,91
Comercial em Madeira	Luxo	54,94	78,56
Comercial em Madeira	Alto	49,05	70,14
Comercial em Madeira	Normal	37,73	53,95
Comercial em Madeira	Popular	32,97	47,15
Comercial em Madeira	Baixo	29,71	42,49
Industrial em Alvenaria	Luxo	101,40	145,00
Industrial em Alvenaria	Alto	90,53	129,46
Industrial em Alvenaria	Normal	75,45	107,89
Industrial em Alvenaria	Popular	65,02	92,98
Industrial em Alvenaria	Baixo	59,38	84,91
Industrial Mista	Luxo	75,50	107,97
Industrial Mista	Alto	67,41	96,40
Industrial Mista	Normal	56,19	80,35
Industrial Mista	Popular	45,66	65,29
Industrial Mista	Baixo	43,34	61,98
Industrial em Madeira	Luxo	50,72	72,53
Industrial em Madeira	Alto	45,28	64,75
Industrial em Madeira	Normal	37,73	53,95
Industrial em Madeira	Popular	32,92	47,08
Industrial em Madeira	Baixo	29,71	42,49
Residencial em Alvenaria	Luxo	188,16	269,07
Residencial em Alvenaria	Alto	168,00	240,24
Residencial em Alvenaria	Normal	129,23	184,80
Residencial em Alvenaria	Popular	113,96	162,96
Residencial em Alvenaria	Baixo	103,54	148,06
Residencial Mista	Luxo	123,89	177,16
Residencial Mista	Alto	110,61	158,17

**DECRETO Nº 0002, DE 03 DE JANEIRO DE 2011****ANEXO I**

Residencial Mista	Normal	85,08	121,66
Residencial Mista	Popular	74,63	106,72
Residencial Mista	Baixo	65,02	92,98
Residencial em Madeira	Luxo	90,59	129,54
Residencial em Madeira	Alto	80,88	115,66
Residencial em Madeira	Normal	67,40	96,38
Residencial em Madeira	Popular	37,73	53,95
Residencial em Madeira	Baixo	32,92	47,08



# Garopaba

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Aviso de Credenciamento 001/2010 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 001/2011

O Município de Garopaba torna público para conhecimento dos interessados que estará credenciando emissoras de radiodifusão em ondas médias (AM) sediadas no Município de Garopaba, e com incidência majoritária neste, para a prestação de serviços de divulgação das atividades, projetos, atos e campanhas desenvolvidos pelas secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Garopaba e pelo Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. O credenciamento ficará aberto até dia 10 de dezembro de 2011. O edital completo pode ser obtido no site da Prefeitura Municipal [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br).

Garopaba, 03 de janeiro de 2011.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

### Aviso de Extrato de Homologação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 129/2010

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao Pregão Eletrônico nº. 003/2010, que objetiva: Aquisição de 01 (um) veículo tipo Trator Agrícola 0 km, para uso da Secretaria de Agricultura e Pesca, deste Município, HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: Agrowerner Comercio de Maquinas e Implementos Agrícolas Ltda. - Valor total: R\$ 108.999,00. Data da assinatura da homologação: 28/12/2010.

### Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc 129

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Processo nº. 129/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Agrowerner Comercio de Maquinas e Implementos Agrícolas Ltda. - ME; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 01 mês, que vigorará de 01/01/2011 até 31/01/2011, conforme ofício encaminhado pela Secretaria de Agricultura e pesca, deste município; Data da Assinatura: 30/12/2010.

### Aviso de extrato de Termo Aditivo 01.Proc.07

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Processo nº. 07/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Narbal Alves; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 31/12/2011; Data da Assinatura: 30/12/2010.

### Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.106

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 53/2010; Processo nº. 106/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Anic Vescovi Vieira; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 31/12/2011; Data da Assinatura: 31/12/2010.

### Aviso de extrato de Termo Aditivo 01.Proc.121

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Processo nº. 121/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Fogos Primavera Comércio e Shows Pirotécnicos Ltda. - ME; Objeto: Acrescentar ao Processo Licitatório nº. 121/2010, realizado em 03/12/2010, o valor de R\$ 6.278,00 (seis mil duzentos e setenta e oito reais), referentes ao aumento quantitativo de seu objeto; Data da Assinatura: 29/12/2010.

### Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.37 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Processo nº. 37/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Cirúrgica Bela Vista Comercio de Produtos Hospitalares Ltda. - ME; Objeto: Acrescentar ao Processo Licitatório nº. 37/2010, realizado em 06/07/2010, o valor de R\$ 7.540,80 (sete mil quinhentos e quarenta reais e oitenta centavos), referentes ao aumento quantitativo de seu objeto; Data da Assinatura: 30/12/2010.

### Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.49

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Processo nº. 49/2009; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Valdira Furtado Raquel; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 31/12/2011; Data da Assinatura: 30/12/2010.

### Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.49\*

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Processo nº. 49/2009; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Ilton da Silva Lobo; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 31/12/2011; Data da Assinatura: 30/12/2010.

### Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.84

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Processo nº. 42/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Eletrons Materiais Elétricos e Instalações Ltda.; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 31/12/2011, conforme ofício encaminhado pela Secretaria M. de Planejamento Territorial e Meio ambiente, deste município; Data da Assinatura: 30/12/2010.

## Guaramirim

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Pregão Presencial nº 05/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 05/2011

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE HORAS/MÁQUINAS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA

Entrega dos Envelopes: 17/01/2011 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 17/01/2011 às 09:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim-SC, 16/12/2010

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

## Herval do Oeste

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Portaria Nº 933/2010

PORTARIA Nº 933/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por Término de Contrato, a partir de 31 de dezembro de 2010, os Servidores abaixo relacionados, contratados em caráter temporário, os quais exercem as funções do cargo de Professor, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001.

Nº	Matrícula	Nome	Nº Portaria
01	3222	ADÃO CEZAR DE OLIVEIRA	933/01/2010
02	3215	CRISTIANE LIMA	933/02/2010

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval D'Oeste, (SC) em 23 de dezembro de 2010.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

## Iomerê

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto 1090/2010

DECRETO Nº. 1090 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, o valor de R\$ 714,90 (setecentos e quatorze reais e noventa centavos), nas seguintes dotações orçamentárias.

04.00	Secretaria de Educação
2020	Aplicação do FUNDEB
31900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários R\$ 714,90

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 27 de dezembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

#### Decreto 1094/2010

DECRETO Nº. 1094 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento no Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 24,90 (vinte e quatro reais e noventa centavos), nas seguintes dotações orçamentárias.

07.00	Fundo Municipal de Saúde
2061	Manutenção do Fundo de Saúde
31900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários R\$ 24,90

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 28 de dezembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

=[ CPL ]=------{ 001 }-

ANEXO XIII  
CONSOLIDADO DOS QUADROS SÍNTESES DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ POR ORGÃO  
ANO BASE 2011  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FONTE E DESTINAÇÃO

**Anexos da Lei Orçamentária nº 608/2010**

CONSOLIDADO

UNIDADE : CONSOLIDADO		Em R\$ 1,00
<b>TOTAL ORGÃOS</b>		<b>9.543.470,32</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO</b>		<b>9.543.470,32</b>
01- LEGISLATIVA		465.189,27
04- ADMINISTRAÇÃO		1.168.399,99
06- SEGURANÇA PÚBLICA		9.400,00
08- ASSISTÊNCIA SOCIAL		133.089,12
10- SAÚDE		2.086.318,60
12- EDUCAÇÃO		2.413.411,00
13- CULTURA		127.000,00
15- URBANISMO		904.106,42
17- SANEAMENTO		111.000,00
20- AGRICULTURA		1.039.695,92
23- COMÉRCIO E SERVIÇOS		2.500,00
25- ENERGIA		118.360,00
26- TRANSPORTE		662.000,00
27- DESPORTO E LAZER		253.000,00
99- RESERVA DE CONTINGENCIA		50.000,00
<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO</b>		<b>9.543.470,32</b>
031- AÇÃO LEGISLATIVA		465.189,27
122- ADMINISTRAÇÃO GERAL		905.399,99
181- POLICIAMENTO		9.400,00
241- ASSISTÊNCIA AO IDOSO		30.999,58
243- ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		87.289,54
244- ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		14.800,00
301- ATENÇÃO BÁSICA		1.496.642,00
302- ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		575.000,00
304- VIGILÂNCIA SANITÁRIA		7.200,00
305- VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		7.476,60
306- ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		65.000,00
361- ENSINO FUNDAMENTAL		1.677.911,00
362- ENSINO MÉDIO		315.000,00
365- EDUCAÇÃO INFANTIL		350.000,00
367- EDUCAÇÃO ESPECIAL		5.500,00
392- DIFUSÃO CULTURAL		127.000,00
451- INFRA-ESTRUTURA URBANA		904.106,42
512- SANEAMENTO BÁSICO URBANO		111.000,00
602- PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL		35.000,00
606- EXTENÇÃO RURAL		1.004.695,92
695- TURISMO		2.500,00
752- ENERGIA ELÉTRICA		118.360,00
782- TRANSPORTE RODOVIÁRIO		662.000,00
812- DESPORTO COMUNITÁRIO		203.000,00
813- LAZER		50.000,00
846- OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		263.000,00
999- RESERVA DE CONTINGENCIA		50.000,00
<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA</b>		<b>9.543.470,32</b>



=[ CPL ]=------{ 002 }-

ANEXO XIII  
CONSOLIDADO DOS QUADROS SÍNTESES DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ POR ORGÃO  
ANO BASE 2011  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FONTE E DESTINAÇÃO

CONSOLIDADO

0000-	ENCARGOS ESPECIAIS	263.000,00
0001-	PROCESSO LEGISLATIVO	465.189,27
0002-	GABINETE DO PREFEITO	253.000,00
0003-	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	652.399,99
0004-	SEGURANÇA PÚBLICA	9.400,00
0006-	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.742.911,00
0007-	ATENDIMENTO A CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS	350.000,00
0008-	ENSINO MÉDIO	150.000,00
0009-	ENSINO SUPERIOR	165.000,00
0010-	EDUCAÇÃO ESPECIAL	5.500,00
0011-	DESPORTO AMADOR	203.000,00
0012-	PROMOÇÃO DE FESTAS E EVENTOS MUNICIPAIS	50.000,00
0013-	ACERVO CULTURAL	127.000,00
0014-	PROMOÇÃO AO TURISMO	2.500,00
0015-	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	1.004.695,92
0016-	MELHORIA GENÉTICA	35.000,00
0017-	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	904.106,42
0018-	SANEAMENTO BÁSICO	111.000,00
0021-	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	118.360,00
0023-	MALHA VIÁRIA	662.000,00
0024-	ATENÇÃO BÁSICA	1.472.590,64
0025-	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSP	575.000,00
0026-	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	7.476,60
0027-	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.200,00
0028-	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	24.051,36
0030-	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.800,00
0031-	MELHOR IDADE	30.999,58
0032-	ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	87.289,54
9999-	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00

<b>QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS</b>	<b>9.543.470,32</b>
--	---------------------

1-PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ	9.543.470,32
----------------------------------	--------------

## QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESAS

F O N T E	TOTAL	Pessoal e Enc. Sociais	Juros e Enc. Dívidas	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
00-Recursos Ordinários	4.745.080,72	1.431.438,99	0,00	2.560.177,81	753.463,92	0,00	0,00
01-Recursos de Imposto e Transferências d	1.017.051,00	436.000,00	0,00	566.051,00	15.000,00	0,00	0,00
02-Recursos de Impostos e Transferências	1.280.440,64	527.216,34	0,00	744.249,40	8.974,90	0,00	0,00
16-Contribuição de Intervenção do Domínio	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
17-Contribuição para o Custeio dos Serviç	42.360,00	0,00	0,00	42.360,00	0,00	0,00	0,00
18-Transferência do FUNDEB (Aplicação Remu	482.100,00	482.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22-Transferências de Convênios Educação	430.000,00	0,00	0,00	30.000,00	400.000,00	0,00	0,00
23-Transferências de Convênios Saúde	330.000,00	20.000,00	0,00	10.000,00	300.000,00	0,00	0,00
24-Transferências de Convênios Outros	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00
44-Fundo Especial do Petróleo	42.000,00	0,00	0,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00
47-Apoio a Pessoa Idosa API	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
52-Outras Transferências de Recursos do F	6.800,00	0,00	0,00	6.800,00	0,00	0,00	0,00
54-Convênio Trânsito Militar	2.100,00	0,00	0,00	2.100,00	0,00	0,00	0,00
55-Convênio Trânsito Civil	2.100,00	0,00	0,00	2.100,00	0,00	0,00	0,00

=[ CPL ]=------{ 003 }-

ANEXO XIII  
CONSOLIDADO DOS QUADROS SÍNTESES DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ POR ORGÃO  
ANO BASE 2011  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FONTE E DESTINAÇÃO

CONSOLIDADO

56-Convênio Trânsito Prefeitura	1.800,00	0,00	0,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00
58-Salário Educação	43.660,00	0,00	0,00	38.660,00	5.000,00	0,00	0,00
60-Programa Nacional de Alimentação Escol	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00
61-Programa Nacional de Apoio ao Transpor	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
64-Atenção Básica	267.150,00	226.950,00	0,00	40.200,00	0,00	0,00	0,00
65-Atenção de Média e Alta Complexidade A	150.000,00	130.000,00	0,00	19.000,00	1.000,00	0,00	0,00
66-Vigilância em Saúde	14.676,60	0,00	0,00	12.676,60	2.000,00	0,00	0,00
67-Assistencia Farmacêutica Básica	24.051,36	0,00	0,00	24.051,36	0,00	0,00	0,00
87-Alienções de Bens destinados a Progra	25.100,00	0,00	0,00	0,00	25.100,00	0,00	0,00
88-Alienções de Bens destinados a Progra	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
99-Reserva de Contigencia	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL ORGÃOS</b>	<b>9.543.470,32</b>	<b>3.253.705,33</b>	<b>0,00</b>	<b>4.209.226,17</b>	<b>2.030.538,82</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

-= [ CPL ] =----- { 001 } -  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ORGÃOS E FUNÇÕES Exercício: 2011  
 ADENDO VIII A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 9, DA LEI NR. 4.320/64

#12

	Funções	LEGISLATIVA		ADMINISTRAÇÃO	
COD Orgãos					
01 PODER LEGISLATIVO	465.189,27	0,00	0,00	0,00	0,00
02 GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	253.000,00	0,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	915.399,99	0,00
04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>465.189,27</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.168.399,99</b>	<b>0,00</b>

	Funções	SEGURANÇA PÚBLICA	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	
COD Orgãos					
01 PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	9.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	2.086.318,60
08 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	133.089,12	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>9.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>133.089,12</b>	<b>0,00</b>	<b>2.086.318,60</b>

-=[ CPL ]=------{ 002 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ORGÃOS E FUNÇÕES Exercício: 2011  
 ADENDO VIII A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 9, DA LEI NR. 4.320/64

#12

	Funções	EDUCAÇÃO	CULTURA	URBANISMO
COD Orgãos				
01 PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00
02 GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00
03 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00
04 SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	2.413.411,00	127.000,00	0,00
05 SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
06 SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	904.106,42
09 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
08 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>2.413.411,00</b>	<b>127.000,00</b>	<b>904.106,42</b>

	Funções	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	AGRICULTURA
COD Orgãos				
01 PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00
02 GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00
03 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00
04 SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00
05 SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	1.039.695,92
06 SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	111.000,00	0,00	0,00
09 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
08 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>111.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.039.695,92</b>



-=[ CPL ]=------{ 003 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ORGÃOS E FUNÇÕES Exercício: 2011  
 ADENDO VIII A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 9, DA LEI NR. 4.320/64

#12

	Funções	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E S	COMUNICAÇÕES	ENERGIA
COD Orgãos		ERVIÇOS			
01 PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00
05 SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	118.360,00
09 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>118.360,00</b>

	Funções	TRANSPORTE	DESPORTO E L		
COD Orgãos		AZER			TOTAL
01 PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	465.189,27
02 GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	253.000,00
03 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	924.799,99
04 SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	253.000,00	0,00	0,00	2.795.911,00
05 SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	1.039.695,92
06 SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	662.000,00	0,00	0,00	0,00	1.795.466,42
09 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	2.086.318,60
08 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	133.089,12
<b>Total</b>	<b>662.000,00</b>	<b>253.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.543.470,32</b>

-=[ CPL ]=------{ 001 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DA NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
-----  
#07

Orgao.....: [01] - PODER LEGISLATIVO  
Unidade Orcamentaria: [0101] - CÂMARA MUNICIPAL

+-----+-----+-----+-----+-----+				
Codigo	Especificações	Desdobramento	Fonte	Cat.Econômica
+-----+-----+-----+-----+-----+				
30000000	DESPESAS CORRENTES			295.189,27
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			230.000,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS		230.000,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			65.189,27
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS		65.189,27	
+-----+-----+-----+-----+-----+				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			170.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			170.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS		170.000,00	
+-----+-----+-----+-----+-----+				
T o t a l				465.189,27
+-----+-----+-----+-----+-----+				

-----{ 002 }-----  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DA NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
-----  
#07

Orgao.....: [02] - GABINETE DO PREFEITO  
Unidade Orcamentaria: [0201] - GABINETE DO PREFEITO

Codigo	Especificações	Desdobramento	Fonte	Cat.Econômica
30000000	DESPESAS CORRENTES			243.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			198.000,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS		198.000,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			45.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS		45.000,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS		10.000,00	
T o t a l				253.000,00

== [ CPL ] ==-----{ 003 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DA NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
-----  
#07

Orgao.....: [03] - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Unidade Orcamentaria: [0301] - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Codigo	Especificações	Desdobramento	Fonte	Cat.Econômica
30000000	DESPESAS CORRENTES			908.479,99
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			441.367,99
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		1.368,00	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS		439.999,99	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			467.112,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		130.000,00	
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		912,00	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS		336.200,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			16.320,00
44000000	INVESTIMENTOS			16.320,00
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		120,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS		16.200,00	
-----				
T o t a l				924.799,99



== [ CPL ] ==-----{ 004 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DA NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
-----  
#07

Orgao.....: [04] - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentaria: [0401] - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Codigo	Especificações	Desdobramento	Fonte	Cat.Econômica
30000000	DESPESAS CORRENTES			1.968.311,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			918.100,00
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		100,00	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS		918.000,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.050.211,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		5.500,00	
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		51,00	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS		1.044.660,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			445.100,00
44000000	INVESTIMENTOS			445.100,00
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		100,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS		445.000,00	
-----				
T o t a l				2.413.411,00

-=[ CPL ]=------{ 005 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DA NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
-----  
#07

Orgao.....: [04] - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentaria: [0402] - ESPORTE

Codigo	Especificações	Desdobramento	Fonte	Cat.Econômica
30000000	DESPESAS CORRENTES			85.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			85.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS		85.000,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			118.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			118.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS		118.000,00	
Total				
				203.000,00

-----{ 006 }-----  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DA NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
-----  
#07

Orgao.....: [04] - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentaria: [0403] - LAZER

Codigo	Especificações	Desdobramento	Fonte	Cat.Econômica
30000000	DESPESAS CORRENTES			50.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			50.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS		50.000,00	
-----				
T o t a l				50.000,00

-=[ CPL ]=------{ 007 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DA NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
-----  
#07

Orgao.....: [04] - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentaria: [0404] - CULTURA

+-----+-----+-----+-----+-----+				
Codigo	Especificações	Desdobramento	Fonte	Cat.Econômica
+-----+-----+-----+-----+-----+				
30000000	DESPESAS CORRENTES			122.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			122.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS		122.000,00	
+-----+-----+-----+-----+-----+				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS		5.000,00	
+-----+-----+-----+-----+-----+				
T o t a l				127.000,00
+-----+-----+-----+-----+-----+				

-----{ 008 }-----  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DA NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
-----  
#07

Orgao.....: [04] - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentaria: [0405] - TURISMO

Codigo	Especificações	Desdobramento	Fonte	Cat.Econômica
30000000	DESPESAS CORRENTES			2.490,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			40,00
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		40,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.450,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		2.400,00	
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		50,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			10,00
44000000	INVESTIMENTOS			10,00
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		10,00	
-----				
T o t a l				2.500,00



== [ CPL ] ==-----{ 009 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DA NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
-----  
#07

Orgao.....: [05] - SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Unidade Orcamentaria: [0501] - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Codigo	Especificações	Desdobramento	Fonte	Cat.Econômica
30000000	DESPESAS CORRENTES			561.662,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			209.031,00
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		31,00	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS		209.000,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			352.631,00
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		31,00	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS		352.600,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			478.033,92
44000000	INVESTIMENTOS			478.033,92
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		33,92	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS		478.000,00	
T o t a l				1.039.695,92

-= [ CPL ] =-----{ 010 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DA NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 -----  
 #07

Orgao.....: [06] - SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
 Unidade Orcamentaria: [0601] - SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Codigo	Especificações	Desdobramento	Fonte	Cat.Econômica
30000000	DESPESAS CORRENTES			1.339.366,42
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			353.000,00
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		1.000,00	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS		352.000,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			986.366,42
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		1.000,00	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS		985.366,42	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			456.100,00
44000000	INVESTIMENTOS			456.100,00
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		100,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS		456.000,00	
-----				
T o t a l				1.795.466,42

-----{ 011 }-----  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DA NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
-----  
#07

Orgao.....: [09] - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
Unidade Orcamentaria: [0999] - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Codigo	Especificações	Desdobramento	Fonte	Cat.Econômica
90000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			50.000,00
99000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			50.000,00
99990000	RESERVA DE CONTINGENCIA		50.000,00	
Total				
				50.000,00

-=[ CPL ]=------{ 012 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DA NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
-----  
#07

Orgao.....: [07] - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orcamentaria: [0701] - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Codigo	Especificações	Desdobramento	Fonte	Cat.Econômica
30000000	DESPESAS CORRENTES			1.754.343,70
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			904.166,34
31710000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		8.581,20	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS		895.585,14	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			850.177,36
33710000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		8.000,00	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS		842.177,36	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			331.974,90
44000000	INVESTIMENTOS			331.974,90
44710000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		750,60	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS		331.224,30	
Total				2.086.318,60

== [ CPL ] ==-----{ 013 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DA NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
-----  
#07

Orgao.....: [08] - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orcamentaria: [0801] - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Codigo	Especificações	Desdobramento	Fonte	Cat.Econômica
30000000	DESPESAS CORRENTES			133.089,12
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			133.089,12
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS		133.089,12	
Total				133.089,12
Total Geral da Despesa				9.543.470,32

-= [ CPL ] =-----{ 001 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação		Especificações	Códigos
Orgão	PODER LEGISLATIVO		01
Unidade Orçamentária	CÂMARA MUNICIPAL		0101
Função	LEGISLATIVA		01
Subfunção	AÇÃO LEGISLATIVA		031
Programa	PROCESSO LEGISLATIVO		0001
Projeto/Atividade	CONSTRUÇÃO PRÉDIO DA CAMARA		1002

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	160.000,00
44000000		INVESTIMENTOS	160.000,00
44900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	160.000,00
Total			160.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

CONSTRUÇÃO PRÉDIO DA CAMARA	
Ação: 1002	
Objetivo: CONSTRUÇÃO PRÉDIO DA CAMARA	
Justificativa: CONSTRUÇÃO PRÉDIO DA CAMARA	



-= [ CPL ] =-----{ 002 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação		Especificações	Códigos
Orgão	PODER LEGISLATIVO		01
Unidade Orçamentária	CÂMARA MUNICIPAL		0101
Função	LEGISLATIVA		01
Subfunção	AÇÃO LEGISLATIVA		031
Programa	PROCESSO LEGISLATIVO		0001
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES		2003

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	295.189,27
31000000		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	230.000,00
31900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	230.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.189,27
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	65.189,27
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
44000000		INVESTIMENTOS	10.000,00
44900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
Total			305.189,27

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	
Ação: 2003	

-= [ CPL ] =-----{ 003 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação		Especificações	Códigos
Orgão		GABINETE DO PREFEITO	02
Unidade Orçamentária		GABINETE DO PREFEITO	0201
Função		ADMINISTRAÇÃO	04
Subfunção		ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa		GABINETE DO PREFEITO	0002
Projeto/Atividade		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	2004

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	243.000,00
31000000		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	198.000,00
31900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	198.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.000,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	45.000,00
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
44000000		INVESTIMENTOS	10.000,00
44900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
Total			253.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
Ação: 2004	

-= [ CPL ] =-----{ 004 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
Orgão	SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0301
Função	ADMINISTRAÇÃO	04
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0003
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2006
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+			
Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
+-----+-----+-----+			
30000000		DESPESAS CORRENTES	637.279,99
31000000		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	441.367,99
31710000	0100	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.368,00
31900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	439.999,99
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	195.912,00
33710000	0100	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	912,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	195.000,00
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	15.120,00
44000000		INVESTIMENTOS	15.120,00
44710000	0100	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	120,00
44900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00
+-----+-----+-----+			
Total			652.399,99
+-----+-----+-----+			

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+	
MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Ação: 2006	
+-----+-----+	

-= [ CPL ] =-----{ 005 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
Orgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0301
Função	ADMINISTRAÇÃO	04
Subfunção	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	0000
Projeto/Atividade	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	2007
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+		
Código	F.Recurso	Elemento da Despesa
+-----+-----+-----+		
30000000		DESPESAS CORRENTES
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS
+-----+-----+-----+		
Total		78.000,00
+-----+-----+-----+		

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+	
CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	
Ação: 2007	
+-----+-----+	

-=[ CPL ]=------{ 006 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
-----  
#08

(I) Classificação			Especificações		Códigos	
Orgão			SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		03	
Unidade Orçamentária			SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0301	
Função			ADMINISTRAÇÃO		04	
Subfunção			OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		846	
Programa			ENCARGOS ESPECIAIS		0000	
Projeto/Atividade			CONTRIBUIÇÕES		2009	

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	130.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.000,00
33500000	0100	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	130.000,00
Total			130.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

CONTRIBUIÇÕES	
Ação: 2009	

-----{ 007 }-----  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
-----  
#08

(I) Classificação			Especificações		Códigos	
Orgão			SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		03	
Unidade Orçamentária			SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0301	
Função			ADMINISTRAÇÃO		04	
Subfunção			OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		846	
Programa			ENCARGOS ESPECIAIS		0000	
Projeto/Atividade			SENTENÇAS JUDICIAIS		2010	

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	45.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.000,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	45.000,00
Total			45.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

SENTENÇAS JUDICIAIS	
Ação: 2010	



-= [ CPL ] =-----{ 008 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação		Especificações	Códigos
Orgão		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03
Unidade Orçamentária		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0301
Função		ADMINISTRAÇÃO	04
Subfunção		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	846
Programa		ENCARGOS ESPECIAIS	0000
Projeto/Atividade		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A PESSOAS FÍSICAS	2013

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	10.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
Total			10.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A PESSOAS FÍSICAS	
Ação: 2013	

-= [ CPL ] =-----{ 009 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação			Códigos
Orgão	Especificações		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		03	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0301	
SEGURANÇA PÚBLICA		06	
POLICIAMENTO		181	
SEGURANÇA PÚBLICA		0004	
MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLICIA CIVIL		2014	

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	3.100,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.100,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
33900000	0155	APLICAÇÕES DIRETAS	2.100,00
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	200,00
44000000		INVESTIMENTOS	200,00
44900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	200,00
Total			3.300,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLICIA CIVIL	
Ação: 2014	

-= [ CPL ] =-----{ 010 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação			Especificações		Códigos	
Orgão			SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		03	
Unidade Orçamentária			SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0301	
Função			SEGURANÇA PÚBLICA		06	
Subfunção			POLICIAMENTO		181	
Programa			SEGURANÇA PÚBLICA		0004	
Projeto/Atividade			MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR		2015	

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	5.100,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.100,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	3.000,00
33900000	0154	APLICAÇÕES DIRETAS	2.100,00
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
44000000		INVESTIMENTOS	1.000,00
44900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
Total			6.100,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR	
Ação: 2015	

-= [ CPL ] =-----{ 011 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação		Especificações	Códigos
Orgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		04
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0401
Função	EDUCAÇÃO		12
Subfunção	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		306
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA		0006
Projeto/Atividade	MERENDA ESCOLAR		2017

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	65.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.000,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00
33900000	0160	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00
Total			65.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

MERENDA ESCOLAR	
Ação: 2017	

== [ CPL ] ==-----{ 012 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
-----  
#08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
	Orgão   SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04
	Unidade Orçamentária   SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	0401
	Função   EDUCAÇÃO	12
	Subfunção   ENSINO FUNDAMENTAL	361
	Programa   EDUCAÇÃO BÁSICA	0006
	Projeto/Atividade   CONSTRUÇÃO, ANPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS	1023
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+		
Código	F.Recurso   Elemento da Despesa	Valor
+-----+-----+-----+		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	100.000,00
44900000	0122   APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00
+-----+-----+-----+		
Total		100.000,00
+-----+-----+-----+		

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+	
	CONSTRUÇÃO, ANPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS
Ação: 1023	
+-----+-----+	

-= [ CPL ] =-----{ 013 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
Orgão	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04
Unidade Orçamentária	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	0401
Função	EDUCAÇÃO	12
Subfunção	ENSINO FUNDAMENTAL	361
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA	0006
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	2020
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+			
Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
+-----+-----+-----+			
30000000		DESPESAS CORRENTES	527.051,00
31000000		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	436.000,00
31710000	0101	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	100,00
31900000	0101	APLICAÇÕES DIRETAS	435.900,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	91.051,00
33710000	0101	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	51,00
33900000	0101	APLICAÇÕES DIRETAS	91.000,00
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	35.100,00
44000000		INVESTIMENTOS	35.100,00
44710000	0101	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	100,00
44900000	0101	APLICAÇÕES DIRETAS	9.900,00
44900000	0187	APLICAÇÕES DIRETAS	25.100,00
+-----+-----+-----+			
Total			562.151,00
+-----+-----+-----+			

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+	
MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação: 2020	
+-----+-----+	



-= [ CPL ] =-----{ 014 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação			Códigos
Orgão	Especificações		
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		04	
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO		0401	
EDUCAÇÃO		12	
ENSINO FUNDAMENTAL		361	
EDUCAÇÃO BÁSICA		0006	
APLICAÇÃO DO FUNDEB		2021	

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	482.100,00
31000000		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	482.100,00
31900000	0118	APLICAÇÕES DIRETAS	482.100,00
Total			482.100,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

APLICAÇÃO DO FUNDEB	
Ação: 2021	

-= [ CPL ] =-----{ 015 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
Orgão	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04
Unidade Orçamentária	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	0401
Função	EDUCAÇÃO	12
Subfunção	ENSINO FUNDAMENTAL	361
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA	0006
Projeto/Atividade	APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	2022
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+		
Código	F.Recurso	Elemento da Despesa
+-----+-----+-----+		
30000000		DESPESAS CORRENTES
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES
33900000	0158	APLICAÇÕES DIRETAS
40000000		DESPESAS DE CAPITAL
44000000		INVESTIMENTOS
44900000	0158	APLICAÇÕES DIRETAS
+-----+-----+-----+		
Total		43.660,00
+-----+-----+-----+		

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+	
APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	
Ação: 2022	
+-----+-----+	

-----{ 016 }-----  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
-----  
#08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
	Orgão   SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04
	Unidade Orçamentária   SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	0401
	Função   EDUCAÇÃO	12
	Subfunção   ENSINO FUNDAMENTAL	361
	Programa   EDUCAÇÃO BÁSICA	0006
	Projeto/Atividade   TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	2024
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+		
Código	F.Recurso   Elemento da Despesa	Valor
+-----+-----+-----+		
30000000	DESPESAS CORRENTES	490.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	490.000,00
33900000	0101  APLICAÇÕES DIRETAS	430.000,00
33900000	0122  APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
33900000	0161  APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
+-----+-----+-----+		
Total		490.000,00
+-----+-----+-----+		

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+-----+		
	TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação: 2024		
+-----+-----+-----+		

-=[ CPL ]=------{ 017 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
-----  
#08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
	Orgão   SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04
	Unidade Orçamentária   SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	0401
	Função   EDUCAÇÃO	12
	Subfunção   ENSINO MÉDIO	362
	Programa   ENSINO MÉDIO	0008
	Projeto/Atividade   TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO (NOTURNO)	2025
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+		
Código	F.Recurso   Elemento da Despesa	Valor
+-----+-----+-----+		
30000000	DESPESAS CORRENTES	150.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.000,00
33900000	0100  APLICAÇÕES DIRETAS	150.000,00
+-----+-----+-----+		
Total		150.000,00
+-----+-----+-----+		

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+	
	TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO (NOTURNO)
Ação: 2025	
+-----+-----+	

-= [ CPL ] =-----{ 018 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação		Especificações	Códigos
Orgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		04
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0401
Função	EDUCAÇÃO		12
Subfunção	ENSINO MÉDIO		362
Programa	ENSINO SUPERIOR		0009
Projeto/Atividade	TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR		2016

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	90.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	90.000,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	90.000,00
Total			90.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	
Ação: 2016	

-=[ CPL ]=------{ 019 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação		Especificações	Códigos
Orgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		04
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0401
Função	EDUCAÇÃO		12
Subfunção	ENSINO MÉDIO		362
Programa	ENSINO SUPERIOR		0009
Projeto/Atividade	BOLSAS DE ESTUDOS		2026

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	75.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75.000,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	75.000,00
Total			75.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

BOLSAS DE ESTUDO	
Ação: 2026	



-=[ CPL ]=------{ 020 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação			Especificações		Códigos	
Orgão			SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		04	
Unidade Orçamentária			SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO		0401	
Função			EDUCAÇÃO		12	
Subfunção			EDUCAÇÃO INFANTIL		365	
Programa			ATENDIMENTO A CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS		0007	
Projeto/Atividade			CONSTRUÇÃO, AMPLICAÇÃO E REFORMA DE CRECHES		1019	

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	300.000,00
44000000		INVESTIMENTOS	300.000,00
44900000	0122	APLICAÇÕES DIRETAS	300.000,00
Total			300.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

CONSTRUÇÃO, AMPLICAÇÃO E REFORMA DE CRECHES	
Ação: 1019	

-= [ CPL ] =-----{ 021 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

+-----+-----+-----+-----+-----+				
(I) Classificação		Especificações		Códigos
+-----+-----+-----+-----+-----+				
Orgão		SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		04
Unidade Orçamentária		SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO		0401
Função		EDUCAÇÃO		12
Subfunção		EDUCAÇÃO INFANTIL		365
Programa		ATENDIMENTO A CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS		0007
Projeto/Atividade		MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO DE 0 A 5 ANOS		2018

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+-----+-----+			
Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
+-----+-----+-----+-----+-----+			
30000000		DESPESAS CORRENTES	45.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.000,00
33900000	0101	APLICAÇÕES DIRETAS	45.000,00
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
44000000		INVESTIMENTOS	5.000,00
44900000	0101	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
+-----+-----+-----+-----+-----+			
Total			50.000,00
+-----+-----+-----+-----+-----+			

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+-----+-----+-----+				
	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO DE 0 A 5 ANOS			
	Ação: 2018			
+-----+-----+-----+-----+-----+				

-----{ 022 }-----  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
-----  
#08

(I) Classificação			Especificações		Códigos	
Orgão			SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		04	
Unidade Orçamentária			SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO		0401	
Função			EDUCAÇÃO		12	
Subfunção			EDUCAÇÃO ESPECIAL		367	
Programa			EDUCAÇÃO ESPECIAL		0010	
Projeto/Atividade			MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL		2028	

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	5.500,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.500,00
33500000	0100	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	5.500,00
Total			5.500,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Ação: 2028	

== [ CPL ] ==-----{ 023 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
-----  
#08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
	Orgão   SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04
	Unidade Orçamentária   ESPORTE	0402
	Função   DESPORTO E LAZER	27
	Subfunção   DESPORTO COMUNITÁRIO	812
	Programa   DESPORTO AMADOR	0011
	Projeto/Atividade   CONTRUÇÃO, REFORMAS DE QUADRAS, CAMPOS E GINÁSIOS DE E	1032
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+		
Código	F.Recurso   Elemento da Despesa	Valor
+-----+-----+-----+		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	115.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	115.000,00
44900000	0100  APLICAÇÕES DIRETAS	115.000,00
+-----+-----+-----+		
Total		115.000,00
+-----+-----+-----+		

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+	
	CONTRUÇÃO, REFORMAS DE QUADRAS, CAMPOS E GINÁSIOS DE ESPORTES
Ação: 1032	
+-----+-----+	

-= [ CPL ] =-----{ 024 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
Orgão	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04
Unidade Orçamentária	ESPORTE	0402
Função	DESPORTO E LAZER	27
Subfunção	DESPORTO COMUNITÁRIO	812
Programa	DESPORTO AMADOR	0011
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	2031
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+		
Código	F.Recurso	Elemento da Despesa
+-----+-----+-----+		
30000000		DESPESAS CORRENTES
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS
40000000		DESPESAS DE CAPITAL
44000000		INVESTIMENTOS
44900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS
+-----+-----+-----+		
Total		88.000,00
+-----+-----+-----+		

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+	
MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
Ação: 2031	
+-----+-----+	

== [ CPL ] =-----{ 025 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
-----  
#08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
Orgão	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04
Unidade Orçamentária	LAZER	0403
Função	DESPORTO E LAZER	27
Subfunção	LAZER	813
Programa	PROMOÇÃO DE FESTAS E EVENTOS MUNICIPAIS	0012
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS	2033
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+		
Código	F.Recurso   Elemento da Despesa	Valor
+-----+-----+-----+		
30000000		DESPESAS CORRENTES 50.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES 50.000,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS 50.000,00
+-----+-----+-----+		
Total		50.000,00
+-----+-----+-----+		

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+	
ORGANIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS	
Ação: 2033	
+-----+	

-= [ CPL ] =-----{ 026 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
Orgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04
Unidade Orçamentária	CULTURA	0404
Função	CULTURA	13
Subfunção	DIFUSÃO CULTURAL	392
Programa	ACERVO CULTURAL	0013
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	2036
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+			
Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
+-----+-----+-----+			
30000000		DESPESAS CORRENTES	120.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	120.000,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	120.000,00
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
44000000		INVESTIMENTOS	5.000,00
44900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
+-----+-----+-----+			
Total			125.000,00
+-----+-----+-----+			

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+	
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	
Ação: 2036	
+-----+	

-= [ CPL ] =-----{ 027 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação			Códigos
Orgão	Especificações		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		04	
Unidade Orçamentária	CULTURA	0404	
Função	CULTURA	13	
Subfunção	DIFUSÃO CULTURAL	392	
Programa	ACERVO CULTURAL	0013	
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA	2038	

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	2.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	2.000,00
Total			2.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA	
Ação: 2038	



-= [ CPL ] =-----{ 028 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

+-----+-----+-----+-----+-----+-----+					
(I) Classificação		Especificações	Códigos		
+-----+-----+-----+-----+-----+-----+					
Orgão		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04		
Unidade Orçamentária		TURISMO	0405		
Função		COMÉRCIO E SERVIÇOS	23		
Subfunção		TURISMO	695		
Programa		PROMOÇÃO AO TURISMO	0014		
Projeto/Atividade		PROMOÇÃO AO TURISMO	2039		
+-----+-----+-----+-----+-----+-----+					

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+-----+-----+-----+			
Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
+-----+-----+-----+-----+-----+-----+			
30000000		DESPESAS CORRENTES	2.490,00
31000000		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40,00
31710000	0100	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	40,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.450,00
33500000	0100	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	2.400,00
33710000	0100	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	50,00
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	10,00
44000000		INVESTIMENTOS	10,00
44710000	0100	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	10,00
+-----+-----+-----+-----+-----+-----+			
Total			2.500,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+-----+-----+-----+-----+	
PROMOÇÃO AO TURISMO	
Ação: 2039	
+-----+-----+-----+-----+-----+-----+	

-= [ CPL ] =-----{ 029 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação			Códigos
Orgão	Especificações		
SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		05	
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0501	
AGRICULTURA		20	
PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL		602	
MELHORIA GENÉTICA		0016	
PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL		2045	

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	30.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00
Total			30.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	
Ação: 2045	

-= [ CPL ] =-----{ 030 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação			Códigos
Orgão	Especificações		
SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		05	
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0501	
AGRICULTURA		20	
PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL		602	
MELHORIA GENÉTICA		0016	
PROGRAMA ATIVIDADE LEITEIRA		2046	

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	5.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00
Total			5.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

PROGRAMA ATIVIDADE LEITEIRA	
Ação: 2046	

-= [ CPL ] =-----{ 031 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação		Especificações	Códigos
Orgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		05
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0501
Função	AGRICULTURA		20
Subfunção	EXTENÇÃO RURAL		606
Programa	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		0015
Projeto/Atividade	PATRULHA AGRÍCOLA		1047

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	460.000,00
44000000		INVESTIMENTOS	460.000,00
44900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	60.000,00
44900000	0124	APLICAÇÕES DIRETAS	400.000,00
Total			460.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

PATRULHA AGRÍCOLA	
Ação: 1047	

-= [ CPL ] =-----{ 032 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação			Especificações	Códigos
Orgão	SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			05
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			0501
Função	AGRICULTURA			20
Subfunção	EXTENÇÃO RURAL			606
Programa	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL			0015
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT			2041

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+-----+-----+			
Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
+-----+-----+-----+-----+-----+			
30000000		DESPESAS CORRENTES	526.662,00
31000000		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	209.031,00
31710000	0100	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	31,00
31900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	209.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	317.631,00
33710000	0100	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	31,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	317.600,00
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	10.033,92
44000000		INVESTIMENTOS	10.033,92
44710000	0100	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	33,92
44900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
+-----+-----+-----+-----+-----+			
Total			536.695,92
+-----+-----+-----+-----+-----+			

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+-----+-----+-----+	
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Ação: 2041	
+-----+-----+-----+-----+-----+	

-= [ CPL ] =-----{ 033 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
Orgão	SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	05
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0501
Função	AGRICULTURA	20
Subfunção	EXTENÇÃO RURAL	606
Programa	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	0015
Projeto/Atividade	CAPTAÇÃO, PRESERVAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA	2043
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+		
Código	F.Recurso   Elemento da Despesa	Valor
+-----+-----+-----+		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	8.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	8.000,00
44900000 0100	APLICAÇÕES DIRETAS	8.000,00
+-----+-----+-----+		
Total		8.000,00
+-----+-----+-----+		

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+	
CAPTAÇÃO, PRESERVAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA	
Ação: 2043	
+-----+-----+	

-= [ CPL ] =-----{ 034 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
Orgão	SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	06
Unidade Orçamentária	SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0601
Função	URBANISMO	15
Subfunção	INFRA-ESTRUTURA URBANA	451
Programa	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	0017
Projeto/Atividade	PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE VIAS URBANAS	1050
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+		
Código	F.Recurso	Elemento da Despesa
+-----+-----+-----+		
40000000		DESPESAS DE CAPITAL
44000000		INVESTIMENTOS
44900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS
44900000	0124	APLICAÇÕES DIRETAS
+-----+-----+-----+		
Total		216.000,00
+-----+-----+-----+		

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+	
PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE VIAS URBANAS	
Ação: 1050	
+-----+-----+	

== [ CPL ] =-----{ 035 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
-----  
#08

(I) Classificação			Especificações		Códigos	
Orgão			SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		06	
Unidade Orçamentária			SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		0601	
Função			URBANISMO		15	
Subfunção			INFRA-ESTRUTURA URBANA		451	
Programa			OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		0017	
Projeto/Atividade			CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES		1051	

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00
44000000		INVESTIMENTOS	100.000,00
44900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00
Total			100.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES	
Ação: 1051	



-= [ CPL ] =-----{ 036 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação		Especificações	Códigos
Orgão	SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		06
Unidade Orçamentária	SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		0601
Função	URBANISMO		15
Subfunção	INFRA-ESTRUTURA URBANA		451
Programa	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		0017
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		2048

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+-----+-----+			
Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
+-----+-----+-----+-----+-----+			
30000000		DESPESAS CORRENTES	426.206,42
31000000		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	353.000,00
31710000	0100	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.000,00
31900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	352.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	73.206,42
33710000	0100	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.000,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	72.206,42
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	60.100,00
44000000		INVESTIMENTOS	60.100,00
44710000	0100	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	100,00
44900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	60.000,00
+-----+-----+-----+-----+-----+			
Total			486.306,42
+-----+-----+-----+-----+-----+			

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+-----+-----+-----+	
MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
Ação: 2048	
+-----+-----+-----+-----+-----+	

-= [ CPL ] =-----{ 037 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação			Códigos
Orgão	Especificações		
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	06	
Função	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0601	
Subfunção	URBANISMO	15	
Programa	INFRA-ESTRUTURA URBANA	451	
Projeto/Atividade	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	0017	
	MANUTENÇÃO E URBANIZAÇÃO DE PRAÇAS E AVENIDAS	2049	

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	21.800,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.800,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
33900000	0156	APLICAÇÕES DIRETAS	1.800,00
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00
44000000		INVESTIMENTOS	80.000,00
44900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	80.000,00
Total			101.800,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

MANUTENÇÃO E URBANIZAÇÃO DE PRAÇAS E AVENIDAS	
Ação: 2049	

-= [ CPL ] =-----{ 038 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação			Códigos
Orgão	Especificações		
SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		06	
SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		0601	
SANEAMENTO		17	
SANEAMENTO BÁSICO URBANO		512	
SANEAMENTO BÁSICO		0018	
COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO		2052	

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	111.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	111.000,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	111.000,00
Total			111.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO	
Ação: 2052	

-= [ CPL ] =-----{ 039 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação		Especificações	Códigos
Orgão		SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	06
Unidade Orçamentária		SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0601
Função		ENERGIA	25
Subfunção		ENERGIA ELÉTRICA	752
Programa		ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0021
Projeto/Atividade		MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2055

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	118.360,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	118.360,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	76.000,00
33900000	0117	APLICAÇÕES DIRETAS	42.360,00
Total			118.360,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
Ação: 2055	

-= [ CPL ] =-----{ 040 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação		Especificações	Códigos
Orgão		SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	06
Unidade Orçamentária		SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0601
Função		TRANSPORTE	26
Subfunção		TRANSPORTE RODOVIÁRIO	782
Programa		MALHA VIÁRIA	0023
Projeto/Atividade		MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	2059

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	662.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	662.000,00
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	600.000,00
33900000	0116	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
33900000	0144	APLICAÇÕES DIRETAS	42.000,00
Total			662.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	
Ação: 2059	

-= [ CPL ] =-----{ 041 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação		Especificações	Códigos
Orgão		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	09
Unidade Orçamentária		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0999
Função		RESERVA DE CONTINGENCIA	99
Subfunção		RESERVA DE CONTINGENCIA	999
Programa		RESERVA DE CONTINGENCIA	9999
Projeto/Atividade		RESERVA DE CONTIGÊNCIA	2999

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
90000000		RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00
99000000		RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00
99990000	0100	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00
Total			50.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

RESERVA DE CONTINGENCIA	
Ação: 2999	

-=[ CPL ]=------{ 042 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
-----  
#08

(I) Classificação		Especificações	Códigos
Orgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		07
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0701
Função	SAÚDE		10
Subfunção	ATENÇÃO BÁSICA		301
Programa	ATENÇÃO BÁSICA		0024
Projeto/Atividade	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE		1064

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	108.224,30
44000000		INVESTIMENTOS	108.224,30
44900000	0102	APLICAÇÕES DIRETAS	8.224,30
44900000	0123	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00
Total			108.224,30

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	
Ação: 1064	
Objetivo: CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	
Justificativa: CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	

-[ CPL ]-----{ 043 }-		
Município de IOMERÊ	[ORÇAMENTO DE 2011]	30/12/2010 CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES		
ESTADO DE SANTA CATARINA	ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85	Exercício: 2011
-----		
#08		
+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
Orgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	07
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0701
Função	SAÚDE	10
Subfunção	ATENÇÃO BÁSICA	301
Programa	ATENÇÃO BÁSICA	0024
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	2061
+-----+-----+-----+		
(II) Detalhamento das Aplicações:		
+-----+-----+-----+		
Código	F.Recurso   Elemento da Despesa	Valor
+-----+-----+-----+		
30000000	DESPESAS CORRENTES	699.512,74
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	334.063,34
31710000	0102   TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	8.581,20
31900000	0102   APLICAÇÕES DIRETAS	325.482,14
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	365.449,40
33710000	0102   TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	8.000,00
33900000	0102   APLICAÇÕES DIRETAS	341.249,40
33900000	0164   APLICAÇÕES DIRETAS	16.200,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	220.750,60
44000000	INVESTIMENTOS	220.750,60
44710000	0102   TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	750,60
44900000	0123   APLICAÇÕES DIRETAS	200.000,00
44900000	0188   APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
+-----+-----+-----+		
Total		920.263,34
+-----+-----+-----+		
(III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.		
+-----+-----+-----+		
	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	
Ação: 2061		
+-----+-----+-----+		



-= [ CPL ] =-----{ 044 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação		Especificações	Códigos
Orgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		07
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0701
Função	SAÚDE		10
Subfunção	ATENÇÃO BÁSICA		301
Programa	ATENÇÃO BÁSICA		0024
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA		2062

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	365.419,00
31000000		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	365.419,00
31900000	0102	APLICAÇÕES DIRETAS	193.153,00
31900000	0164	APLICAÇÕES DIRETAS	172.266,00
Total			365.419,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
Ação: 2062	

-= [ CPL ] =-----{ 045 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação		Especificações	Códigos
Orgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		07
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0701
Função	SAÚDE		10
Subfunção	ATENÇÃO BÁSICA		301
Programa	ATENÇÃO BÁSICA		0024
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL		2065

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	24.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.000,00
33900000	0164	APLICAÇÕES DIRETAS	24.000,00
Total			24.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

Manutenção do Programa Saude bucal	
Ação: 2065	

-=[ CPL ]=------{ 046 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
-----  
#08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	07
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0701
Função	SAÚDE	10
Subfunção	ATENÇÃO BÁSICA	301
Programa	ATENÇÃO BÁSICA	0024
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS	2066
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+		
Código	F.Recurso   Elemento da Despesa	Valor
+-----+-----+-----+		
30000000	DESPESAS CORRENTES	54.684,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.684,00
31900000	0164   APLICAÇÕES DIRETAS	54.684,00
+-----+-----+-----+		
Total		54.684,00
+-----+-----+-----+		

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+	
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS	
Ação: 2066	
+-----+-----+	

-=[ CPL ]=------{ 047 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
-----  
#08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
	Orgão   FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	07
	Unidade Orçamentária   FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0701
	Função   SAÚDE	10
	Subfunção   ATENÇÃO BÁSICA	301
	Programa   ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0028
	Projeto/Atividade   MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA	2073
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+		
Código	F.Recurso   Elemento da Despesa	Valor
+-----+-----+-----+		
30000000	DESPESAS CORRENTES	24.051,36
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.051,36
33900000	0167  APLICAÇÕES DIRETAS	24.051,36
+-----+-----+-----+		
Total		24.051,36
+-----+-----+-----+		

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+	
	MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA
Ação: 2073	
+-----+-----+	

-= [ CPL ] =-----{ 048 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação			Códigos
Orgão	Especificações		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		07	
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0701	
Função	SAÚDE	10	
Subfunção	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	302	
Programa	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSP	0025	
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DO SAMU	2067	

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	179.000,00
31000000		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	150.000,00
31900000	0123	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00
31900000	0165	APLICAÇÕES DIRETAS	130.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.000,00
33900000	0123	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
33900000	0165	APLICAÇÕES DIRETAS	19.000,00
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
44000000		INVESTIMENTOS	1.000,00
44900000	0165	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
Total			180.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

MANUTENÇÃO DO SAMU	
Ação: 2067	

-= [ CPL ] =-----{ 049 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação			Especificações		Códigos	
Orgão			FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		07	
Unidade Orçamentária			FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0701	
Função			SAÚDE		10	
Subfunção			ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		302	
Programa			ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSP		0025	
Projeto/Atividade			MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		2070	

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	395.000,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	395.000,00
33900000	0102	APLICAÇÕES DIRETAS	395.000,00
Total			395.000,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
Ação: 2070	

-=[ CPL ]=------{ 050 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação		Especificações	Códigos
Orgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		07
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0701
Função	SAÚDE		10
Subfunção	VIGILÂNCIA SANITÁRIA		304
Programa	VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0027
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		2072

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	6.200,00
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.200,00
33900000	0166	APLICAÇÕES DIRETAS	6.200,00
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
44000000		INVESTIMENTOS	1.000,00
44900000	0166	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
Total			7.200,00

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
Ação: 2072	

-= [ CPL ] =-----{ 051 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

(I) Classificação			Especificações		Códigos	
Orgão			FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		07	
Unidade Orçamentária			FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0701	
Função			SAÚDE		10	
Subfunção			VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		305	
Programa			VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		0026	
Projeto/Atividade			MANUTENÇÃO DO PROGRAMA E CAMPANHAS DE VACINAÇÃO		2071	

## (II) Detalhamento das Aplicações:

Código	F.Recurso	Elemento da Despesa	Valor
30000000		DESPESAS CORRENTES	6.476,60
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.476,60
33900000	0166	APLICAÇÕES DIRETAS	6.476,60
40000000		DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
44000000		INVESTIMENTOS	1.000,00
44900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00
44900000	0166	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00
Total			7.476,60

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA E CAMPANHAS DE VACINAÇÃO	
Ação: 2071	



-= [ CPL ] =-----{ 052 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
Orgão	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0801
Função	ASSISTÊNCIA SOCIAL	08
Subfunção	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	241
Programa	MELHOR IDADE	0031
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MELHOR IDADE	2076
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+		
Código	F.Recurso	Elemento da Despesa
+-----+-----+-----+		
30000000		DESPESAS CORRENTES
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS
33900000	0147	APLICAÇÕES DIRETAS
+-----+-----+-----+		
Total		30.999,58
+-----+-----+-----+		

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+	
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MELHOR IDADE	
Ação: 2076	
+-----+-----+	

-= [ CPL ] =-----{ 053 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
Orgão	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0801
Função	ASSISTÊNCIA SOCIAL	08
Subfunção	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	243
Programa	ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	0032
Projeto/Atividade	ATENDIMENTO A CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE	2078
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+		
Código	F.Recurso	Elemento da Despesa
+-----+-----+-----+		
30000000		DESPESAS CORRENTES
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS
+-----+-----+-----+		
Total		87.289,54
+-----+-----+-----+		

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+	
ATENDIMENTO A CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE	
Ação: 2078	
+-----+-----+	

-= [ CPL ] =-----{ 054 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85 Exercício: 2011  
 -----  
 #08

+-----+-----+-----+		
(I) Classificação	Especificações	Códigos
+-----+-----+-----+		
Orgão	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0801
Função	ASSISTÊNCIA SOCIAL	08
Subfunção	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	244
Programa	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0030
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2075
+-----+-----+-----+		

## (II) Detalhamento das Aplicações:

+-----+-----+-----+		
Código	F.Recurso	Elemento da Despesa
+-----+-----+-----+		
30000000		DESPESAS CORRENTES
33000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES
33900000	0100	APLICAÇÕES DIRETAS
33900000	0152	APLICAÇÕES DIRETAS
+-----+-----+-----+		
Total		14.800,00
+-----+-----+-----+		

## (III) Demonstrativo da Compatibilização com as Metas da LDO.

+-----+-----+-----+		
MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Ação: 2075		
+-----+-----+-----+		
Total		9.543.470,32
+-----+-----+-----+		

-[ CPL ]=-----{ 055 }-	
Município de IOMERÊ	(ORÇAMENTO DE 2011)
	30/12/2010 CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS E ATIVIDADES	
ESTADO DE SANTA CATARINA	ADENDO III A PORTARIA SOP. Nr.08 DE 04/02/85
	Exercício: 2011
-----	
#08	
<b>00 Recursos Ordinários</b>	<b>4.795.080,72</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	4.795.080,72
<b>01 Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educação</b>	<b>1.017.051,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.017.051,00
<b>02 Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde</b>	<b>1.280.440,64</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.271.859,44
000002 Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	8.581,20
<b>16 Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico CIDE</b>	<b>20.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	20.000,00
<b>17 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública COSIP</b>	<b>42.360,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	42.360,00
<b>18 Transferência do FUNDEB (Aplicação Remuneração Prof.Magistério-Educação Básica)</b>	<b>482.100,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	482.100,00
<b>22 Transferências de Convênios Educação</b>	<b>430.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	430.000,00
<b>23 Transferências de Convênios Saúde</b>	<b>330.000,00</b>
000020 Serviços de Atendimento Móvel - SAMU	30.000,00
000054 Transferência de Convênios da União	300.000,00
<b>24 Transferências de Convênios Outros</b>	<b>500.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	500.000,00
<b>44 Fundo Especial do Petróleo</b>	<b>42.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	42.000,00
<b>47 Apoio a Pessoa Idosa API</b>	<b>2.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	2.000,00
<b>52 Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social FNAS</b>	<b>6.800,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	6.800,00
<b>54 Convênio Trânsito Militar</b>	<b>2.100,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	2.100,00
<b>55 Convênio Trânsito Civil</b>	<b>2.100,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	2.100,00
<b>56 Convênio Trânsito Prefeitura</b>	<b>1.800,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.800,00
<b>58 Salário Educação</b>	<b>43.660,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	43.660,00
<b>60 Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE</b>	<b>15.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	15.000,00
<b>61 Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar PNATE</b>	<b>30.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	30.000,00
<b>64 Atenção Básica</b>	<b>267.150,00</b>
000008 Piso de Atenção Básica - PAB	47.466,00
000010 Programa de Saúde da Família - PSF	76.800,00
000012 Agentes Comunitários de Saúde - PACS	54.684,00
000066 Gestão do SUS	48.000,00
000067 Outros Detalhamentos	24.000,00
000068	16.200,00
<b>65 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar</b>	<b>150.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	150.000,00
<b>66 Vigilância em Saúde</b>	<b>14.676,60</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	14.676,60
<b>67 Assistência Farmacêutica Básica</b>	<b>24.051,36</b>
000013 Farmácia Básica	13.479,36
000062 Vigilância em Saúde	10.572,00
<b>87 Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica</b>	<b>25.100,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	25.100,00
<b>88 Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde</b>	<b>20.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	20.000,00
TOTAL GERAL	9.543.470,32

-----{ 001 }-----  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
-----

#14

Orgao: 01 - PODER LEGISLATIVO  
Unidade Orcamentária: 0101 - CÂMARA MUNICIPAL

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
01	LEGISLATIVA	465.189,27	0,00	465.189,27
031	AÇÃO LEGISLATIVA	465.189,27	0,00	465.189,27
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	465.189,27	0,00	465.189,27
1002	CONSTRUÇÃO PRÉDIO DA CAMARA	160.000,00	0,00	160.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	160.000,00	0,00	160.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	160.000,00	0,00	160.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	160.000,00	0,00	160.000,00
2003	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	305.189,27	0,00	305.189,27
30000000	DESPESAS CORRENTES	295.189,27	0,00	295.189,27
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	230.000,00	0,00	230.000,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	230.000,00	0,00	230.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.189,27	0,00	65.189,27
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	65.189,27	0,00	65.189,27
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	10.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	10.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	10.000,00
Total.....:		465.189,27	0,00	465.189,27

-=[ CPL ]=------{ 002 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

#14

Orgao: 02 - GABINETE DO PREFEITO  
Unidade Orcamentária: 0201 - GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
04	ADMINISTRAÇÃO	253.000,00	0,00	253.000,00
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	253.000,00	0,00	253.000,00
0002	GABINETE DO PREFEITO	253.000,00	0,00	253.000,00
2004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	253.000,00	0,00	253.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	243.000,00	0,00	243.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	198.000,00	0,00	198.000,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	198.000,00	0,00	198.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.000,00	0,00	45.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	45.000,00	0,00	45.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	10.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	10.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	10.000,00
Total.....:		253.000,00	0,00	253.000,00

-= [ CPL ] =-----{ 003 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
 -----  
 #14

Orgao: 03 - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 Unidade Orcamentária: 0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
04	ADMINISTRAÇÃO	915.399,99	0,00	915.399,99
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	652.399,99	0,00	652.399,99
0003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	652.399,99	0,00	652.399,99
2006	MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	652.399,99	0,00	652.399,99
30000000	DESPESAS CORRENTES	637.279,99	0,00	637.279,99
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	441.367,99	0,00	441.367,99
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.368,00	0,00	1.368,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	439.999,99	0,00	439.999,99
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	195.912,00	0,00	195.912,00
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	912,00	0,00	912,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	195.000,00	0,00	195.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	15.120,00	0,00	15.120,00
44000000	INVESTIMENTOS	15.120,00	0,00	15.120,00
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	120,00	0,00	120,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	15.000,00
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	263.000,00	0,00	263.000,00
0000	ENCARGOS ESPECIAIS	263.000,00	0,00	263.000,00
2007	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	78.000,00	0,00	78.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	78.000,00	0,00	78.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	78.000,00	0,00	78.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	78.000,00	0,00	78.000,00
2009	CONTRIBUIÇÕES	130.000,00	0,00	130.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	130.000,00	0,00	130.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.000,00	0,00	130.000,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	130.000,00	0,00	130.000,00
2010	SENTENÇAS JUDICIAIS	45.000,00	0,00	45.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	45.000,00	0,00	45.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.000,00	0,00	45.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	45.000,00	0,00	45.000,00
2013	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A PESSOAS FÍSICAS	10.000,00	0,00	10.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	10.000,00	0,00	10.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00	0,00	10.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	10.000,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	5.200,00	4.200,00	9.400,00
181	POLICIAMENTO	5.200,00	4.200,00	9.400,00
0004	SEGURANÇA PÚBLICA	5.200,00	4.200,00	9.400,00
2014	MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLICIA CIVIL	1.200,00	2.100,00	3.300,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.000,00	2.100,00	3.100,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00	2.100,00	3.100,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00	2.100,00	3.100,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	200,00	0,00	200,00
44000000	INVESTIMENTOS	200,00	0,00	200,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	200,00	0,00	200,00
2015	MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR	4.000,00	2.100,00	6.100,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	3.000,00	2.100,00	5.100,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.000,00	2.100,00	5.100,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	3.000,00	2.100,00	5.100,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00	0,00	1.000,00

-=[ CPL ]=------{ 004 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

#14

Orgao: 03 - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Unidade Orcamentária: 0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
44000000	INVESTIMENTOS	1.000,00	0,00	1.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00	0,00	1.000,00
Total.....:		920.599,99	4.200,00	924.799,99



-= [ CPL ] =-----{ 005 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
 -----  
 #14

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade Orcamentária: 0401 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
12	EDUCAÇÃO	370.500,00	2.042.911,00	2.413.411,00
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	50.000,00	15.000,00	65.000,00
0006	EDUCAÇÃO BÁSICA	50.000,00	15.000,00	65.000,00
2017	MERENDA ESCOLAR	50.000,00	15.000,00	65.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	50.000,00	15.000,00	65.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00	15.000,00	65.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	15.000,00	65.000,00
361	ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	1.677.911,00	1.677.911,00
0006	EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	1.677.911,00	1.677.911,00
1023	CONSTRUÇÃO, ANPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS	0,00	100.000,00	100.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	100.000,00	100.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	100.000,00	100.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	100.000,00	100.000,00
2020	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	562.151,00	562.151,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	527.051,00	527.051,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	436.000,00	436.000,00
31710000	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	100,00	100,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	435.900,00	435.900,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	91.051,00	91.051,00
33710000	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	51,00	51,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	91.000,00	91.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	35.100,00	35.100,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	35.100,00	35.100,00
44710000	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	100,00	100,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	35.000,00	35.000,00
2021	APLICAÇÃO DO FUNDEB	0,00	482.100,00	482.100,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	482.100,00	482.100,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	482.100,00	482.100,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	482.100,00	482.100,00
2022	APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	43.660,00	43.660,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	38.660,00	38.660,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	38.660,00	38.660,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	38.660,00	38.660,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5.000,00	5.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	5.000,00	5.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	5.000,00	5.000,00
2024	TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	490.000,00	490.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	490.000,00	490.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	490.000,00	490.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	490.000,00	490.000,00
362	ENSINO MÉDIO	315.000,00	0,00	315.000,00
0008	ENSINO MÉDIO	150.000,00	0,00	150.000,00
2025	TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO	150.000,00	0,00	150.000,00
	(NOTURNO)			
30000000	DESPESAS CORRENTES	150.000,00	0,00	150.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.000,00	0,00	150.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	150.000,00	0,00	150.000,00
0009	ENSINO SUPERIOR	165.000,00	0,00	165.000,00
2016	TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	90.000,00	0,00	90.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	90.000,00	0,00	90.000,00

-= [ CPL ] =-----{ 006 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

#14

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade Orcamentária: 0401 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	90.000,00	0,00	90.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	90.000,00	0,00	90.000,00
2026	BOLSAS DE ESTUDOS	75.000,00	0,00	75.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	75.000,00	0,00	75.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75.000,00	0,00	75.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	75.000,00	0,00	75.000,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	350.000,00	350.000,00
0007	ATENDIMENTO A CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS	0,00	350.000,00	350.000,00
1019	CONSTRUÇÃO, AMPLICAÇÃO E REFORMA DE	0,00	300.000,00	300.000,00
	CRECHES			
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	300.000,00	300.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	300.000,00	300.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	300.000,00	300.000,00
2018	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO DE 0 A 5 ANOS	0,00	50.000,00	50.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	45.000,00	45.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	45.000,00	45.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	45.000,00	45.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5.000,00	5.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	5.000,00	5.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	5.000,00	5.000,00
367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	5.500,00	0,00	5.500,00
0010	EDUCAÇÃO ESPECIAL	5.500,00	0,00	5.500,00
2028	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL	5.500,00	0,00	5.500,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.500,00	0,00	5.500,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.500,00	0,00	5.500,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS	5.500,00	0,00	5.500,00
	LUCRATIVOS			
Total.....:		370.500,00	2.042.911,00	2.413.411,00

-----{ 007 }-----  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
-----

#14

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentária: 0402 - ESPORTE

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
27	DESPORTO E LAZER	203.000,00	0,00	203.000,00
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	203.000,00	0,00	203.000,00
0011	DESPORTO AMADOR	203.000,00	0,00	203.000,00
1032	CONSTRUÇÃO, REFORMAS DE QUADRAS, CAMPOS E	115.000,00	0,00	115.000,00
	GINÁSIOS DE E			
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	115.000,00	0,00	115.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	115.000,00	0,00	115.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	115.000,00	0,00	115.000,00
2031	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	88.000,00	0,00	88.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	85.000,00	0,00	85.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	85.000,00	0,00	85.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	85.000,00	0,00	85.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	3.000,00	0,00	3.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	3.000,00	0,00	3.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	3.000,00	0,00	3.000,00
Total.....:		203.000,00	0,00	203.000,00

-=[ CPL ]=------{ 008 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

#14

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentária: 0403 - LAZER

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
27	DESPORTO E LAZER	50.000,00	0,00	50.000,00
813	LAZER	50.000,00	0,00	50.000,00
0012	PROMOÇÃO DE FESTAS E EVENTOS MUNICIPAIS	50.000,00	0,00	50.000,00
2033	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS	50.000,00	0,00	50.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	50.000,00	0,00	50.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00	0,00	50.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	50.000,00
Total.....:		50.000,00	0,00	50.000,00

-----{ 009 }-----  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
-----

#14

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentária: 0404 - CULTURA

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
13	CULTURA	127.000,00	0,00	127.000,00
392	DIFUSÃO CULTURAL	127.000,00	0,00	127.000,00
0013	ACERVO CULTURAL	127.000,00	0,00	127.000,00
2036	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	125.000,00	0,00	125.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	120.000,00	0,00	120.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	120.000,00	0,00	120.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	120.000,00	0,00	120.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	5.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	5.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	5.000,00
2038	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA	2.000,00	0,00	2.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	2.000,00	0,00	2.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000,00	0,00	2.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	2.000,00	0,00	2.000,00
Total.....:		127.000,00	0,00	127.000,00

-=[ CPL ]=------{ 010 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

#14

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentária: 0405 - TURISMO

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.500,00	0,00	2.500,00
695	TURISMO	2.500,00	0,00	2.500,00
0014	PROMOÇÃO AO TURISMO	2.500,00	0,00	2.500,00
2039	PROMOÇÃO AO TURISMO	2.500,00	0,00	2.500,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	2.490,00	0,00	2.490,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40,00	0,00	40,00
31710000	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	40,00	0,00	40,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.450,00	0,00	2.450,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS	2.400,00	0,00	2.400,00
LUCRATIVOS				
33710000	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	50,00	0,00	50,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10,00	0,00	10,00
44000000	INVESTIMENTOS	10,00	0,00	10,00
44710000	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	10,00	0,00	10,00
Total.....:		2.500,00	0,00	2.500,00

-= [ CPL ] =-----{ 011 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
 -----  
 #14

Orgao: 05 - SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 Unidade Orcamentária: 0501 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
20	AGRICULTURA	639.695,92	400.000,00	1.039.695,92
602	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL	35.000,00	0,00	35.000,00
0016	MELHORIA GENÉTICA	35.000,00	0,00	35.000,00
2045	PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	30.000,00	0,00	30.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	30.000,00	0,00	30.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000,00	0,00	30.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	30.000,00
2046	PROGRAMA ATIVIDADE LEITEIRA	5.000,00	0,00	5.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	5.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	5.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	5.000,00
606	EXTENÇÃO RURAL	604.695,92	400.000,00	1.004.695,92
0015	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	604.695,92	400.000,00	1.004.695,92
1047	PATRULHA AGRÍCOLA	60.000,00	400.000,00	460.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	60.000,00	400.000,00	460.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	60.000,00	400.000,00	460.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	60.000,00	400.000,00	460.000,00
2041	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E	536.695,92	0,00	536.695,92
	MEIO AMBIENT			
30000000	DESPESAS CORRENTES	526.662,00	0,00	526.662,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	209.031,00	0,00	209.031,00
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	31,00	0,00	31,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	209.000,00	0,00	209.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	317.631,00	0,00	317.631,00
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	31,00	0,00	31,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	317.600,00	0,00	317.600,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.033,92	0,00	10.033,92
44000000	INVESTIMENTOS	10.033,92	0,00	10.033,92
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	33,92	0,00	33,92
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	10.000,00
2043	CAPTAÇÃO, PRESERVAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE	8.000,00	0,00	8.000,00
	ÁGUA			
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	8.000,00	0,00	8.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	8.000,00	0,00	8.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	8.000,00	0,00	8.000,00
Total.....:		639.695,92	400.000,00	1.039.695,92

-= [ CPL ] =-----{ 012 }-  
 Município de IOMERÊ (ORÇAMENTO DE 2011) 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

#14

Orgao: 06 - SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
 Unidade Orcamentária: 0601 - SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
15	URBANISMO	802.306,42	101.800,00	904.106,42
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	802.306,42	101.800,00	904.106,42
0017	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	802.306,42	101.800,00	904.106,42
1050	PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE VIAS URBANAS	116.000,00	100.000,00	216.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	116.000,00	100.000,00	216.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	116.000,00	100.000,00	216.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	116.000,00	100.000,00	216.000,00
1051	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES E	100.000,00	0,00	100.000,00
	PONTILHÕES			
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	0,00	100.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	100.000,00	0,00	100.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	100.000,00
2048	MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE OBRAS E	486.306,42	0,00	486.306,42
	SERVIÇOS URBANOS			
30000000	DESPESAS CORRENTES	426.206,42	0,00	426.206,42
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	353.000,00	0,00	353.000,00
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.000,00	0,00	1.000,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	352.000,00	0,00	352.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	73.206,42	0,00	73.206,42
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.000,00	0,00	1.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	72.206,42	0,00	72.206,42
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	60.100,00	0,00	60.100,00
44000000	INVESTIMENTOS	60.100,00	0,00	60.100,00
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	100,00	0,00	100,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	60.000,00	0,00	60.000,00
2049	MANUTENÇÃO E URBANIZAÇÃO DE PRAÇAS E	100.000,00	1.800,00	101.800,00
	AVENIDAS			
30000000	DESPESAS CORRENTES	20.000,00	1.800,00	21.800,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	1.800,00	21.800,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	1.800,00	21.800,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00	0,00	80.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	80.000,00	0,00	80.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	80.000,00	0,00	80.000,00
17	SANEAMENTO	111.000,00	0,00	111.000,00
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	111.000,00	0,00	111.000,00
0018	SANEAMENTO BÁSICO	111.000,00	0,00	111.000,00
2052	COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO	111.000,00	0,00	111.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	111.000,00	0,00	111.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	111.000,00	0,00	111.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	111.000,00	0,00	111.000,00
25	ENERGIA	76.000,00	42.360,00	118.360,00
752	ENERGIA ELÉTRICA	76.000,00	42.360,00	118.360,00
0021	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	76.000,00	42.360,00	118.360,00
2055	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	76.000,00	42.360,00	118.360,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	76.000,00	42.360,00	118.360,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.000,00	42.360,00	118.360,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	76.000,00	42.360,00	118.360,00
26	TRANSPORTE	600.000,00	62.000,00	662.000,00
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	600.000,00	62.000,00	662.000,00
0023	MALHA VIÁRIA	600.000,00	62.000,00	662.000,00



-=[ CPL ]=------{ 013 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
-----  
#14

Orgao: 06 - SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade Orcamentária: 0601 - SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
2059	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	600.000,00	62.000,00	662.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	600.000,00	62.000,00	662.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	600.000,00	62.000,00	662.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	600.000,00	62.000,00	662.000,00
Total.....:		1.589.306,42	206.160,00	1.795.466,42

-=[ CPL ]=------{ 014 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

#14

Orgao: 09 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
Unidade Orcamentária: 0999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,00	50.000,00
999	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,00	50.000,00
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,00	50.000,00
2999	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00
90000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,00	50.000,00
99000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,00	50.000,00
99990000	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,00	50.000,00
Total.....:		50.000,00	0,00	50.000,00

-= [ CPL ] =-----{ 015 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

#14

Orgao: 07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade Orcamentária: 0701 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
10	SAÚDE	0,00	2.086.318,60	2.086.318,60
301	ATENÇÃO BÁSICA	0,00	1.496.642,00	1.496.642,00
0024	ATENÇÃO BÁSICA	0,00	1.472.590,64	1.472.590,64
1064	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE	0,00	108.224,30	108.224,30
	UNIDADES BÁSICAS DE			
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	108.224,30	108.224,30
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	108.224,30	108.224,30
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	108.224,30	108.224,30
2061	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	0,00	920.263,34	920.263,34
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	699.512,74	699.512,74
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	334.063,34	334.063,34
31710000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	8.581,20	8.581,20
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	325.482,14	325.482,14
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	365.449,40	365.449,40
33710000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	8.000,00	8.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	357.449,40	357.449,40
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	220.750,60	220.750,60
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	220.750,60	220.750,60
44710000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	750,60	750,60
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	220.000,00	220.000,00
2062	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	0,00	365.419,00	365.419,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	365.419,00	365.419,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	365.419,00	365.419,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	365.419,00	365.419,00
2065	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL	0,00	24.000,00	24.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	24.000,00	24.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	24.000,00	24.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	24.000,00	24.000,00
2066	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES	0,00	54.684,00	54.684,00
	COMUNITÁRIOS			
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	54.684,00	54.684,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	54.684,00	54.684,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	54.684,00	54.684,00
0028	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0,00	24.051,36	24.051,36
2073	MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA	0,00	24.051,36	24.051,36
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	24.051,36	24.051,36
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	24.051,36	24.051,36
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	24.051,36	24.051,36
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	575.000,00	575.000,00
0025	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0,00	575.000,00	575.000,00
	AMBULATORIAL E HOSP			
2067	MANUTENÇÃO DO SAMU	0,00	180.000,00	180.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	179.000,00	179.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	150.000,00	150.000,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	150.000,00	150.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	29.000,00	29.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	29.000,00	29.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.000,00	1.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	1.000,00	1.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	1.000,00	1.000,00

-= [ CPL ] =-----{ 016 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

#14

Orgao: 07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade Orcamentária: 0701 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
2070	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MÉDIA E ALTA	0,00	395.000,00	395.000,00
	COMPLEXIDADE			
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	395.000,00	395.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	395.000,00	395.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	395.000,00	395.000,00
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	7.200,00	7.200,00
0027	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	7.200,00	7.200,00
2072	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA	0,00	7.200,00	7.200,00
	SANITÁRIA			
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	6.200,00	6.200,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	6.200,00	6.200,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	6.200,00	6.200,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.000,00	1.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	1.000,00	1.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	1.000,00	1.000,00
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	7.476,60	7.476,60
0026	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	7.476,60	7.476,60
2071	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA E CAMPANHAS DE	0,00	7.476,60	7.476,60
	VACINAÇÃO			
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	6.476,60	6.476,60
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	6.476,60	6.476,60
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	6.476,60	6.476,60
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.000,00	1.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	1.000,00	1.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	1.000,00	1.000,00
Total.....:		0,00	2.086.318,60	2.086.318,60

-= [ CPL ] =-----{ 017 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
 -----  
 #14

Orgao: 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Unidade Orcamentária: 0801 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	124.289,12	8.800,00	133.089,12
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	28.999,58	2.000,00	30.999,58
0031	MELHOR IDADE	28.999,58	2.000,00	30.999,58
2076	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MELHOR IDADE	28.999,58	2.000,00	30.999,58
30000000	DESPESAS CORRENTES	28.999,58	2.000,00	30.999,58
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.999,58	2.000,00	30.999,58
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	28.999,58	2.000,00	30.999,58
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	87.289,54	0,00	87.289,54
0032	ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	87.289,54	0,00	87.289,54
2078	ATENDIMENTO A CRIANÇAS E AO DOLESCENTE	87.289,54	0,00	87.289,54
30000000	DESPESAS CORRENTES	87.289,54	0,00	87.289,54
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	87.289,54	0,00	87.289,54
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	87.289,54	0,00	87.289,54
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	8.000,00	6.800,00	14.800,00
0030	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.000,00	6.800,00	14.800,00
2075	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.000,00	6.800,00	14.800,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	8.000,00	6.800,00	14.800,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.000,00	6.800,00	14.800,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	8.000,00	6.800,00	14.800,00
Total.....:		124.289,12	8.800,00	133.089,12
Total Geral....:		4.795.080,72	4.748.389,60	9.543.470,32

**RESUMO**

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
30000000	DESPESAS CORRENTES	3.991.616,80	3.471.314,70	7.462.931,50
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.431.438,99	1.822.266,34	3.253.705,33
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	2.439,00	100,00	2.539,00
31710000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	8.581,20	8.581,20
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.428.999,99	1.813.585,14	3.242.585,13
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.560.177,81	1.649.048,36	4.209.226,17
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS	137.900,00	0,00	137.900,00
LUCRATIVOS				
33710000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	8.000,00	8.000,00
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.993,00	51,00	2.044,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	2.420.284,81	1.640.997,36	4.061.282,17
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	753.463,92	1.277.074,90	2.030.538,82
44000000	INVESTIMENTOS	753.463,92	1.277.074,90	2.030.538,82
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	263,92	100,00	363,92
44710000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	750,60	750,60
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	753.200,00	1.276.224,30	2.029.424,30
90000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,00	50.000,00
99000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,00	50.000,00
99990000	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,00	50.000,00
Total Geral....:		4.795.080,72	4.748.389,60	9.543.470,32



-= [ CPL ] =-----{ 001 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA Exercício: 2011  
 Anexo(1) DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS  
 ADENDO II A PORTARIA SOF. NR.08 DE 04/02/1985 ANEXO 1, DA LEI NR. 4.320/64

#01

RECEITA			DESPESA		
Títulos	Valor R\$	Valor R\$	Títulos	Valor R\$	Valor R\$
RECEITAS CORRENTES		8.298.470,32	DESPESAS CORRENTES		7.462.931,50
RECEITA TRIBUTARIA	263.457,00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.253.705,33	
RECEITA DE CONTRIBUICOES	42.360,00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.209.226,17	
RECEITA PATRIMONIAL	64.900,00				
RECEITA DE SERVICOS	44.000,00				
TRANSFERENCIAS CORRENTES	7.840.328,39				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.424,93				
			SUPERAVIT		835.538,82
Total		8.298.470,32	Total		8.298.470,32
Superavit do Orçamento		835.538,82			
RECEITAS DE CAPITAL		1.245.000,00	DESPESAS DE CAPITAL		2.030.538,82
ALIENACAO DE BENS	45.000,00		INVESTIMENTOS	2.030.538,82	
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.200.000,00				
			SUPERAVIT		50.000,00
Total		2.080.538,82	Total		2.080.538,82
Total da Receita		10.379.009,14	Total da Despesa		10.379.009,14

R E S U M O			
RECEITAS CORRENTES	9.960.567,93	DESPESAS CORRENTES	7.462.931,50
RECEITAS DE CAPITAL	1.245.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	2.030.538,82
Deduções da Receita	-1.662.097,61	Reserva de Contingência	50.000,00
Total	9.543.470,32	Total	9.543.470,32

-= [ CPL ] =-----{ 002 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA Exercício: 2011  
 Anexo(1) DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS  
 ADENDO II A PORTARIA SOF. NR.08 DE 04/02/1985 ANEXO 1, DA LEI NR. 4.320/64

#01

Recurso/Destinação	Receita	Despesa	Diferença
<b>0100 Recursos Ordinários</b>	<b>5.340.161,85</b>	<b>4.795.080,72</b>	<b>545.081,13</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	5.340.161,85	4.795.080,72	545.081,13
<b>0101 Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educação</b>	<b>471.969,87</b>	<b>1.017.051,00</b>	<b>-545.081,13</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	471.969,87	1.017.051,00	-545.081,13
<b>0102 Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde</b>	<b>1.280.440,64</b>	<b>1.280.440,64</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.280.440,64	1.271.859,44	8.581,20
000002 Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	0,00	8.581,20	-8.581,20
<b>0116 Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico CIDE</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	20.000,00	20.000,00	0,00
<b>0117 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública COSIP</b>	<b>42.360,00</b>	<b>42.360,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	42.360,00	42.360,00	0,00
<b>0118 Transferência do FUNDEB(Aplicação Remuneração Prof.Magistério-Educação Básica)</b>	<b>482.100,00</b>	<b>482.100,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	482.100,00	482.100,00	0,00
<b>0122 Transferências de Convênios Educação</b>	<b>430.000,00</b>	<b>430.000,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	430.000,00	430.000,00	0,00
<b>0123 Transferências de Convênios Saúde</b>	<b>330.000,00</b>	<b>330.000,00</b>	<b>0,00</b>
000020 Serviços de Atendimento Móvel - SAMU	30.000,00	30.000,00	0,00
000054 Transferência de Convênios da União	300.000,00	300.000,00	0,00
<b>0124 Transferências de Convênios Outros</b>	<b>500.000,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	500.000,00	500.000,00	0,00
<b>0144 Fundo Especial do Petróleo</b>	<b>42.000,00</b>	<b>42.000,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	42.000,00	42.000,00	0,00
<b>0147 Apoio a Pessoa Idosa API</b>	<b>2.000,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	2.000,00	2.000,00	0,00
<b>0152 Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social FNAS</b>	<b>6.800,00</b>	<b>6.800,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	6.800,00	6.800,00	0,00
<b>0154 Convênio Trânsito Militar</b>	<b>2.100,00</b>	<b>2.100,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	2.100,00	2.100,00	0,00
<b>0155 Convênio Trânsito Civil</b>	<b>2.100,00</b>	<b>2.100,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	2.100,00	2.100,00	0,00
<b>0156 Convênio Trânsito Prefeitura</b>	<b>1.800,00</b>	<b>1.800,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.800,00	1.800,00	0,00
<b>0158 Salário Educação</b>	<b>43.660,00</b>	<b>43.660,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	43.660,00	43.660,00	0,00
<b>0160 Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	15.000,00	15.000,00	0,00
<b>0161 Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar PNATE</b>	<b>30.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	30.000,00	30.000,00	0,00
<b>0164 Atenção Básica</b>	<b>267.150,00</b>	<b>267.150,00</b>	<b>0,00</b>
000008 Piso de Atenção Básica - PAB	47.466,00	47.466,00	0,00
000010 Programa de Saúde da Família - PSF	76.800,00	76.800,00	0,00
000012 Agentes Comunitários de Saúde - PACS	54.684,00	54.684,00	0,00
000066 Gestão do SUS	48.000,00	48.000,00	0,00
000067 Outros Detalhamentos	24.000,00	24.000,00	0,00
000068	16.200,00	16.200,00	0,00
<b>0165 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar</b>	<b>150.000,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	150.000,00	150.000,00	0,00
<b>0166 Vigilância em Saúde</b>	<b>14.676,60</b>	<b>14.676,60</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	14.676,60	14.676,60	0,00
<b>0167 Assistência Farmacêutica Básica</b>	<b>24.051,36</b>	<b>24.051,36</b>	<b>0,00</b>
000013 Farmácia Básica	13.479,36	13.479,36	0,00
000062 Vigilância em Saúde	10.572,00	10.572,00	0,00
<b>0187 Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica</b>	<b>25.100,00</b>	<b>25.100,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	25.100,00	25.100,00	0,00
<b>0188 Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	20.000,00	20.000,00	0,00
	<b>9.543.470,32</b>	<b>9.543.470,32</b>	

-= [ CPL ] =-----{ 001 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCAO, SUBFUNCAO Exercício: 2011  
 E PROGRAMA CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS  
 ADENDO VII A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 8, DA LEI NR. 4.320/64

#11

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
	LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00
01	LEGISLATIVA	465.189,27	0,00	465.189,27
031	AÇÃO LEGISLATIVA	465.189,27	0,00	465.189,27
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	465.189,27	0,00	465.189,27
04	ADMINISTRAÇÃO	1.168.399,99	0,00	1.168.399,99
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	905.399,99	0,00	905.399,99
0002	GABINETE DO PREFEITO	253.000,00	0,00	253.000,00
0003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	652.399,99	0,00	652.399,99
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	263.000,00	0,00	263.000,00
0000	ENCARGOS ESPECIAIS	263.000,00	0,00	263.000,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	5.200,00	4.200,00	9.400,00
181	POLICIAMENTO	5.200,00	4.200,00	9.400,00
0004	SEGURANÇA PÚBLICA	5.200,00	4.200,00	9.400,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	124.289,12	8.800,00	133.089,12
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	28.999,58	2.000,00	30.999,58
0031	MELHOR IDADE	28.999,58	2.000,00	30.999,58
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	87.289,54	0,00	87.289,54
0032	ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	87.289,54	0,00	87.289,54
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	8.000,00	6.800,00	14.800,00
0030	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.000,00	6.800,00	14.800,00
10	SAÚDE	0,00	2.086.318,60	2.086.318,60
301	ATENÇÃO BÁSICA	0,00	1.496.642,00	1.496.642,00
0024	ATENÇÃO BÁSICA	0,00	1.472.590,64	1.472.590,64
0028	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0,00	24.051,36	24.051,36
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	575.000,00	575.000,00
0025	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSP	0,00	575.000,00	575.000,00
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	7.200,00	7.200,00
0027	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	7.200,00	7.200,00
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	7.476,60	7.476,60
0026	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	7.476,60	7.476,60
12	EDUCAÇÃO	370.500,00	2.042.911,00	2.413.411,00
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	50.000,00	15.000,00	65.000,00
0006	EDUCAÇÃO BÁSICA	50.000,00	15.000,00	65.000,00
361	ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	1.677.911,00	1.677.911,00
0006	EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	1.677.911,00	1.677.911,00
362	ENSINO MÉDIO	315.000,00	0,00	315.000,00
0008	ENSINO MÉDIO	150.000,00	0,00	150.000,00
0009	ENSINO SUPERIOR	165.000,00	0,00	165.000,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	350.000,00	350.000,00
0007	ATENDIMENTO A CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS	0,00	350.000,00	350.000,00
367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	5.500,00	0,00	5.500,00
0010	EDUCAÇÃO ESPECIAL	5.500,00	0,00	5.500,00
13	CULTURA	127.000,00	0,00	127.000,00
392	DIFUSÃO CULTURAL	127.000,00	0,00	127.000,00



-= [ CPL ] =-----{ 002 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCAO, SUBFUNCAO Exercício: 2011  
 E PROGRAMA CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS  
 ADENDO VII A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 8, DA LEI NR. 4.320/64

#11

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
0013	ACERVO CULTURAL	127.000,00	0,00	127.000,00
15	URBANISMO	802.306,42	101.800,00	904.106,42
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	802.306,42	101.800,00	904.106,42
0017	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	802.306,42	101.800,00	904.106,42
17	SANEAMENTO	111.000,00	0,00	111.000,00
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	111.000,00	0,00	111.000,00
0018	SANEAMENTO BÁSICO	111.000,00	0,00	111.000,00
20	AGRICULTURA	639.695,92	400.000,00	1.039.695,92
602	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL	35.000,00	0,00	35.000,00
0016	MELHORIA GENÉTICA	35.000,00	0,00	35.000,00
606	EXTENÇÃO RURAL	604.695,92	400.000,00	1.004.695,92
0015	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	604.695,92	400.000,00	1.004.695,92
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.500,00	0,00	2.500,00
695	TURISMO	2.500,00	0,00	2.500,00
0014	PROMOÇÃO AO TURISMO	2.500,00	0,00	2.500,00
25	ENERGIA	76.000,00	42.360,00	118.360,00
752	ENERGIA ELÉTRICA	76.000,00	42.360,00	118.360,00
0021	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	76.000,00	42.360,00	118.360,00
26	TRANSPORTE	600.000,00	62.000,00	662.000,00
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	600.000,00	62.000,00	662.000,00
0023	MALHA VIÁRIA	600.000,00	62.000,00	662.000,00
27	DESPORTO E LAZER	253.000,00	0,00	253.000,00
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	203.000,00	0,00	203.000,00
0011	DESPORTO AMADOR	203.000,00	0,00	203.000,00
813	LAZER	50.000,00	0,00	50.000,00
0012	PROMOÇÃO DE FESTAS E EVENTOS MUNICIPAIS	50.000,00	0,00	50.000,00
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,00	50.000,00
<b>Total Geral....:</b>		<b>4.795.080,72</b>	<b>4.748.389,60</b>	<b>9.543.470,32</b>

-=[ CPL ]=------{ 003 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO Exercício: 2011  
E PROGRAMA CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS  
ADENDO VII A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 8, DA LEI NR. 4.320/64

#11

Código	Especificações	Ordinário	Vinculado	Total
		0,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	3.991.616,80	3.471.314,70	7.462.931,50
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.431.438,99	1.822.266,34	3.253.705,33
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.560.177,81	1.649.048,36	4.209.226,17
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	753.463,92	1.277.074,90	2.030.538,82
44000000	INVESTIMENTOS	753.463,92	1.277.074,90	2.030.538,82
90000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,00	50.000,00
99000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,00	50.000,00
Total Geral....:		4.795.080,72	4.748.389,60	9.543.470,32

-= [ CPL ] =-----{ 001 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO - DEMONSTRATIVO DE FUNCAO, SUBFUNCAO Exercício: 2011  
 E PROGRAMA POR PROJETOS E ATIVIDADES  
 ADENDO VI A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 7, DA LEI NR. 4.320/64

#10

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
	LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00
01	LEGISLATIVA	160.000,00	305.189,27	0,00	465.189,27
031	AÇÃO LEGISLATIVA	160.000,00	305.189,27	0,00	465.189,27
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	160.000,00	305.189,27	0,00	465.189,27
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	1.168.399,99	0,00	1.168.399,99
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	905.399,99	0,00	905.399,99
0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	253.000,00	0,00	253.000,00
0003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	652.399,99	0,00	652.399,99
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	263.000,00	0,00	263.000,00
0000	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	263.000,00	0,00	263.000,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	9.400,00	0,00	9.400,00
181	POLICIAMENTO	0,00	9.400,00	0,00	9.400,00
0004	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	9.400,00	0,00	9.400,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	133.089,12	0,00	133.089,12
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	0,00	30.999,58	0,00	30.999,58
0031	MELHOR IDADE	0,00	30.999,58	0,00	30.999,58
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	87.289,54	0,00	87.289,54
0032	ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	0,00	87.289,54	0,00	87.289,54
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	0,00	14.800,00	0,00	14.800,00
0030	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	14.800,00	0,00	14.800,00
10	SAÚDE	108.224,30	1.978.094,30	0,00	2.086.318,60
301	ATENÇÃO BÁSICA	108.224,30	1.388.417,70	0,00	1.496.642,00
0024	ATENÇÃO BÁSICA	108.224,30	1.364.366,34	0,00	1.472.590,64
0028	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0,00	24.051,36	0,00	24.051,36
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	575.000,00	0,00	575.000,00
0025	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSP	0,00	575.000,00	0,00	575.000,00
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	7.200,00	0,00	7.200,00
0027	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	7.200,00	0,00	7.200,00
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	7.476,60	0,00	7.476,60
0026	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	7.476,60	0,00	7.476,60
12	EDUCAÇÃO	400.000,00	2.013.411,00	0,00	2.413.411,00
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
0006	EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
361	ENSINO FUNDAMENTAL	100.000,00	1.577.911,00	0,00	1.677.911,00
0006	EDUCAÇÃO BÁSICA	100.000,00	1.577.911,00	0,00	1.677.911,00
362	ENSINO MÉDIO	0,00	315.000,00	0,00	315.000,00
0008	ENSINO MÉDIO	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
0009	ENSINO SUPERIOR	0,00	165.000,00	0,00	165.000,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	300.000,00	50.000,00	0,00	350.000,00
0007	ATENDIMENTO A CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS	300.000,00	50.000,00	0,00	350.000,00
367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00
0010	EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00
13	CULTURA	0,00	127.000,00	0,00	127.000,00
392	DIFUSÃO CULTURAL	0,00	127.000,00	0,00	127.000,00

-= [ CPL ] =-----{ 002 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO - DEMONSTRATIVO DE FUNCAO, SUBFUNCAO Exercício: 2011  
 E PROGRAMA POR PROJETOS E ATIVIDADES  
 ADENDO VI A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 7, DA LEI NR. 4.320/64

#10

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
0013	ACERVO CULTURAL	0,00	127.000,00	0,00	127.000,00
15	URBANISMO	316.000,00	588.106,42	0,00	904.106,42
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	316.000,00	588.106,42	0,00	904.106,42
0017	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	316.000,00	588.106,42	0,00	904.106,42
17	SANEAMENTO	0,00	111.000,00	0,00	111.000,00
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	0,00	111.000,00	0,00	111.000,00
0018	SANEAMENTO BÁSICO	0,00	111.000,00	0,00	111.000,00
20	AGRICULTURA	460.000,00	579.695,92	0,00	1.039.695,92
602	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
0016	MELHORIA GENÉTICA	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
606	EXTENÇÃO RURAL	460.000,00	544.695,92	0,00	1.004.695,92
0015	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	460.000,00	544.695,92	0,00	1.004.695,92
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
695	TURISMO	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
0014	PROMOÇÃO AO TURISMO	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
25	ENERGIA	0,00	118.360,00	0,00	118.360,00
752	ENERGIA ELÉTRICA	0,00	118.360,00	0,00	118.360,00
0021	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	118.360,00	0,00	118.360,00
26	TRANSPORTE	0,00	662.000,00	0,00	662.000,00
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	0,00	662.000,00	0,00	662.000,00
0023	MALHA VIÁRIA	0,00	662.000,00	0,00	662.000,00
27	DESPORTO E LAZER	115.000,00	138.000,00	0,00	253.000,00
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	115.000,00	88.000,00	0,00	203.000,00
0011	DESPORTO AMADOR	115.000,00	88.000,00	0,00	203.000,00
813	LAZER	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
0012	PROMOÇÃO DE FESTAS E EVENTOS MUNICIPAIS	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
999	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
Total Geral...		1.559.224,30	7.984.246,02	0,00	9.543.470,32

-= [ CPL ] =-----{ 001 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA DEMONSTRATIVO DA EVOLUCAO DA DESPESA Exercício: 2011

#05

Código	Especificação	Fixada(2010)	Prevista(2011)
3000000000000	DESPESAS CORRENTES	7.014.770,05	7.462.931,50
3100000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.756.172,64	3.253.705,33
3171000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
3171000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	2.539,00
3171000000000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
3171000000000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	8.581,20
3190000000000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00
3190000000000	APLICAÇÕES DIRETAS	2.756.172,64	3.242.585,13
3200000000000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	0,00
3290000000000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00	0,00
3300000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.257.597,41	4.209.226,17
3350000000000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	0,00
3350000000000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	137.900,00
3370000000000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIONAIS	135.500,00	0,00
3371000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
3371000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	2.044,00
3371000000000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
3371000000000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	8.000,00
3390000000000	APLICAÇÕES DIRETAS	4.122.097,41	4.061.282,17
3390000000000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00
4000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	2.531.461,58	2.030.538,82
4400000000000	INVESTIMENTOS	2.530.461,58	2.030.538,82
4471000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
4471000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	363,92
4471000000000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
4471000000000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	750,60
4490000000000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00
4490000000000	APLICAÇÕES DIRETAS	2.530.461,58	2.029.424,30
4600000000000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000,00	0,00
4690000000000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00	0,00
9000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	50.000,00
9000000000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00
		Total Geral da Despesa	9.596.231,63   9.543.470,32

--[ CPL ]-----{ 001 }-

Município de IOMERÊ

[ORÇAMENTO DE 2011]

30/12/2010 Exercício: 2011 CONSOLIDADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA EVOLUCAO DA RECEITA - ARTIGO 22 - INCISO III DA LEI 4320/64

#03

Codigo	Especificação	Orçada(2010)	Estimada(2011)
1000.00.00.00.000	RECEITAS CORRENTES	7.941.231,63	9.960.567,93
1100.00.00.00.000	RECEITA TRIBUTARIA	286.353,40	263.457,00
1110.00.00.00.000	IMPOSTOS	227.822,26	218.257,00
1112.00.00.00.000	IMPOSTO SOBRE PATRIMONIO E A RENDA	0,00	156.757,00
1112.00.00.00.000	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	159.886,60	0,00
1112.00.00.00.000 0100	Imposto Sobre Patrimonio e a Renda	0,00	0,00
1112.02.00.00.000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	66.720,05	0,00
1112.02.00.00.000 0100	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	40.032,03	35.640,00
1112.02.00.00.000 0101	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	16.680,01	14.850,00
1112.02.00.00.000 0102	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	10.008,01	8.910,00
1112.04.00.00.000	IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQUER NATUREZA E ADIC.	0,00	81.357,00
1112.04.00.00.000	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	76.752,04	0,00
1112.04.31.00.000	IMP.DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS REND.DO TRABALHO	76.752,04	0,00
1112.04.31.00.000 0100	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/ Rendimentos do Trabalho	0,00	48.814,20
1112.04.31.00.000 0100	Imp.de Renda Retido Nas Fontes Sobre Os Rend.do Trabalho	46.051,22	0,00
1112.04.31.00.000 0101	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/ Rendimentos do Trabalho	0,00	20.339,25
1112.04.31.00.000 0101	Imp.de Renda Retido Nas Fontes Sobre Os Rend.do Trabalho	19.188,01	0,00
1112.04.31.00.000 0102	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/ Rendimentos do Trabalho	0,00	12.203,55
1112.04.31.00.000 0102	Imp.de Renda Retido Nas Fontes Sobre Os Rend.do Trabalho	11.512,81	0,00
1112.08.00.00.000	IMP.SOB.TRANS."INT.VIV." DE BENS IMOV.E DE DIR.REAIS SOB.IMO	16.414,51	0,00
1112.08.00.00.000 0100	Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Dir. Reais Itbi	0,00	9.600,00
1112.08.00.00.000 0100	Imp.sob.trans."int.viv." de Bens Imov.e de Dir.reais Sob.imo	9.848,70	0,00
1112.08.00.00.000 0101	Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Dir. Reais Itbi	0,00	4.000,00
1112.08.00.00.000 0101	Imp.sob.trans."int.viv." de Bens Imov.e de Dir.reais Sob.imo	4.103,63	0,00
1112.08.00.00.000 0102	Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Dir. Reais Itbi	0,00	2.400,00
1112.08.00.00.000 0102	Imp.sob.trans."int.viv." de Bens Imov.e de Dir.reais Sob.imo	2.462,18	0,00
1113.00.00.00.000	IMPOSTO SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO	0,00	61.500,00
1113.00.00.00.000	IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO	67.935,66	0,00
1113.05.00.00.000	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	67.935,66	61.500,00
1113.05.01.00.000	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	67.935,66	0,00
1113.05.01.00.000 0100	Imposto Sobre Servicos de Qualquer Natureza	44.478,00	36.900,00
1113.05.01.00.000 0101	Imposto Sobre Servicos de Qualquer Natureza	16.785,96	15.375,00
1113.05.01.00.000 0102	Imposto Sobre Servicos de Qualquer Natureza	6.671,70	9.225,00
1120.00.00.00.000	TAXAS	30.397,98	39.200,00
1121.00.00.00.000	TAXA PELO EXERCICIO PODER DE POLICIA	0,00	19.900,00
1121.00.00.00.000	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	14.593,27	0,00
1121.17.00.00.000 0100	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria	0,00	3.000,00
1121.22.00.00.000 0100	Taxa de Servicos Administrativos	0,00	0,00
1121.25.00.00.000 0100	Taxa de Licenca P/func.de Estabelec.com.,ind e Prest.serv.	0,00	13.000,00
1121.25.00.00.000 0100	Tx.de Lic.para Func.de Est.com.,ind.e Prestadoras de Serv.	10.833,82	0,00
1121.29.00.00.000 0100	Taxa de Licenca P/ Execucao de Obras	0,00	2.000,00
1121.29.00.00.000 0100	Taxa de Licenca Para Execucao de Obras	2.118,00	0,00
1121.99.00.00.000 0100	Outras Taxas Pelo Exercicio de Poder de Policia	0,00	1.900,00
1121.99.00.00.000 0100	Outras Taxas Pelo Exercicio do Poder de Policia	1.641,45	0,00
1122.00.00.00.000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	15.804,71	19.300,00
1122.90.00.00.000 0100	Taxa de Limpeza Publica	13.978,80	17.000,00
1122.99.00.00.000 0100	Outras Taxas Pela Prestacao de Servicos	1.825,91	2.300,00
1130.00.00.00.000	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	28.133,16	6.000,00
1130.04.00.00.000 0100	Contr.de Melhoria Para Pavimentacao e Obras Complementares	28.133,16	0,00
1130.04.00.00.000 0100	Contribuicao de Melhoria P/ Pavimentacao e Obras Complement.	0,00	6.000,00

--[ CPL ]-----{ 002 }-

Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 Exercício: 2011 CONSOLIDADO

ESTADO DE SANTA CATARINA DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA - ARTIGO 22 - INCISO III DA LEI 4320/64

#03

Código	Especificação	Orçada(2010)	Estimada(2011)
1200.00.00.00.000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	42.360,00
1200.00.00.00.000	RECEITAS DE CONTRIBUICOES	40.000,00	0,00
1220.00.00.00.000	CONTRIBUICOES ECONOMICAS	40.000,00	0,00
1220.29.00.00.000 0117	Contribuicao Para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica	40.000,00	0,00
1230.00.00.00.000 0117	Contribuicao Para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica	0,00	42.360,00
1300.00.00.00.000	RECEITA PATRIMONIAL	62.256,99	64.900,00
1310.00.00.00.000	REC.IMOBILIARIAS PROV.DA UTILIZACAO,POR TERCEIROS,DE BENS IM	11.692,37	0,00
1310.00.00.00.000	RECEITAS IMOBILIARIAS	0,00	12.000,00
1315.00.00.00.000 0100	Taxa de Ocupacao de Imoveis	11.692,37	12.000,00
1320.00.00.00.000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	50.564,62	52.900,00
1325.00.00.00.000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	50.564,62	52.900,00
1325.01.00.00.000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	14.200,00	13.900,00
1325.01.02.00.000 0118	Receita Remuneracao deposito Banc.de Rec.vinc.-fundef	2.100,00	2.100,00
1325.01.03.00.000 0100	Rec Remuneracao deposito Banc.de Rec.vinc.fundo de Saude	900,00	2.000,00
1325.01.08.00.000 0158	Rec.rem.dep. Ban. de Rec.vinc. Salario Educacao	3.600,00	1.300,00
1325.01.09.00.000 0187	Rec.rem. dep. Ban. de Rec. Vic. Alienacao de Bens - Educacao	0,00	100,00
1325.01.10.00.000 0152	Rec. Rem. dep. Rec. Vinc. - Fundo Nac. de Assist. Soc. Fnas	0,00	0,00
1325.01.11.00.000 0166	Rec. Rem. dep. Banc. Rec Vigilancia Saude	0,00	0,00
1325.01.12.00.000 0167	Rec. Rem. dep. Banc. Rec Assistencia Farmaceutica	0,00	0,00
1325.01.13.00.000 0164	Rec. Rem. Banc. Recurso Pab	0,00	0,00
1325.01.14.00.000 0122	Rec. Rem. dep Banc. Vinc. Transf Convenios Educacao	0,00	0,00
1325.01.15.00.000 0123	Rec. Rem. dep. Banc. Transf. Convenios Saude	0,00	0,00
1325.01.99.00.000 0100	Rec.remun.de Outros dep.banc.de Recursos Vinculados	7.600,00	8.400,00
1325.02.00.00.000	REM.DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINCULADOS	36.364,62	0,00
1325.02.00.00.000	REMUNER.DE DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINCULADOS	0,00	39.000,00
1325.02.99.00.000 0100	Remuneracao Outros depositos de Recursos Nao Vinculados	36.364,62	39.000,00
1600.00.00.00.000	RECEITA DE SERVICOS	33.474,87	44.000,00
1600.13.00.00.000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	3.146,93	4.000,00
1600.13.01.00.000 0100	Servicos de Inscricao Em Concursos Publicos	1.348,46	3.000,00
1600.13.02.00.000 0100	Servicos de Venda de Editais	1.083,71	0,00
1600.13.99.00.000 0100	Outros Servicos Administrativos	714,76	1.000,00
1600.45.00.00.000 0100	Serv. de Preparacao da Terra Em Propriedades Particulares	0,00	40.000,00
1600.45.00.00.000 0100	Serv.de Preparacao da Terra Em Propr.s Particulares Anexo Vi	30.327,94	0,00
1700.00.00.00.000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	7.486.124,96	9.502.426,00
1720.00.00.00.000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.426.124,96	9.472.426,00
1721.00.00.00.000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	4.001.268,11	4.991.338,56
1721.01.00.00.000	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	3.377.667,18	4.404.120,00
1721.01.02.00.000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	4.219.171,73	0,00
1721.01.02.00.000 0100	Cota-parte do Fundo de Participacao dos Municipios	2.531.503,04	2.640.612,00
1721.01.02.00.000 0101	Cota-parte do Fundo de Participacao dos Municipios	1.054.792,93	1.100.255,00
1721.01.02.00.000 0102	Cota-parte do Fundo de Participacao dos Municipios	632.875,76	660.153,00
1721.01.05.00.000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	2.912,25	0,00
1721.01.05.00.000 0100	Cota-parte do Imposto S/a Propriedade Territorial Rural	0,00	1.860,00
1721.01.05.00.000 0100	Cota-parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	1.747,35	0,00
1721.01.05.00.000 0101	Cota-parte do Imposto S/a Propriedade Territorial Rural	0,00	775,00
1721.01.05.00.000 0101	Cota-parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	728,06	0,00
1721.01.05.00.000 0102	Cota-parte do Imposto S/a Propriedade Territorial Rural	0,00	465,00
1721.01.05.00.000 0102	Cota-parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	436,84	0,00
9721.01.02.00.000 0101	Deducao de Receita Para Formacao Fundeb-fpm	-843.834,35	0,00
9721.01.05.00.000 0101	Deducao da Receita Para Formacao do Fundeb - Itr	-582,45	0,00
1721.09.00.00.000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	56.746,25	30.000,00
1721.09.99.00.000 0100	Demais Transferencias da Uniao	0,00	30.000,00

--[ CPL ]-----{ 003 }-

Município de IOMERÊ

[ORÇAMENTO DE 2011]

30/12/2010 Exercício: 2011 CONSOLIDADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA EVOLUCAO DA RECEITA - ARTIGO 22 - INCISO III DA LEI 4320/64

#03

Codigo	Especificação	Orçada(2010)	Estimada(2011)
1721.09.99.00.000 0201	Demais Transferencias da Uniao	56.746,25	0,00
1721.22.00.00.000	TRANS.DA COMP.FINANCEIRA PELA EXPLORACAO DE REC.NATURAIS	60.151,20	0,00
1721.22.00.00.000	TRANSF. DA COMPENSACAO FINANCEIRA	0,00	49.900,00
1721.22.20.00.000 0100	Cota-parte da Compens.financ. de Recursos Minerais	0,00	7.900,00
1721.22.20.00.000 0100	Cota-parte da Compensacao Financeira de Rec.minerais-cfem	7.413,00	0,00
1721.22.70.00.000 0100	Cota-parte do Fundo Especial do Petroleo-fep	52.738,20	0,00
1721.22.70.00.000 0144	Cota-parte do Fundo Especial do Petroleo - Fep	0,00	42.000,00
1721.33.00.00.000	TRANSF. REC. SISTEMA UNICO SAUDE-SUS REP. FUNDO A FUNDO	374.320,76	381.105,96
1721.33.01.00.000 0164	Piso Atencao Basica - Pab Fixo	44.829,00	0,00
1721.33.01.00.000 0164	Piso de Atencao Basica - (pab Fixo)	0,00	47.466,00
1721.33.31.00.000 0164	Programa de Saude da Familia - (psf)	76.800,00	76.800,00
1721.33.32.00.000 0164	Programa de Agentes Comunitarios de Saude (pacs)	48.804,00	54.684,00
1721.33.33.00.000 0166	Epidemiologia e Controle de doencas	7.200,00	7.476,60
1721.33.34.00.000 0167	Programa de Assistencia Farmaceutica Basica (federal)	10.487,76	13.479,36
1721.33.36.00.000 0166	Acoes Basicas de Vigilancia Sanitaria	7.200,00	7.200,00
1721.33.37.00.000 0164	Programa de Saude Bucal - Psb	24.000,00	24.000,00
1721.33.38.00.000 0165	Servico de Atendimento Movei de Urgencia - Samu	150.000,00	150.000,00
1721.33.39.00.000 0170	Gesao Sus	5.000,00	0,00
1721.34.00.00.000	TRANSFERENCIAS REC. FDO.NACIONAL ASSIST. SOC. - FNAS	9.334,04	8.800,00
1721.34.01.00.000 0147	Piso Basico de Transicao - Api	9.334,04	2.000,00
1721.34.02.00.000 0152	Programa Bolsa Familia Igd	0,00	800,00
1721.34.02.00.000 0152	Transf. de Rec. do Fnas - Igd	0,00	0,00
1721.34.03.00.000 0152	Transf. Rec. do Fnas - Pbvii	0,00	0,00
1721.34.06.00.000 0152	Transferencia de Recursos Fnas - Pbviii	0,00	6.000,00
1721.35.00.00.000	TRANS.DE REC.DO FUNDO NAC.DO DESENV.DA EDUCACAO-FNDE	100.000,00	0,00
1721.35.00.00.000	TRANSF.RECURSOS FDO.NAC.DESENV.EDUCACAO-FNDE	0,00	87.360,00
1721.35.01.00.000 0158	Transf. do Salario Educacao	0,00	42.360,00
1721.35.01.00.000 0158	Transferencias do Salario-educacao	40.000,00	0,00
1721.35.03.00.000 0160	Transf. Direta Pnae-alimentacao	30.000,00	15.000,00
1721.35.04.00.000 0161	Transf. Direta do Fnde Ref Pnate	30.000,00	30.000,00
1721.36.00.00.000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA DO ICMS-DESONERACAO-L.C.NO 87/96	28.810,85	0,00
1721.36.00.00.000 0100	Transf.financ. Icms desoneracao Lei Lc 87/96	0,00	18.031,56
1721.36.00.00.000 0100	Transferencia Financeira do Icms-desoneracao-l.c.no 87/96	17.286,51	0,00
1721.36.00.00.000 0101	Transf.financ. Icms desoneracao Lei Lc 87/96	0,00	7.513,15
1721.36.00.00.000 0101	Transferencia Financeira do Icms-desoneracao-l.c.no 87/96	7.202,71	0,00
1721.36.00.00.000 0102	Transf.financ. Icms desoneracao Lei Lc 87/96	0,00	4.507,89
1721.36.00.00.000 0102	Transferencia Financeira do Icms-desoneracao-l.c.no 87/96	4.321,63	0,00
9721.36.00.00.000 0101	Deducao de Receita Para Formacao Fundeb-lc-87/96	-5.762,17	0,00
1722.00.00.00.000	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	2.974.856,85	4.001.087,44
1722.01.00.00.000	PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	0,00	3.896.315,44
1722.01.01.00.000	COTA-PARTE DO ICMS	3.348.967,12	0,00
1722.01.01.00.000 0100	Cota-parte do Icms	2.009.380,27	2.109.849,29
1722.01.01.00.000 0101	Cota-parte do Icms	837.241,78	879.103,87
1722.01.01.00.000 0102	Cota-parte do Icms	502.345,07	527.462,32
1722.01.02.00.000	COTA-PARTE DO IPVA	193.886,31	0,00
1722.01.02.00.000 0100	Cota-parte do Ipva	116.331,78	152.789,25
1722.01.02.00.000 0101	Cota-parte do Ipva	48.471,58	63.662,18
1722.01.02.00.000 0102	Cota-parte do Ipva	29.082,95	38.197,31
1722.01.04.00.000	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	102.185,65	0,00
1722.01.04.00.000 0100	Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao	61.311,39	63.150,59
1722.01.04.00.000 0101	Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao	25.546,41	26.312,80
1722.01.04.00.000 0102	Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao	15.327,85	15.787,83



--[ CPL ]-----{ 004 }--  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 Exercício: 2011 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA - ARTIGO 22 - INCISO III DA LEI 4320/64

#03

Código	Especificação	Orçada(2010)	Estimada(2011)
1722.01.13.00.000 0100	Cota-parte da Contr.de Intervencao No dominio Economico	19.221,20	0,00
1722.01.13.00.000 0116	Cota Parte Intervencao de dom. Economico - Cide	0,00	20.000,00
9722.01.01.00.000 0101	Deducao de Receita Para Formacao Fundeb-icms	-669.793,43	0,00
9722.01.02.00.000 0101	Deducoes da Receita Para Formacao do Fundeb - Ipva	-38.777,27	0,00
9722.01.04.00.000 0101	Deducao de Receita Para Formacao Fundeb-ipi-exp.	-20.437,13	0,00
1722.33.00.00.000	TRANSF.REC. ESTADO P/PROGRAMA DE SAUDE-REPASSE FUNDO A FUNDO	9.604,40	58.572,00
1722.33.01.00.000 0164	Repasse Fdo Estadual de Saude - Psf/cib	5.000,00	48.000,00
1722.33.33.00.000 0167	Programa de Assistencia Farmaceutica Basica (estado)	4.604,40	10.572,00
1722.99.00.00.000 0100	Outras Transferencias dos Estados	0,00	0,00
1722.99.00.00.000 0122	Outras Transferencias dos Estados	30.000,00	30.000,00
1722.99.00.00.000 0164	Outras Transferencias dos Estados	0,00	16.200,00
1724.00.00.00.000	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	450.000,00	480.000,00
1724.01.00.00.000	TRANS.DE REC.DO FUNDO DE MAN.E DES.DA ED.BASICA FUNDEB	450.000,00	0,00
1724.01.00.00.000 0118	Trans.de Rec.do Fundo de Man.e des.da Ed.basica Fundeb	450.000,00	0,00
1724.01.00.00.000 0118	Transf.rec.fundo Manut.desenv.educ.basica Val.prof.ed.fundeb	0,00	480.000,00
1760.00.00.00.000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	60.000,00	30.000,00
1763.00.00.00.000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTIDAD	60.000,00	30.000,00
1763.99.00.00.000 0123	Outras Transferencias de Convenios dos Municipios	60.000,00	30.000,00
1900.00.00.00.000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.021,41	43.424,93
1910.00.00.00.000	MULTAS E JUROS DE MORA	18.075,41	18.814,93
1911.00.00.00.000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	2.665,49	2.414,93
1911.38.00.00.000	MUL.E JUR.DE MORA DO IMP.SOB.A PROPR.PRED.E TERR.URB.-IPTU	1.713,81	0,00
1911.38.00.00.000 0100	Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.a Propr.pred.e Terr.urb.-iptu	1.028,29	0,00
1911.38.00.00.000 0100	Multas/juros de Mora do Imp.s/propr.territ.urbana - Iptu	0,00	1.088,96
1911.38.00.00.000 0101	Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.a Propr.pred.e Terr.urb.-iptu	428,45	0,00
1911.38.00.00.000 0101	Multas/juros de Mora do Imp.s/propr.territ.urbana - Iptu	0,00	453,73
1911.38.00.00.000 0102	Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.a Propr.pred.e Terr.urb.-iptu	257,07	0,00
1911.38.00.00.000 0102	Multas/juros de Mora do Imp.s/propr.territ.urbana - Iptu	0,00	272,24
1911.39.00.00.000	MUL.E JUR.DE MORA DO IMP.SOB.A TRANS.INT.VIV.DE BENS IMOV.-I	0,00	0,00
1911.40.00.00.000	MUL.E JUR.DE MORA DO IMP.SOB.SERV.DE QUALQUER NAT.-ISS	119,76	0,00
1911.40.00.00.000 0100	Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.serv.de Qualquer Nat.-iss	71,86	0,00
1911.40.00.00.000 0100	Multas e Juros de Mora do Imposto S/servicos Qual. Nat.- Iss	0,00	60,00
1911.40.00.00.000 0101	Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.serv.de Qualquer Nat.-iss	29,94	0,00
1911.40.00.00.000 0101	Multas e Juros de Mora do Imposto S/servicos Qual. Nat.- Iss	0,00	25,00
1911.40.00.00.000 0102	Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.serv.de Qualquer Nat.-iss	17,96	0,00
1911.40.00.00.000 0102	Multas e Juros de Mora do Imposto S/servicos Qual. Nat.- Iss	0,00	15,00
1911.98.00.00.000 0100	Multas e Juros de Mora das Contribuicoes de Melhoria	420,36	0,00
1911.98.00.00.000 0100	Multas Juros Mora das Contribuicoes de Melhoria	0,00	300,00
1911.99.00.00.000 0100	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	411,56	200,00
1913.00.00.00.000	MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	7.467,42	0,00
1913.00.00.00.000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE TRIBUTOS	0,00	10.100,00
1913.11.00.00.000	MUL.E JUR.DE MORA DA DIV.AT.DO IMP.SOB.A PROPR.PRED.E TERR.U	1.239,35	0,00
1913.11.00.00.000 0100	Mul.e Jur.de Mora da Div.at.do Imp.sob.a Propr.pred.e Terr.u	743,61	0,00
1913.11.00.00.000 0100	Multas/juros Mora Divida Ativa do Imp.s/prop.territ.urb.iptu	0,00	1.200,00
1913.11.00.00.000 0101	Mul.e Jur.de Mora da Div.at.do Imp.sob.a Propr.pred.e Terr.u	309,84	0,00
1913.11.00.00.000 0101	Multas/juros Mora Divida Ativa do Imp.s/prop.territ.urb.iptu	0,00	500,00
1913.11.00.00.000 0102	Mul.e Jur.de Mora da Div.at.do Imp.sob.a Propr.pred.e Terr.u	185,90	0,00
1913.11.00.00.000 0102	Multas/juros Mora Divida Ativa do Imp.s/prop.territ.urb.iptu	0,00	300,00
1913.13.00.00.000	MUL.E JUR.DE MORA DA DIV.AT.DO IMP.SOB.SERV.DE QQR.NAT.-ISS	158,85	0,00
1913.13.00.00.000 0100	Mul.e Jur.de Mora da Div.at.do Imp.sob.serv.de Qqr.nat.-iss	95,31	0,00
1913.13.00.00.000 0100	Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Qual.nat. - Iss	0,00	60,00
1913.13.00.00.000 0101	Mul.e Jur.de Mora da Div.at.do Imp.sob.serv.de Qqr.nat.-iss	39,71	0,00

-= [ CPL ] =-----{ 005 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 Exercício: 2011 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA - ARTIGO 22 - INCISO III DA LEI 4320/64  
 -----  
 #03

Código	Especificação	Orçada(2010)	Estimada(2011)
1913.13.00.00.000 0101	Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Qual.nat. - Iss	0,00	25,00
1913.13.00.00.000 0102	Mul.e Jur.de Mora da Div.at.do Imp.sob.serv.de Qgr.nat.-iss	23,83	0,00
1913.13.00.00.000 0102	Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Qual.nat. - Iss	0,00	15,00
1913.98.00.00.000 0100	Multas e Juros de Mora da Div.at.das Contr.de Melhoria.	6.069,22	0,00
1913.98.00.00.000 0100	Multas/juros Mora Div.ativ. de Contribuicoes de Melhoria	0,00	8.000,00
1919.00.00.00.000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	7.942,50	6.300,00
1919.15.00.00.000 0100	Multas Previstas Na Legislacao de Transito	7.413,00	0,00
1919.15.00.00.000 0154	Multas Previstas Na Legislacao de Transito	0,00	2.100,00
1919.15.00.00.000 0155	Multas Previstas Na Legislacao de Transito	0,00	2.100,00
1919.15.00.00.000 0156	Multas Previstas Na Legislacao de Transito	0,00	1.800,00
1919.99.00.00.000 0100	Outras Multas	529,50	300,00
1920.00.00.00.000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.236,00	8.000,00
1922.00.00.00.000	RESTITUICOES	4.236,00	8.000,00
1922.00.00.00.000 0100	Restituicoes	0,00	0,00
1922.99.00.00.000 0100	Outras Restituicoes	4.236,00	8.000,00
1922.99.01.00.000 0123	Outras Restituicoes -transf. Convenios Saude	0,00	0,00
1930.00.00.00.000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	9.551,00	6.510,00
1931.00.00.00.000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	9.551,00	6.510,00
1931.11.00.00.000	REC.DA DIV.AT.DO IMP.SOB.A PROPR.PREDIAL E TERR.URB.-IPTU	4.509,48	0,00
1931.11.00.00.000	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP.S/PROPR.TERRIT.URBANA - IPTU	0,00	3.510,00
1931.11.06.00.000	DIVIDA ATIVA IPTU 2004	264,75	0,00
1931.11.06.00.000 0100	Divida Ativa Iptu 2004	158,85	156,00
1931.11.06.00.000 0101	Divida Ativa Iptu 2004	66,19	65,00
1931.11.06.00.000 0102	Divida Ativa Iptu 2004	39,71	39,00
1931.11.07.00.000	DIVIDA ATIVA IPTU 2005	635,40	0,00
1931.11.07.00.000 0100	Divida Ativa Iptu 2005	381,24	300,00
1931.11.07.00.000 0101	Divida Ativa Iptu 2005	158,85	125,00
1931.11.07.00.000 0102	Divida Ativa Iptu 2005	95,31	75,00
1931.11.08.00.000	DIVIDA ATIVA IPTU 2006	741,31	0,00
1931.11.08.00.000 0100	Divida Ativa Iptu 2006	444,78	300,00
1931.11.08.00.000 0101	Divida Ativa Iptu 2006	185,33	125,00
1931.11.08.00.000 0102	Divida Ativa Iptu 2006	111,20	75,00
1931.11.09.00.000	DIVIDA ATIVA IPTU 2007	1.376,71	0,00
1931.11.09.00.000 0100	Divida Ativa Iptu 2007	826,02	480,00
1931.11.09.00.000 0101	Divida Ativa Iptu 2007	344,18	200,00
1931.11.09.00.000 0102	Divida Ativa Iptu 2007	206,51	120,00
1931.11.10.00.000	DIVIDA ATIVA IPTU 2008	741,31	0,00
1931.11.10.00.000 0100	Divida Ativa Iptu 2008	444,78	420,00
1931.11.10.00.000 0101	Divida Ativa Iptu 2008	185,33	175,00
1931.11.10.00.000 0102	Divida Ativa Iptu 2008	111,20	105,00
1931.11.11.00.000	DIVIDA ATIVA IPTU 2009	750,00	0,00
1931.11.11.00.000 0100	Divida Ativa Iptu 2009	450,00	450,00
1931.11.11.00.000 0101	Divida Ativa Iptu 2009	187,50	187,50
1931.11.11.00.000 0102	Divida Ativa Iptu 2009	112,50	112,50
1931.98.00.00.000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA.	5.041,52	0,00
1931.98.00.00.000	RECEITA DIVIDA ATIVA DAS CONTRIBUICAO DE MELHORIA	0,00	3.000,00
1931.98.04.00.000 0100	Divida Ativa Contribuicao Melhoria 2002	1.588,50	2.000,00
1931.98.07.00.000 0100	Divida Ativa Contribuicao Melhoria 2005	3.453,02	1.000,00
1990.00.00.00.000	RECEITAS DIVERSAS	1.159,00	10.100,00
1990.99.00.00.000 0100	Outras Receitas	1.159,00	10.100,00
2000.00.00.00.000	RECEITAS DE CAPITAL	1.655.000,00	1.245.000,00

-= [ CPL ] =-----{ 006 }-  
 Município de IOMERÊ (ORÇAMENTO DE 2011) 30/12/2010 Exercício: 2011 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA - ARTIGO 22 - INCISO III DA LEI 4320/64  
 -----  
 #03

Código	Especificação	Orçada(2010)	Estimada(2011)
2200.00.00.00.000	ALIENACAO DE BENS	27.500,00	45.000,00
2210.00.00.00.000 0187	Alienacao de Bens Moveis	0,00	25.000,00
2210.00.00.00.000 0188	Alienacao de Bens Moveis	5.000,00	20.000,00
2210.00.00.00.000 0189	Alienacao de Bens Moveis	22.500,00	0,00
2400.00.00.00.000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.627.500,00	1.200.000,00
2470.00.00.00.000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	1.627.500,00	1.200.000,00
2471.00.00.00.000	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	1.027.500,00	0,00
2471.00.00.00.000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	1.100.000,00
2471.01.00.00.000 0123	Transf. de Conv. Uniao P/sistema Unico de Saude - Sus	0,00	300.000,00
2471.02.00.00.000 0122	Transferencias de Conv. da Uniao destin. a Prog. de Educacao	550.000,00	300.000,00
2471.03.00.00.000 0124	Trans.de Conv.da Uniao dest.a Progr.de Saneamento Basico	20.000,00	0,00
2471.99.00.00.000 0124	Outras Transferencias de Convenio da Uniao	0,00	500.000,00
2471.99.00.00.000 0124	Outras Transferencias de Convenios da Uniao	457.500,00	0,00
2472.00.00.00.000	TRANS.DE CONV.DOS EST.E DO DIST.FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	600.000,00	0,00
2472.00.00.00.000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DF E SUAS ENTIDADE	0,00	100.000,00
2472.02.00.00.000 0122	Trans.de Convenios dos Estados dest.a Progr.de Educacao	500.000,00	0,00
2472.02.00.00.000 0122	Transferencias de Conv.dos Estados destin.a Prog. de Educaca	0,00	100.000,00
2472.99.00.00.000 0123	Outras Transferencias de Convenio dos Estados	0,00	0,00
2472.99.00.00.000 0124	Outras Transferencias de Convenio dos Estados	100.000,00	0,00
9721.01.02.00.000 0101	Deducao de Receita Para Formacao Fundeb	0,00	-880.204,00
9721.01.05.00.000 0101	Deducao da Receita Para Formacao do Fundeb - Itr	0,00	-620,00
9721.36.00.00.000 0101	Ded. Transf.financ. Icms desoneracao Lei Lc 87/96	0,00	-6.010,52
9722.01.01.00.000 0101	Deducao de Receita Para Formacao Fundeb	0,00	-703.283,10
9722.01.02.00.000 0101	Deducoes da Receita Para Formacao do Fundeb - Ipva	0,00	-50.929,75
9722.01.04.00.000 0101	Deducao de Receita Para Formacao Fundeb	0,00	-21.050,24
Total Geral da Receita			
		9.596.231,63	9.543.470,32

-=[ CPL ]=------{ 001 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
PROGRAMA DE TRABALHO  
ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 6, DA LEI NR. 4.320/64  
ESTADO DE SANTA CATARINA Exercício: 2011  
-----  
#09

Orgao: 01 - PODER LEGISLATIVO  
Unidade Orcamentária: 0101 - CÂMARA MUNICIPAL

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
01	LEGISLATIVA	160.000,00	305.189,27	0,00	465.189,27
031	AÇÃO LEGISLATIVA	160.000,00	305.189,27	0,00	465.189,27
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	160.000,00	305.189,27	0,00	465.189,27
1002	CONSTRUÇÃO PRÉDIO DA CAMARA	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00
2003	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	0,00	305.189,27	0,00	305.189,27
Total.....:		160.000,00	305.189,27	0,00	465.189,27

-=[ CPL ]=------{ 002 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
PROGRAMA DE TRABALHO  
ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 6, DA LEI NR. 4.320/64  
ESTADO DE SANTA CATARINA Exercício: 2011  
-----  
#09

Orgao: 02 - GABINETE DO PREFEITO  
Unidade Orcamentária: 0201 - GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	253.000,00	0,00	253.000,00
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	253.000,00	0,00	253.000,00
0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	253.000,00	0,00	253.000,00
2004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	0,00	253.000,00	0,00	253.000,00
Total.....:		0,00	253.000,00	0,00	253.000,00

-=[ CPL ]=------{ 003 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
PROGRAMA DE TRABALHO  
ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 6, DA LEI NR. 4.320/64  
ESTADO DE SANTA CATARINA Exercício: 2011  
-----  
#09

Orgao: 03 - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Unidade Orcamentária: 0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	915.399,99	0,00	915.399,99
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	652.399,99	0,00	652.399,99
0003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	652.399,99	0,00	652.399,99
2006	MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	652.399,99	0,00	652.399,99
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	263.000,00	0,00	263.000,00
0000	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	263.000,00	0,00	263.000,00
2007	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	0,00	78.000,00	0,00	78.000,00
2009	CONTRIBUIÇÕES	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00
2010	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
2013	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A PESSOAS FÍSICAS	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	9.400,00	0,00	9.400,00
181	POLICIAMENTO	0,00	9.400,00	0,00	9.400,00
0004	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	9.400,00	0,00	9.400,00
2014	MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLICIA CIVIL	0,00	3.300,00	0,00	3.300,00
2015	MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR	0,00	6.100,00	0,00	6.100,00
Total.....:		0,00	924.799,99	0,00	924.799,99

-----{ 004 }-----  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
PROGRAMA DE TRABALHO  
ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 6, DA LEI NR. 4.320/64  
ESTADO DE SANTA CATARINA Exercício: 2011  
-----  
#09

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentária: 0401 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
12	EDUCAÇÃO	400.000,00	2.013.411,00	0,00	2.413.411,00
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
0006	EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
2017	MERENDA ESCOLAR	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
361	ENSINO FUNDAMENTAL	100.000,00	1.577.911,00	0,00	1.677.911,00
0006	EDUCAÇÃO BÁSICA	100.000,00	1.577.911,00	0,00	1.677.911,00
1023	CONSTRUÇÃO, ANPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2020	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	562.151,00	0,00	562.151,00
2021	APLICAÇÃO DO FUNDEB	0,00	482.100,00	0,00	482.100,00
2022	APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	43.660,00	0,00	43.660,00
2024	TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	490.000,00	0,00	490.000,00
362	ENSINO MÉDIO	0,00	315.000,00	0,00	315.000,00
0008	ENSINO MÉDIO	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
2025	TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO (NOTURNO)	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
0009	ENSINO SUPERIOR	0,00	165.000,00	0,00	165.000,00
2016	TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00
2026	BOLSAS DE ESTUDOS	0,00	75.000,00	0,00	75.000,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	300.000,00	50.000,00	0,00	350.000,00
0007	ATENDIMENTO A CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS	300.000,00	50.000,00	0,00	350.000,00
1019	CONSTRUÇÃO, AMPLICAÇÃO E REFORMA DE CRECHES	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
2018	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO DE 0 A 5 ANOS	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00
0010	EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00
2028	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00
Total.....:		400.000,00	2.013.411,00	0,00	2.413.411,00

-=[ CPL ]=------{ 005 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
PROGRAMA DE TRABALHO  
ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 6, DA LEI NR. 4.320/64  
ESTADO DE SANTA CATARINA Exercício: 2011  
-----  
#09

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentária: 0402 - ESPORTE

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
27	DESPORTO E LAZER	115.000,00	88.000,00	0,00	203.000,00
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	115.000,00	88.000,00	0,00	203.000,00
0011	DESPORTO AMADOR	115.000,00	88.000,00	0,00	203.000,00
1032	CONSTRUÇÃO, REFORMAS DE QUADRAS, CAMPOS E GINÁSIOS DE E	115.000,00	0,00	0,00	115.000,00
2031	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	0,00	88.000,00	0,00	88.000,00
Total.....:		115.000,00	88.000,00	0,00	203.000,00



-=[ CPL ]=------{ 006 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
PROGRAMA DE TRABALHO  
ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 6, DA LEI NR. 4.320/64  
ESTADO DE SANTA CATARINA Exercício: 2011  
-----  
#09

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentária: 0403 - LAZER

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
27	DESPORTO E LAZER	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
813	LAZER	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
0012	PROMOÇÃO DE FESTAS E EVENTOS MUNICIPAIS	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
2033	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
Total.....:		0,00	50.000,00	0,00	50.000,00

-=[ CPL ]=------{ 007 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
PROGRAMA DE TRABALHO  
ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 6, DA LEI NR. 4.320/64  
ESTADO DE SANTA CATARINA Exercício: 2011  
-----  
#09

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentária: 0404 - CULTURA

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
13	CULTURA	0,00	127.000,00	0,00	127.000,00
392	DIFUSÃO CULTURAL	0,00	127.000,00	0,00	127.000,00
0013	ACERVO CULTURAL	0,00	127.000,00	0,00	127.000,00
2036	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	0,00	125.000,00	0,00	125.000,00
2038	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
Total.....:		0,00	127.000,00	0,00	127.000,00

-=[ CPL ]=------{ 008 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
PROGRAMA DE TRABALHO  
ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 6, DA LEI NR. 4.320/64  
ESTADO DE SANTA CATARINA Exercício: 2011  
-----  
#09

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentária: 0405 - TURISMO

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
695	TURISMO	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
0014	PROMOÇÃO AO TURISMO	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
2039	PROMOÇÃO AO TURISMO	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
Total.....:		0,00	2.500,00	0,00	2.500,00

-=[ CPL ]=------{ 009 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
PROGRAMA DE TRABALHO  
ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 6, DA LEI NR. 4.320/64  
ESTADO DE SANTA CATARINA Exercício: 2011  
-----  
#09

Orgao: 05 - SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Unidade Orcamentária: 0501 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
20	AGRICULTURA	460.000,00	579.695,92	0,00	1.039.695,92
602	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
0016	MELHORIA GENÉTICA	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
2045	PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
2046	PROGRAMA ATIVIDADE LEITEIRA	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
606	EXTENÇÃO RURAL	460.000,00	544.695,92	0,00	1.004.695,92
0015	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	460.000,00	544.695,92	0,00	1.004.695,92
1047	PATRULHA AGRÍCOLA	460.000,00	0,00	0,00	460.000,00
2041	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E	0,00	536.695,92	0,00	536.695,92
MEIO AMBIENT					
2043	CAPTAÇÃO, PRESERVAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
Total.....:		460.000,00	579.695,92	0,00	1.039.695,92

-=[ CPL ]=------{ 010 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
PROGRAMA DE TRABALHO  
ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 6, DA LEI NR. 4.320/64  
ESTADO DE SANTA CATARINA Exercício: 2011  
-----  
#09

Orgao: 06 - SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade Orcamentária: 0601 - SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
15	URBANISMO	316.000,00	588.106,42	0,00	904.106,42
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	316.000,00	588.106,42	0,00	904.106,42
0017	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	316.000,00	588.106,42	0,00	904.106,42
1050	PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE VIAS URBANAS	216.000,00	0,00	0,00	216.000,00
1051	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES E	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
	PONTILHÕES				
2048	MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS	0,00	486.306,42	0,00	486.306,42
	URBANOS				
2049	MANUTENÇÃO E URBANIZAÇÃO DE PRAÇAS E AVENIDAS	0,00	101.800,00	0,00	101.800,00
17	SANEAMENTO	0,00	111.000,00	0,00	111.000,00
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	0,00	111.000,00	0,00	111.000,00
0018	SANEAMENTO BÁSICO	0,00	111.000,00	0,00	111.000,00
2052	COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO	0,00	111.000,00	0,00	111.000,00
25	ENERGIA	0,00	118.360,00	0,00	118.360,00
752	ENERGIA ELÉTRICA	0,00	118.360,00	0,00	118.360,00
0021	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	118.360,00	0,00	118.360,00
2055	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	118.360,00	0,00	118.360,00
26	TRANSPORTE	0,00	662.000,00	0,00	662.000,00
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	0,00	662.000,00	0,00	662.000,00
0023	MALHA VIÁRIA	0,00	662.000,00	0,00	662.000,00
2059	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	0,00	662.000,00	0,00	662.000,00
Total.....:		316.000,00	1.479.466,42	0,00	1.795.466,42

-=[ CPL ]=------{ 011 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
PROGRAMA DE TRABALHO  
ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 6, DA LEI NR. 4.320/64  
ESTADO DE SANTA CATARINA Exercício: 2011  
-----  
#09

Orgao: 09 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
Unidade Orcamentária: 0999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
999	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
2999	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
Total.....:		0,00	50.000,00	0,00	50.000,00

-= [ CPL ] =-----{ 012 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 PROGRAMA DE TRABALHO  
 ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 6, DA LEI NR. 4.320/64  
 ESTADO DE SANTA CATARINA Exercício: 2011  
 -----  
 #09

Orgao: 07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade Orcamentária: 0701 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
10	SAÚDE	108.224,30	1.978.094,30	0,00	2.086.318,60
301	ATENÇÃO BÁSICA	108.224,30	1.388.417,70	0,00	1.496.642,00
0024	ATENÇÃO BÁSICA	108.224,30	1.364.366,34	0,00	1.472.590,64
1064	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE	108.224,30	0,00	0,00	108.224,30
2061	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	0,00	920.263,34	0,00	920.263,34
2062	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	0,00	365.419,00	0,00	365.419,00
2065	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL	0,00	24.000,00	0,00	24.000,00
2066	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS	0,00	54.684,00	0,00	54.684,00
0028	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0,00	24.051,36	0,00	24.051,36
2073	MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA	0,00	24.051,36	0,00	24.051,36
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	575.000,00	0,00	575.000,00
0025	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSP	0,00	575.000,00	0,00	575.000,00
2067	MANUTENÇÃO DO SAMU	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00
2070	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0,00	395.000,00	0,00	395.000,00
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	7.200,00	0,00	7.200,00
0027	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	7.200,00	0,00	7.200,00
2072	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	7.200,00	0,00	7.200,00
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	7.476,60	0,00	7.476,60
0026	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	7.476,60	0,00	7.476,60
2071	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA E CAMPANHAS DE VACINAÇÃO	0,00	7.476,60	0,00	7.476,60
Total.....:		108.224,30	1.978.094,30	0,00	2.086.318,60

-----{ 013 }-----  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
PROGRAMA DE TRABALHO  
ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 6, DA LEI NR. 4.320/64  
ESTADO DE SANTA CATARINA Exercício: 2011  
-----  
#09

Orgao: 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orcamentária: 0801 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	133.089,12	0,00	133.089,12
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	0,00	30.999,58	0,00	30.999,58
0031	MELHOR IDADE	0,00	30.999,58	0,00	30.999,58
2076	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MELHOR IDADE	0,00	30.999,58	0,00	30.999,58
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	87.289,54	0,00	87.289,54
0032	ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	0,00	87.289,54	0,00	87.289,54
2078	ATENDIMENTO A CRIANÇAS E AO DOLESCENTE	0,00	87.289,54	0,00	87.289,54
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	0,00	14.800,00	0,00	14.800,00
0030	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	14.800,00	0,00	14.800,00
2075	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	14.800,00	0,00	14.800,00
Total.....:		0,00	133.089,12	0,00	133.089,12
Total Geral:		1.559.224,30	7.984.246,02	0,00	9.543.470,32



-=[ CPL ]=------{ 001 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

#13

Orgao: 01 - PODER LEGISLATIVO  
Unidade Orcamentária: 0101 - CÂMARA MUNICIPAL

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
01	LEGISLATIVA	160.000,00	305.189,27	0,00	465.189,27
031	AÇÃO LEGISLATIVA	160.000,00	305.189,27	0,00	465.189,27
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	160.000,00	305.189,27	0,00	465.189,27
1002	CONSTRUÇÃO PRÉDIO DA CAMARA	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00
2003	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	0,00	305.189,27	0,00	305.189,27
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	295.189,27	0,00	295.189,27
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	230.000,00	0,00	230.000,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	230.000,00	0,00	230.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	65.189,27	0,00	65.189,27
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	65.189,27	0,00	65.189,27
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Total.....:		160.000,00	305.189,27	0,00	465.189,27

-=[ CPL ]=------{ 002 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

#13

Orgao: 02 - GABINETE DO PREFEITO  
Unidade Orcamentária: 0201 - GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	253.000,00	0,00	253.000,00
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	253.000,00	0,00	253.000,00
0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	253.000,00	0,00	253.000,00
2004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	0,00	253.000,00	0,00	253.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	243.000,00	0,00	243.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	198.000,00	0,00	198.000,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	198.000,00	0,00	198.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Total.....:		0,00	253.000,00	0,00	253.000,00

-= [ CPL ] =-----{ 003 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
 -----  
 #13

Orgao: 03 - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 Unidade Orcamentária: 0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	915.399,99	0,00	915.399,99
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	652.399,99	0,00	652.399,99
0003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	652.399,99	0,00	652.399,99
2006	MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	652.399,99	0,00	652.399,99
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	637.279,99	0,00	637.279,99
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	441.367,99	0,00	441.367,99
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.368,00	0,00	1.368,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	439.999,99	0,00	439.999,99
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	195.912,00	0,00	195.912,00
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	912,00	0,00	912,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	195.000,00	0,00	195.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	15.120,00	0,00	15.120,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	15.120,00	0,00	15.120,00
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	120,00	0,00	120,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	263.000,00	0,00	263.000,00
0000	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	263.000,00	0,00	263.000,00
2007	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	0,00	78.000,00	0,00	78.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	78.000,00	0,00	78.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	78.000,00	0,00	78.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	78.000,00	0,00	78.000,00
2009	CONTRIBUIÇÕES	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00
2010	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
2013	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A PESSOAS FÍSICAS	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	9.400,00	0,00	9.400,00
181	POLICIAMENTO	0,00	9.400,00	0,00	9.400,00
0004	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	9.400,00	0,00	9.400,00
2014	MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLICIA CIVIL	0,00	3.300,00	0,00	3.300,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	3.100,00	0,00	3.100,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	3.100,00	0,00	3.100,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	3.100,00	0,00	3.100,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	200,00	0,00	200,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	200,00	0,00	200,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	200,00	0,00	200,00
2015	MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR	0,00	6.100,00	0,00	6.100,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	5.100,00	0,00	5.100,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	5.100,00	0,00	5.100,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	5.100,00	0,00	5.100,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00

-=[ CPL ]=------{ 004 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
-----  
#13

Orgao: 03 - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Unidade Orcamentária: 0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
Total.....:		0,00	924.799,99	0,00	924.799,99

-= [ CPL ] =-----{ 005 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
 -----  
 #13

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade Orcamentária: 0401 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
12	EDUCAÇÃO	400.000,00	2.013.411,00	0,00	2.413.411,00
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
0006	EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
2017	MERENDA ESCOLAR	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
361	ENSINO FUNDAMENTAL	100.000,00	1.577.911,00	0,00	1.677.911,00
0006	EDUCAÇÃO BÁSICA	100.000,00	1.577.911,00	0,00	1.677.911,00
1023	CONSTRUÇÃO, ANPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2020	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	562.151,00	0,00	562.151,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	527.051,00	0,00	527.051,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	436.000,00	0,00	436.000,00
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	100,00	0,00	100,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	435.900,00	0,00	435.900,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	91.051,00	0,00	91.051,00
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	51,00	0,00	51,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	91.000,00	0,00	91.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	35.100,00	0,00	35.100,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	35.100,00	0,00	35.100,00
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	100,00	0,00	100,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
2021	APLICAÇÃO DO FUNDEB	0,00	482.100,00	0,00	482.100,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	482.100,00	0,00	482.100,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	482.100,00	0,00	482.100,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	482.100,00	0,00	482.100,00
2022	APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	43.660,00	0,00	43.660,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	38.660,00	0,00	38.660,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	38.660,00	0,00	38.660,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	38.660,00	0,00	38.660,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
2024	TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	490.000,00	0,00	490.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	490.000,00	0,00	490.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	490.000,00	0,00	490.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	490.000,00	0,00	490.000,00
362	ENSINO MÉDIO	0,00	315.000,00	0,00	315.000,00
0008	ENSINO MÉDIO	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
2025	TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO (NOTURNO)	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
0009	ENSINO SUPERIOR	0,00	165.000,00	0,00	165.000,00

-=[ CPL ]=------{ 006 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
 -----  
 #13

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade Orcamentária: 0401 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
2016	TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00
2026	BOLSAS DE ESTUDOS	0,00	75.000,00	0,00	75.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	75.000,00	0,00	75.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	75.000,00	0,00	75.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	75.000,00	0,00	75.000,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	300.000,00	50.000,00	0,00	350.000,00
0007	ATENDIMENTO A CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS	300.000,00	50.000,00	0,00	350.000,00
1019	CONSTRUÇÃO, AMPLICAÇÃO E REFORMA DE	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
	CRECHES				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
2018	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO DE 0 A 5 ANOS	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00
0010	EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00
2028	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00
Total.....:		400.000,00	2.013.411,00	0,00	2.413.411,00

-=[ CPL ]=------{ 007 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

#13

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentária: 0402 - ESPORTE

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
27	DESPORTO E LAZER	115.000,00	88.000,00	0,00	203.000,00
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	115.000,00	88.000,00	0,00	203.000,00
0011	DESPORTO AMADOR	115.000,00	88.000,00	0,00	203.000,00
1032	CONSTRUÇÃO, REFORMAS DE QUADRAS, CAMPOS E GINÁSIOS DE E	115.000,00	0,00	0,00	115.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	115.000,00	0,00	0,00	115.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	115.000,00	0,00	0,00	115.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	115.000,00	0,00	0,00	115.000,00
2031	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	0,00	88.000,00	0,00	88.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	85.000,00	0,00	85.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	85.000,00	0,00	85.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	85.000,00	0,00	85.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
Total.....:		115.000,00	88.000,00	0,00	203.000,00

-=[ CPL ]=------{ 008 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

#13

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentária: 0403 - LAZER

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
27	DESPORTO E LAZER	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
813	LAZER	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
0012	PROMOÇÃO DE FESTAS E EVENTOS MUNICIPAIS	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
2033	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
Total.....:		0,00	50.000,00	0,00	50.000,00



-=[ CPL ]=------{ 009 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
-----  
#13

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentária: 0404 - CULTURA

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
13	CULTURA	0,00	127.000,00	0,00	127.000,00
392	DIFUSÃO CULTURAL	0,00	127.000,00	0,00	127.000,00
0013	ACERVO CULTURAL	0,00	127.000,00	0,00	127.000,00
2036	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	0,00	125.000,00	0,00	125.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
2038	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
Total.....:		0,00	127.000,00	0,00	127.000,00

-=[ CPL ]=------{ 010 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
-----  
#13

Orgao: 04 - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orcamentária: 0405 - TURISMO

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
695	TURISMO	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
0014	PROMOÇÃO AO TURISMO	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
2039	PROMOÇÃO AO TURISMO	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	2.490,00	0,00	2.490,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	40,00	0,00	40,00
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	40,00	0,00	40,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	2.450,00	0,00	2.450,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM	0,00	2.400,00	0,00	2.400,00
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	50,00	0,00	50,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10,00	0,00	10,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	10,00	0,00	10,00
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	10,00	0,00	10,00
Total.....:		0,00	2.500,00	0,00	2.500,00

-= [ CPL ] =-----{ 011 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
 -----  
 #13

Orgao: 05 - SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 Unidade Orcamentária: 0501 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
20	AGRICULTURA	460.000,00	579.695,92	0,00	1.039.695,92
602	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
0016	MELHORIA GENÉTICA	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
2045	PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
2046	PROGRAMA ATIVIDADE LEITEIRA	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
606	EXTENSÃO RURAL	460.000,00	544.695,92	0,00	1.004.695,92
0015	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	460.000,00	544.695,92	0,00	1.004.695,92
1047	PATRULHA AGRÍCOLA	460.000,00	0,00	0,00	460.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	460.000,00	0,00	0,00	460.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	460.000,00	0,00	0,00	460.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	460.000,00	0,00	0,00	460.000,00
2041	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE	0,00	536.695,92	0,00	536.695,92
	AGRICULTURA E MEIO AMBIENT				
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	526.662,00	0,00	526.662,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	209.031,00	0,00	209.031,00
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	31,00	0,00	31,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	209.000,00	0,00	209.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	317.631,00	0,00	317.631,00
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	31,00	0,00	31,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	317.600,00	0,00	317.600,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10.033,92	0,00	10.033,92
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	10.033,92	0,00	10.033,92
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	33,92	0,00	33,92
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
2043	CAPTAÇÃO, PRESERVAÇÃO E ARMAZENAMENTO	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
	DE ÁGUA				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
Total.....:		460.000,00	579.695,92	0,00	1.039.695,92

-= [ CPL ] =-----{ 012 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
 -----  
 #13

Orgao: 06 - SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
 Unidade Orcamentária: 0601 - SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
15	URBANISMO	316.000,00	588.106,42	0,00	904.106,42
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	316.000,00	588.106,42	0,00	904.106,42
0017	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	316.000,00	588.106,42	0,00	904.106,42
1050	PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE VIAS	216.000,00	0,00	0,00	216.000,00
	URBANAS				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	216.000,00	0,00	0,00	216.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	216.000,00	0,00	0,00	216.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	216.000,00	0,00	0,00	216.000,00
1051	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES E	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
	PONTILHÕES				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2048	MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE OBRAS E	0,00	486.306,42	0,00	486.306,42
	SERVIÇOS URBANOS				
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	426.206,42	0,00	426.206,42
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	353.000,00	0,00	353.000,00
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	352.000,00	0,00	352.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	73.206,42	0,00	73.206,42
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	72.206,42	0,00	72.206,42
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	60.100,00	0,00	60.100,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	60.100,00	0,00	60.100,00
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	100,00	0,00	100,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
2049	MANUTENÇÃO E URBANIZAÇÃO DE PRAÇAS E	0,00	101.800,00	0,00	101.800,00
	AVENIDAS				
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	21.800,00	0,00	21.800,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	21.800,00	0,00	21.800,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	21.800,00	0,00	21.800,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
17	SANEAMENTO	0,00	111.000,00	0,00	111.000,00
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	0,00	111.000,00	0,00	111.000,00
0018	SANEAMENTO BÁSICO	0,00	111.000,00	0,00	111.000,00
2052	COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO	0,00	111.000,00	0,00	111.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	111.000,00	0,00	111.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	111.000,00	0,00	111.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	111.000,00	0,00	111.000,00
25	ENERGIA	0,00	118.360,00	0,00	118.360,00
752	ENERGIA ELÉTRICA	0,00	118.360,00	0,00	118.360,00
0021	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	118.360,00	0,00	118.360,00
2055	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	118.360,00	0,00	118.360,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	118.360,00	0,00	118.360,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	118.360,00	0,00	118.360,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	118.360,00	0,00	118.360,00
26	TRANSPORTE	0,00	662.000,00	0,00	662.000,00
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	0,00	662.000,00	0,00	662.000,00

-=[ CPL ]=------{ 013 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
-----  
#13

Orgao: 06 - SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade Orcamentária: 0601 - SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
0023	MALHA VIÁRIA	0,00	662.000,00	0,00	662.000,00
2059	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	0,00	662.000,00	0,00	662.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	662.000,00	0,00	662.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	662.000,00	0,00	662.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	662.000,00	0,00	662.000,00
Total.....:		316.000,00	1.479.466,42	0,00	1.795.466,42

-=[ CPL ]=------{ 014 }-  
Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

#13

Orgao: 09 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
Unidade Orcamentária: 0999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
999	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
2999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
90000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
99000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
99990000	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
Total.....:		0,00	50.000,00	0,00	50.000,00

-= [ CPL ] =-----{ 015 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
 -----  
 #13

Orgao: 07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade Orcamentária: 0701 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
10	SAÚDE	108.224,30	1.978.094,30	0,00	2.086.318,60
301	ATENÇÃO BÁSICA	108.224,30	1.388.417,70	0,00	1.496.642,00
0024	ATENÇÃO BÁSICA	108.224,30	1.364.366,34	0,00	1.472.590,64
1064	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE	108.224,30	0,00	0,00	108.224,30
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	108.224,30	0,00	0,00	108.224,30
44000000	INVESTIMENTOS	108.224,30	0,00	0,00	108.224,30
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	108.224,30	0,00	0,00	108.224,30
2061	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	0,00	920.263,34	0,00	920.263,34
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	699.512,74	0,00	699.512,74
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	334.063,34	0,00	334.063,34
31710000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	8.581,20	0,00	8.581,20
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	325.482,14	0,00	325.482,14
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	365.449,40	0,00	365.449,40
33710000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	357.449,40	0,00	357.449,40
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	220.750,60	0,00	220.750,60
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	220.750,60	0,00	220.750,60
44710000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	750,60	0,00	750,60
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	220.000,00	0,00	220.000,00
2062	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	0,00	365.419,00	0,00	365.419,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	365.419,00	0,00	365.419,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	365.419,00	0,00	365.419,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	365.419,00	0,00	365.419,00
2065	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL	0,00	24.000,00	0,00	24.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	24.000,00	0,00	24.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	24.000,00	0,00	24.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	24.000,00	0,00	24.000,00
2066	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS	0,00	54.684,00	0,00	54.684,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	54.684,00	0,00	54.684,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	54.684,00	0,00	54.684,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	54.684,00	0,00	54.684,00
0028	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0,00	24.051,36	0,00	24.051,36
2073	MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA	0,00	24.051,36	0,00	24.051,36
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	24.051,36	0,00	24.051,36
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	24.051,36	0,00	24.051,36
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	24.051,36	0,00	24.051,36
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	575.000,00	0,00	575.000,00
0025	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSP	0,00	575.000,00	0,00	575.000,00
2067	MANUTENÇÃO DO SAMU	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	179.000,00	0,00	179.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	29.000,00	0,00	29.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	29.000,00	0,00	29.000,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00

-=[ CPL ]=------{ 016 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
 -----  
 #13

Orgao: 07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade Orcamentária: 0701 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
2070	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MÉDIA E ALTA	0,00	395.000,00	0,00	395.000,00
	COMPLEXIDADE				
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	395.000,00	0,00	395.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	395.000,00	0,00	395.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	395.000,00	0,00	395.000,00
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	7.200,00	0,00	7.200,00
0027	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	7.200,00	0,00	7.200,00
2072	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA	0,00	7.200,00	0,00	7.200,00
	SANITÁRIA				
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	6.200,00	0,00	6.200,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	6.200,00	0,00	6.200,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	6.200,00	0,00	6.200,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	7.476,60	0,00	7.476,60
0026	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	7.476,60	0,00	7.476,60
2071	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA E CAMPANHAS DE	0,00	7.476,60	0,00	7.476,60
	VACINAÇÃO				
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	6.476,60	0,00	6.476,60
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	6.476,60	0,00	6.476,60
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	6.476,60	0,00	6.476,60
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
Total.....:		108.224,30	1.978.094,30	0,00	2.086.318,60



-= [ CPL ] =-----{ 017 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO V A PORTARIA SOF. Nr. 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2011  
 PROGRAMA DE TRABALHO POR ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
 -----  
 #13

Orgao: 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Unidade Orcamentária: 0801 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificações	Projetos	Atividades	Oper.Espec.	Total
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	133.089,12	0,00	133.089,12
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	0,00	30.999,58	0,00	30.999,58
0031	MELHOR IDADE	0,00	30.999,58	0,00	30.999,58
2076	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MELHOR IDADE	0,00	30.999,58	0,00	30.999,58
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	30.999,58	0,00	30.999,58
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	30.999,58	0,00	30.999,58
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	30.999,58	0,00	30.999,58
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	87.289,54	0,00	87.289,54
0032	ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	0,00	87.289,54	0,00	87.289,54
2078	ATENDIMENTO A CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE	0,00	87.289,54	0,00	87.289,54
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	87.289,54	0,00	87.289,54
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	87.289,54	0,00	87.289,54
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	87.289,54	0,00	87.289,54
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	0,00	14.800,00	0,00	14.800,00
0030	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	14.800,00	0,00	14.800,00
2075	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	14.800,00	0,00	14.800,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	14.800,00	0,00	14.800,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	14.800,00	0,00	14.800,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	14.800,00	0,00	14.800,00
Total.....:		0,00	133.089,12	0,00	133.089,12
Total Geral: 1.559.224,30		7.984.246,02	0,00	9.543.470,32	

-= [ CPL ] =-----{ 001 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 CONSOLIDAÇÃO GERAL DA DESPESA - NATUREZA DA DESPESA  
 ESTADO DE SANTA CATARINA ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 3, DA LEI NR. 4.320/64 Exercício: 2011  
 -----  
 #04

Codigo	Especificações	Elem. da Despesa	Mod.de Aplicação	Grupo de Despesa	Cat. Econômica
30000000	DESPESAS CORRENTES				7.462.931,50
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			3.253.705,33	
31710000	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		2.539,00		
31710000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		8.581,20		
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS		3.242.585,13		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.209.226,17	
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS		137.900,00		
33710000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		8.000,00		
33710000	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		2.044,00		
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS		4.061.282,17		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL				2.030.538,82
44000000	INVESTIMENTOS			2.030.538,82	
44710000	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		363,92		
44710000	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		750,60		
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS		2.029.424,30		
90000000	RESERVA DE CONTINGENCIA				50.000,00
-----					
Total geral da Despesa .....: 9.543.470,32					

Município de IOMERÊ		[ORÇAMENTO DE 2011]		30/12/2010 CONSOLIDADO	
RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS					
ESTADO DE SANTA CATARINA		ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 2, DA LEI NR. 4.320/64			Exercício: 2011
-----					
#02					
-----					
Codigo	Especificações	Desdobramento	Fontes	Cat.Econômicas	
-----					
10000000	RECEITAS CORRENTES			9.960.567,93	
-----					
11000000	RECEITA TRIBUTÁRIA		263.457,00		
11100000	IMPOSTOS		218.257,00		
11120000	IMPOSTO SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA	156.757,00			
11120200 0100	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	35.640,00			
11120200 0101	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	14.850,00			
11120200 0102	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	8.910,00			
11120400	Imp.S/a Renda e Prov.Qualquer Natureza e Adic.	81.357,00			
11120431 0100	Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do Trabalho	48.814,20			
11120431 0101	Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do Trabalho	20.339,25			
11120431 0102	Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do Trabalho	12.203,55			
11120800 0100	Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	9.600,00			
11120800 0101	Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	4.000,00			
11120800 0102	Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	2.400,00			
11130000	IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	61.500,00			
11130500	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	61.500,00			
11130501 0100	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	36.900,00			
11130501 0101	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	15.375,00			
11130501 0102	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	9.225,00			
11200000	TAXAS		39.200,00		
11210000	Taxa Pelo Exercício Poder de Polícia	19.900,00			
11211700 0100	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	3.000,00			
11212500 0100	Taxa de Licença p/Func.de Estabelec.Com.,Ind e Prest.Serv.	13.000,00			
11212900 0100	Taxa de Licença p/ Execução de Obras	2.000,00			
11219900 0100	Outras Taxas pelo Exercício de Poder de Polícia	1.900,00			
11220000	Taxas Pela Prestação de Serviços	19.300,00			
11229000 0100	Taxa de Limpeza Pública	17.000,00			
11229900 0100	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	2.300,00			
11300000	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		6.000,00		
11300400 0100	Contribuição de Melhoria p/ Pavimentação e Obras Complement.	6.000,00			
12000000	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		42.360,00		
12300000 0117	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	42.360,00			
13000000	RECEITA PATRIMONIAL		64.900,00		
13100000	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		12.000,00		
13150000 0100	Taxa de Ocupação de Imóveis	12.000,00			
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		52.900,00		
13250000	Remuneração de Depósitos Bancários	52.900,00			
13250100	Remuneração de Depositos de Recursos Vinculados	13.900,00			
13250102 0118	Receita Remuneração Deposito Banc.de Rec.Vinc.-FUNDEF	2.100,00			
13250103 0100	Rec Remuneração Depósito Banc.de Rec.Vinc.Fundo de Saúde	2.000,00			
13250108 0158	Rec.Rem.Dep. Ban. de Rec.Vinc. Salário Educação	1.300,00			
13250109 0187	Rec.Rem. Dep. Ban. de Rec. Vic. Alienação de Bens - Educação	100,00			
13250199 0100	Rec.Remun.de Outros Dep.Banc.de Recursos Vinculados	8.400,00			
13250200	Remuner.de Depósitos de Recursos Não Vinculados	39.000,00			
13250299 0100	Remuneração Outros Depositos de Recursos Nao Vinculados	39.000,00			
16000000	RECEITA DE SERVIÇOS		44.000,00		
16001300	Serviços Administrativos		4.000,00		
16001301 0100	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	3.000,00			
-----					

-[ CPL ] =-----{ 002 }-		
Município de IOMERÊ	[ORÇAMENTO DE 2011]	30/12/2010 CONSOLIDADO
RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS		
ESTADO DE SANTA CATARINA	ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 2, DA LEI NR. 4.320/64	Exercício: 2011
-----		
#02		
+-----+-----+-----+-----+-----+		
Codigo	Especificações	Desdobramento  Fontes  Cat.Econômicas
+-----+-----+-----+-----+-----+		
16001399 0100	Outros Serviços Administrativos	1.000,00
16004500 0100	Serv. de Preparação da Terra em Propriedades Particulares	40.000,00
17000000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.502.426,00
17200000	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.472.426,00
17210000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	4.991.338,56
17210100	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	4.404.120,00
17210102 0100	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	2.640.612,00
17210102 0101	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.100.255,00
17210102 0102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	660.153,00
17210105 0100	Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territorial Rural	1.860,00
17210105 0101	Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territorial Rural	775,00
17210105 0102	Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territorial Rural	465,00
17210900	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	30.000,00
17210999 0100	Demais Transferências da União	30.000,00
17212200	Transf. da Compensação Financeira	49.900,00
17212220 0100	Cota-Parte da Compens.Financ. de Recursos Minerais	7.900,00
17212270 0144	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	42.000,00
17213300	Transf. Rec. Sistema Unico Saude-SUS Rep. Fundo a Fundo	381.105,96
17213301 0164	Piso de Atenção Básica - (PAB Fixo)	47.466,00
17213331 0164	Programa de Saúde da Família - (PSF)	76.800,00
17213332 0164	Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)	54.684,00
17213333 0166	Epidemiologia e Controle de Doenças	7.476,60
17213334 0167	Programa de Assistência Farmacêutica Básica (Federal)	13.479,36
17213336 0166	Ações Básicas de Vigilância Sanitária	7.200,00
17213337 0164	Programa de Saúde Bucal - PSB	24.000,00
17213338 0165	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	150.000,00
17213400	Transferencias Rec. Fdo.Nacional Assist. Soc. - FNAS	8.800,00
17213401 0147	Piso Basico de Transição - API	2.000,00
17213402 0152	Programa Bolsa Familia IGD	800,00
17213406 0152	Transferencia de Recursos FNAS - PBVIII	6.000,00
17213500	Transf.Recursos Fdo.Nac.Desenv.Educação-FNDE	87.360,00
17213501 0158	Transf. do Salário Educação	42.360,00
17213503 0160	Transf. Direta PNAE-Alimentação	15.000,00
17213504 0161	Transf. Direta do FNDE ref PNATE	30.000,00
17213600 0100	Transf.Financ. ICMS Desoneração Lei LC 87/96	18.031,56
17213600 0101	Transf.Financ. ICMS Desoneração Lei LC 87/96	7.513,15
17213600 0102	Transf.Financ. ICMS Desoneração Lei LC 87/96	4.507,89
17220000	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	4.001.087,44
17220100	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	3.896.315,44
17220101 0100	Cota-Parte do ICMS	2.109.849,29
17220101 0101	Cota-Parte do ICMS	879.103,87
17220101 0102	Cota-Parte do ICMS	527.462,32
17220102 0100	Cota-Parte do IPVA	152.789,25
17220102 0101	Cota-Parte do IPVA	63.662,18
17220102 0102	Cota-Parte do IPVA	38.197,31
17220104 0100	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	63.150,59
17220104 0101	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	26.312,80
17220104 0102	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	15.787,83
17220113 0116	Cota Parte Intervenção de Dom. Econômico - CIDE	20.000,00
17223300	Transf.Rec. Estado p/Programa de Saude-Repasse Fundo a Fundo	58.572,00
+-----+-----+-----+-----+-----+		

=[ CPL ]=		{ 003 }		
Município de IOMERÊ		[ORÇAMENTO DE 2011]		
		30/12/2010 CONSOLIDADO		
RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS				
ESTADO DE SANTA CATARINA		ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 2, DA LEI NR. 4.320/64		
		Exercício: 2011		
-----				
#02				
-----				
+-----+-----+-----+-----+-----+				
Codigo	Especificações	Desdobramento	Fontes	Cat.Econômicas
+-----+-----+-----+-----+-----+				
17223301 0164	Repasse Fdo Estadual de Saude - PSF/CIB	48.000,00		
17223333 0167	Programa de Assistência Farmacêutica Básica (Estado)	10.572,00		
17229900 0122	Outras Transferências dos Estados	30.000,00		
17229900 0164	Outras Transferências dos Estados	16.200,00		
17240000	Transferências Multigovernamentais	480.000,00		
17240100 0118	Transf.Rec.Fundo Manut.Desenv.Educ.Básica Val.Prof.Ed.FUNDEB	480.000,00		
17600000	Transferências de Convênios		30.000,00	
17630000	Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidad	30.000,00		
17639900 0123	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	30.000,00		
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		43.424,93	
19100000	Multas e Juros de Mora		18.814,93	
19110000	Multas e Juros de Mora dos Tributos	2.414,93		
19113800 0100	Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Territ.Urbana - IPTU	1.088,96		
19113800 0101	Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Territ.Urbana - IPTU	453,73		
19113800 0102	Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Territ.Urbana - IPTU	272,24		
19114000 0100	Multas e Juros de Mora do Imposto s/Serviços Qual. Nat.- ISS	60,00		
19114000 0101	Multas e Juros de Mora do Imposto s/Serviços Qual. Nat.- ISS	25,00		
19114000 0102	Multas e Juros de Mora do Imposto s/Serviços Qual. Nat.- ISS	15,00		
19119800 0100	Multas Juros Mora das Contribuições de Melhoria	300,00		
19119900 0100	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	200,00		
19130000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Tributos	10.100,00		
19131100 0100	Multas/Juros Mora Dívida Ativa do Imp.s/Prop.Territ.Urb.IPTU	1.200,00		
19131100 0101	Multas/Juros Mora Dívida Ativa do Imp.s/Prop.Territ.Urb.IPTU	500,00		
19131100 0102	Multas/Juros Mora Dívida Ativa do Imp.s/Prop.Territ.Urb.IPTU	300,00		
19131300 0100	Multas/Juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Qual.Nat. - ISS	60,00		
19131300 0101	Multas/Juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Qual.Nat. - ISS	25,00		
19131300 0102	Multas/Juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Qual.Nat. - ISS	15,00		
19139800 0100	Multas/Juros Mora Div.Ativ. de Contribuições de Melhoria	8.000,00		
19190000	Multas de Outras Origens	6.300,00		
19191500 0154	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	2.100,00		
19191500 0155	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	2.100,00		
19191500 0156	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	1.800,00		
19199900 0100	Outras Multas	300,00		
19200000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		8.000,00	
19220000	Restituições	8.000,00		
19229900 0100	Outras Restituições	8.000,00		
19300000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		6.510,00	
19310000	Receita da Dívida Ativa Tributária	6.510,00		
19311100	Receita Dívida Ativa Imp.s/Propr.Territ.Urbana - IPTU	3.510,00		
19311106 0100	Dívida Ativa IPTU 2004	156,00		
19311106 0101	Dívida Ativa IPTU 2004	65,00		
19311106 0102	Dívida Ativa IPTU 2004	39,00		
19311107 0100	Dívida Ativa IPTU 2005	300,00		
19311107 0101	Dívida Ativa IPTU 2005	125,00		
19311107 0102	Dívida Ativa IPTU 2005	75,00		
19311108 0100	Dívida Ativa IPTU 2006	300,00		
19311108 0101	Dívida Ativa IPTU 2006	125,00		
19311108 0102	Dívida Ativa IPTU 2006	75,00		
19311109 0100	Dívida Ativa IPTU 2007	480,00		
19311109 0101	Dívida Ativa IPTU 2007	200,00		
+-----+-----+-----+-----+-----+				

=-[ CPL ]=-		--{ 004 }--		
Município de IOMERÊ		[ORÇAMENTO DE 2011]		
		30/12/2010 CONSOLIDADO		
RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS				
ESTADO DE SANTA CATARINA		ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 2, DA LEI NR. 4.320/64		
		Exercício: 2011		
-----				
#02				
-----				
Codigo	Especificações	Desdobramento	Fontes	Cat.Econômicas
-----				
19311109 0102	Dívida Ativa IPTU 2007	120,00		
19311110 0100	Dívida Ativa IPTU 2008	420,00		
19311110 0101	Dívida Ativa IPTU 2008	175,00		
19311110 0102	Dívida Ativa IPTU 2008	105,00		
19311111 0100	Dívida Ativa IPTU 2009	450,00		
19311111 0101	Dívida Ativa IPTU 2009	187,50		
19311111 0102	Dívida Ativa IPTU 2009	112,50		
19319800	Receita Divida Ativa das Contribuição de Melhoria	3.000,00		
19319804 0100	Dívida Ativa Contribuição Melhoria 2002	2.000,00		
19319807 0100	Dívida Ativa Contribuição Melhoria 2005	1.000,00		
19900000	RECEITAS DIVERSAS		10.100,00	
19909900 0100	Outras Receitas	10.100,00		
-----				
20000000	RECEITAS DE CAPITAL			1.245.000,00
-----				
22000000	ALIENAÇÃO DE BENS		45.000,00	
22100000 0187	Alienação de Bens Móveis	25.000,00		
22100000 0188	Alienação de Bens Móveis	20.000,00		
24000000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.200.000,00	
24700000	Transferências de Convênios		1.200.000,00	
24710000	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	1.100.000,00		
24710100 0123	Transf. de Conv. União p/Sistema Unico de Saúde - SUS	300.000,00		
24710200 0122	Transferências de Conv. da União Destin. a Prog. de Educação	300.000,00		
24719900 0124	Outras Transferências de Convênio da União	500.000,00		
24720000	Transferências de Convênios dos Estados e DF e suas Entidade	100.000,00		
24720200 0122	Transferências de Conv.dos Estados Destin.a Prog. de Educaçã	100.000,00		
97210102 0101	Dedução de Receita para Formação FUNDEB	-880.204,00		
97210105 0101	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB - ITR	-620,00		
97213600 0101	Ded. Transf.Financ. ICMS Desoneração Lei LC 87/96	-6.010,52		
97220101 0101	Dedução de Receita para Formação FUNDEB	-703.283,10		
97220102 0101	Deduções da Receita Para Formação do FUNDEB - IPVA	-50.929,75		
97220104 0101	Dedução de Receita para Formação FUNDEB	-21.050,24		
-----				
Total Geral da Receita				9.543.470,32

-[ CPL ]-----{ 005 }-	
Município de IOMERÊ	[ORÇAMENTO DE 2011]
	30/12/2010 CONSOLIDADO
RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS	
ESTADO DE SANTA CATARINA	ADENDO III A PORTARIA SOF. NR. 08 DE 04/02/1985 ANEXO 2, DA LEI NR. 4.320/64
	Exercício: 2011
-----	
#02	
<b>00 Recursos Ordinários</b>	<b>5.340.161,85</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	5.340.161,85
<b>01 Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educação</b>	<b>471.969,87</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	471.969,87
<b>02 Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde</b>	<b>1.280.440,64</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.280.440,64
<b>16 Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico CIDE</b>	<b>20.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	20.000,00
<b>17 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública COSIP</b>	<b>42.360,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	42.360,00
<b>18 Transferência do FUNDEB (Aplicação Remuneração Prof. Magistério-Educação Básica)</b>	<b>482.100,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	482.100,00
<b>22 Transferências de Convênios Educação</b>	<b>430.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	430.000,00
<b>23 Transferências de Convênios Saúde</b>	<b>330.000,00</b>
000020 Serviços de Atendimento Móvel - SAMU	30.000,00
000054 Transferência de Convênios da União	300.000,00
<b>24 Transferências de Convênios Outros</b>	<b>500.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	500.000,00
<b>44 Fundo Especial do Petróleo</b>	<b>42.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	42.000,00
<b>47 Apoio a Pessoa Idosa API</b>	<b>2.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	2.000,00
<b>52 Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social FNAS</b>	<b>6.800,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	6.800,00
<b>54 Convênio Trânsito Militar</b>	<b>2.100,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	2.100,00
<b>55 Convênio Trânsito Civil</b>	<b>2.100,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	2.100,00
<b>56 Convênio Trânsito Prefeitura</b>	<b>1.800,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.800,00
<b>58 Salário Educação</b>	<b>43.660,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	43.660,00
<b>60 Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE</b>	<b>15.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	15.000,00
<b>61 Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar PNATE</b>	<b>30.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	30.000,00
<b>64 Atenção Básica</b>	<b>267.150,00</b>
000008 Piso de Atenção Básica - PAB	47.466,00
000010 Programa de Saúde da Família - PSF	76.800,00
000012 Agentes Comunitários de Saúde - PACS	54.684,00
000066 Gestão do SUS	48.000,00
000067 Outros Detalhamentos	24.000,00
000068	16.200,00
<b>65 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar</b>	<b>150.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	150.000,00
<b>66 Vigilância em Saúde</b>	<b>14.676,60</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	14.676,60
<b>67 Assistência Farmacêutica Básica</b>	<b>24.051,36</b>
000013 Farmácia Básica	13.479,36
000062 Vigilância em Saúde	10.572,00
<b>87 Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica</b>	<b>25.100,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	25.100,00
<b>88 Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde</b>	<b>20.000,00</b>
000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	20.000,00
TOTAL GERAL	9.543.470,32

-= [ CPL ] =-----{ 001 }-  
 Município de IOMERÊ [ORÇAMENTO DE 2011] 30/12/2010 CONSOLIDADO  
 ESTADO DE SANTA CATARINA SUMARIO GERAL DA RECEITA POR FONTES Exercício: 2011  
 E DESPESA POR FUNCOES DO GOVERNO. LEI Nr. 4.320/64

#06

R E C E I T A			D E S P E S A	
Titulos	Fonte	Total	Titulos	Total
RECEITAS CORRENTES		9.960.567,93	LEGISLATIVA	465.189,27
RECEITA TRIBUTÁRIA	263.457,00		ADMINISTRAÇÃO	1.168.399,99
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	42.360,00		SEGURANÇA PÚBLICA	9.400,00
RECEITA PATRIMONIAL	64.900,00		ASSISTÊNCIA SOCIAL	133.089,12
RECEITA DE SERVIÇOS	44.000,00		SAÚDE	2.086.318,60
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.502.426,00		EDUCAÇÃO	2.413.411,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.424,93		CULTURA	127.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		1.245.000,00	URBANISMO	904.106,42
ALIENAÇÃO DE BENS	45.000,00		SANEAMENTO	111.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.200.000,00		AGRICULTURA	1.039.695,92
			COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.500,00
			ENERGIA	118.360,00
			TRANSPORTE	662.000,00
			DESPORTO E LAZER	253.000,00
			RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00
Total da Receita			Total Da Despesa	9.543.470,32



## Edital de Credenciamento Nº 0003/2010

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO 0002/2010

O MUNICIPIO DE IOMERE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede administrativa, na Av. Pedro Penso, s/n, centro, inscrito no CNPJ sob nº 10.423.190/0001-03, representado neste ato pela Secretária Municipal de Saúde e Ação Social, Solange de Bortoli Beal, em conformidade com a Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, torna publico que esta procedendo ao chamamento público para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para realização de exames laboratoriais.

#### 1 – DO OBJETO

1.1 - Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de EXAMES LABORATORIAIS, conforme lista e valores abaixo:

Exames	VALOR
A FRESCO, EXAME	4,90
ACIDO HIPURICO (PARA TOLUENO)	21,00
ACIDO MANDELICO (PARA ESTIRENO)	21,00
ACIDO METILHIPURICO (PARA XILENOS)	21,00
ACIDO ÚRICO	1,85
ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	14,00
AMILASE	2,25
ANDROSTENEDIONA (RIE)	56,00
ANTI HBC IGG (HEPATITE B)	18,55
ANTI HBC IGM (HEPATITE B)	18,55
ANTI HBE AG (HEPATITE B)	18,55
ANTI HBSAG (HEPATITE B)	18,55
ANTIBIOGRAMA (TESTE SENSIBILIDADE PARA ANTIBIOTICOS)	7,00
ANTICORPOS ANTI-MICROSSOMAL, IFI OU HÁ PARA	36,75
ANTICORPOS ANTI-TIREOGLOBULINA, IFI OU HA PARA	36,75
ANTI-ESTREPTOLISINA O (ASLO), DETERM. QUANTITAT. DE	7,00
ANTIGENO CARCINOEMBRIOGENICO, RIE OU EIE PARA	66,50
ANTIGENO HTLV III (HIV) EIE	70,00
BACIOS ALCOOL-ACIDO-RESISTENTE	10,50
BILIRRUBINAS	2,01
BRUCELOSE (INC. PESQ, ANTICORPOS BLOQUEADORES)	7,00
CA 125 – EIE	87,50
CA 19/9 – EIE	87,50
CA 72-4	87,50
CA-15-3-EIE	87,50
CALCIO	4,90
CHLAMIDIA (PESQUISA POR PCR)	100,00
CITOMEGALOVIRUS IGM - ESPECIFICA (EIE)	35,00
CITOMEGALOVIRUS, RFCOU IFI PARA	23,45
CLEARANCE DE CREATININA	8,75
COAGULOGRAMA COMPLETO	21,00
COLESTEROL	1,85
COLINESTERASE	7,00
COOMBS DIRETO	7,00
COOMBS INDIRETO - INCLUI O QUANTITATIVO	14,00
COPROLOGICO FUNCIONAL	17,50
CREATININA	1,85
CREATINO FOSFOQUINAS E	17,50
CREATINO FOSFOQUINAS E - FRAÇÕES MB	35,00
CURVA GLICEMICA PROLONGADA	35,00
DEHIDROTESTOSTERONA	56,00
DIMORFISMO ERITROCITARIO, PESQUISA DE	7,00
E.Q.U. Parcial Urina	2,04
ELETOFORESE DE PROTEINAS COM CONCENTRACAO	28,00

ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITOS)	7,00
ESPERMOGRAMA	14,00
ESTRADIOL (RIE)	35,00
ESTRIOL (RIE)	38,50
FATOR REUMATOIDE, TESTE DO LATEX PARA	7,00
FATOR RH	1,37
FERRITINA	43,75
FERRO SERICO	6,30
FEZES, PESQUISA DE ROTAVIRUS (EIE)	17,50
FOLICULO ESTIMULANTE (FSH), HORMONIO (RIE)	22,75
FOSFATASE ALCALINA	2,01
FTA-ABS, IFI PARA SIFILIS	10,50
FUNGOS PESQUISA DE (A FRESCO, LACTOFENOL, TINTA DA CHINA)	7,00
GAMA – GT	3,51
GAMA-GLUTAMIL TRANSFERASE	7,00
GLICOSE	1,85
GRAM (COLORAÇÃO)	2,80
GRUPO ABO	1,37
HBE AG (HEPATITE B)	18,55
HBSAG (HEPATITE B)	18,55
HCV (HEPATITE C)	18,55
HDL	3,51
HEMOCULTURA (POR AMOSTRA)	17,50
HEMOGLOBINA GLICOSILADA	15,75
HEMOGRAMA	4,11
HERPES SIMPLES, PESQUISA DE ANTICORPOS IGG PARA	35,00
HERPES SIMPLES, PESQUISA DE ANTICORPOS IGM PARA	42,00
HERPES ZOSTER, PESQUISA E ANTICORPOS IGM PARA	35,00
HERPES ZOSTER, PESQUISA E ANTICORPOS IGM PARA	42,00
HERPESVIRUS (CITOLOGIA OU IMUNOFLOURECENCIA DIRETA	28,00
HERPESVIRUS, OU OUTRO - CULTURA PARA	63,00
HERPESVIRUS, RFA PARA	23,45
HIV	10,00
HVA IGG (HEPATITE A)	18,55
HVA IGM (HEPATITE A)	18,55
IGA, IDR PARA	17,50
IGE, (TOTAL E ESPECIFICA POR ALERGENO E POR DOSAGEM) (RIE)	24,50
IGG, IDR PARA	17,50
IGM, IDR PARA	17,50
LEUCOCITOS FECAIS, PESQ. DE	3,50
LEUCOCITOS, CONT. GLOBAL	3,50
LEUCOGRAMA	7,00
LEVEDURAS, PESQ. DE	3,50
LIPASE	5,25
LITIO	7,00
LUTEINIZANTE HORMONIO (LH) (RIE)	22,75
MAGNESIO	5,60
MANTOUX (TUBERCULOSE), ID DE	7,00
MICOPLASMA, CULTURA PARA	23,45
MONONUCLEOSE, SOROLOGIA PARA (MONOTESTE)	7,00
MUCOPROTEINAS	5,25
PARASITOLÓGICO	1,88
PARASITOLOGICO (DIRETO E ENRIQUECIMENTO) MINIMO 30 METODOS	7,00
PARATORMONIO - PTH (REI)	70,00
PLAQUETAS (contagem)	2,73
POTASSIO	4,90
PPD, (TUBERCULOSE) ID DE	7,00
PROGESTERONA PLASMATICA (RIE)	36,75
PROLACTINA (RIE)	29,75

PROTEINA C REATIVA, DETERMINACAO QUANTITATIVA DA	23,45
PROTEINA C REATIVA, PESQUISA DE	5,25
PROTEINAS DE BENCE JONES, PESQUISA DE	7,00
PROTEINAS TOTAIS	4,90
PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	5,25
PROVA DO LACO	3,50
PROVAS DE FUNCAO TIREOIDEANA (T3,T4,INDICES E TSH)	75,25
PSA LIVRE	16,42
PSA TOTAL	16,42
RETICULOCITOS, CONT. DE	3,50
RETRACAO DO COAGULO,TESTE DE	3,50
ROTINA DO LIQUOR	31,50
RUBEOLA IGG	17,16
RUBEOLA IGM	18,55
SANGUE OCULTO, PESQ.DE	3,50
SEDIMENTOSCOPIA QUANITATIVA	3,50
SIFILIS (VDRL QUANTITATIVO E FTA-ABS), REACOES SOROLOGICAS	12,25
SODIO	4,90
T3	7,57
T4	7,62
TEMPO DE COAG. (CELITE)	3,50
TEMPO DE COAG. (LEE-WHITE)	3,50
TEMPO DE PROTROMBINA	5,25
TEMPO DE SANGRAMENTO (DUKE)	3,50
TEMPO DE TROMBINA	7,00
TESTOSTERONA LIVRE (RIE)	52,50
TESTOSTERONA TOTAL (RIE)	36,75
TGO	2,01
TGP	2,01
TIPAGEM SANGUÍNEA	2,73
TIREOGLOBULINA - (RIE), DOSAGEM DE	49,00
TIROXINA LIVRE (RIE)	29,75
TOXOPLASMOSE (IFI-IGG E IFI-IGM), REACOES DE IMU-NOFLUORESCENCIA PARA	21,00
TOXOPLASMOSE (IGG OU IGM) EIE CADA	28,00
TOXOPLASMOSE IGG	16,97
TOXOPLASMOSE IGM	18,55
TOXOPLASMOSE RFC, HÁ OU IFI PARA (CADA REACAO)	12,25
TRANSAMINASE OXALACETICA (AMINOTRANFERAS E ASPARTATO)	4,90
TRANSAMINASE PIRUVICA (AMINO - TRANSFERASE ALANINA)	4,90
TRANSFERRINA	21,00
TRIGLICERÍDEOS	3,51
TSH	7,79
URÉIA	1,85
URINA COM CONTAGEM DE COLONIAS, CULTURA DE	17,50
VDRL	2,83
VITAMINA B-12 (RIE)	29,75
WIDAL (FEBRE TIFOIDE), REACAO DE	7,70

## 2 – DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1 - Os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

- carta de apresentação onde conste a razão social da empresa, o local, o horário e os dias da semana que será oferecido o atendimento, bem como o telefone, fac-símile e e-mail, se houver, para contato, devendo conter o nome e a assinatura do responsável pelo contrato;
- relação dos exames e serviços que se propõe a realizar, de acordo com os itens constantes do objeto;
- cópia da Cédula de Identidade do(s) responsável(is) pela

empresa;

- cópia do estatuto ou contrato social em vigor, com alterações;
- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- prova de regularidade para com a Fazenda Federal – Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais;
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- Certidão Negativa de Débitos Municipal;
- prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
- prova de regularidade relativa a seguridade social – Certidão Negativa de Débito – CND com o INSS;
- Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede da comarca da pessoa jurídica, com prazo de validade determinado no documento ou com a data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

## 3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1 - O período para credenciamento inicia-se na data da publicação deste edital e encerra-se em 31 de Dezembro de 2011.

3.2 - Estarão credenciados a realizar os serviços, os proponentes que apresentarem corretamente a documentação exigida, concordando com os valores propostos pelo Município, conforme ata do Conselho Municipal da Saúde e Decreto nº 882/2009, sendo que será o munícipe devidamente cadastrado no Cadastro Nacional do SUS do Município de Iomerê, que escolherá qual o contratado que lhe prestará o exame ou serviço.

3.3 - Não poderá participar direta ou indiretamente do presente processo, servidor ou dirigente do município ou responsável pela licitação, conforme Art 9º, III, da lei nº 8.666/93 e suas alterações.

## 4 – DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - Os exames contratados serão prestados através dos profissionais do estabelecimento credenciado.

4.2 – O documento fiscal deverá ser entregue na Secretaria de Administração e Finanças até o 5º dia útil do mês subsequente a execução do exame ou serviço, devendo ser anexada a Autorização do Município para a realização do serviço.

4.3 – O pagamento será efetuado até o décimo dia do mês subsequente da realização do exame ou serviço mediante a apresentação do documento fiscal correspondente, sem que haja incidência de juros ou correção monetária.

4.4 – O contratado não poderá cobrar do paciente ou seu responsável, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados, sob pena de sanções administrativas cabíveis.

4.5 – É de responsabilidade exclusiva e integral do contratado a utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município.

4.6 – Outras informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Administração, situada à Rua João Rech, 500, ou pelo fone nº (49) 3539-6000, ou pelo site: [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br)

Iomerê, 30 de dezembro de 2010.

SOLANGE DE BORTOLI BEAL

Secretária Municipal de Saúde e Ação Social

# Irineópolis

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Contrato n.º 001/2011 - HMBJ

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS n.º 001/2011

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.145.375/0001-77, com sede administrativa estabelecida à Rua Paraná, n.º 168, em Irineópolis - SC., neste ato representado pela Sra. Nilda Edite Banhuki Galvão, no cargo de Presidente do Hospital, inscrita no CPF sob o n.º 054.059.019-38, de ora em diante denominado de Contratante e a empresa Betha Sistemas Ltda, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, neste ato representada pela Sra Ilse Cristina de Souza, portador da cédula de identidade n.º 1.321.183 SSI/SC e inscrito no CPF sob n.º 475.635.919-15, pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação dos sistemas de Contabilidade Pública, Folha de pagamento e Compras e Licitações em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidade descritas no Anexo I, de propriedade da CONTRATANTE.

1.2. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos mesmos, durante o período contratual.
- Suporte técnico operacional, exclusivamente nos SISTEMAS contratados.
- Serviços de alterações específicas do Hospital, quando solicitado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência a contar de 01/01/2011 a 31/12/2011.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela locação dos SISTEMAS, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 7.440,00 (Sete mil, quatrocentos e quarenta reais), pelo período da vigência deste Contrato, ou seja 12 meses de 01/01/2011 a 31/12/2011, conforme abaixo relacionado e detalhamentos especificados no Anexo II:

ITEM	QTIDADE MESES	SISTEMA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	12	Contabilidade Pública para até 02 acessos	307,50	3.690,00
2	12	Compras e Licitações para até 02 acessos	121,50	1.458,00
3	12	Folha de Pagamento para até 01 acesso	191,00	2.292,00
		VALOR TOTAL	620,00	7.440,00

- Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção, será pago o valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,60 (sessenta centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 100,00 (cem reais) ao dia, apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico.
- O faturamento terá início após a implantação dos SISTEMAS.
- O pagamento será efetuado até o dia 01 do mês subsequente à locação dos SISTEMAS, mediante apreensão da nota fiscal.
- Em caso de atraso, incidirá sobre o valor das locações multa de 2% (dois por cento), mais juros de 1% (hum por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.
- Os valores contratados serão corrigidos de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da locação do Sistema objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Projeto Atividade 2028 – 3.3.90.00.00.00.00.0228 e 3.3.90.00.00.00.00.00.0229 – Manutenção do Hospital Municipal Bom Jesus – Aplicações Diretas, do Orçamento vigente para o Exercício de 2011.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

- O aplicativo é de propriedade da CONTRATADA, que concede à CONTRATANTE o direito de uso das licenças dos SISTEMAS, objeto deste contrato, instalada em computadores conectados em rede.
- É vedada a cópia dos sistemas e do gerenciador do Banco de Dados, exceto para fazer backup. Os sistemas estão protegidos pela lei n.º. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei n.º.9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.
- É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) software(s) contratado a um outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).
- Responsabilidade por danos indiretos: Em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar o(s) referido(s) Sistema(s), ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento pela locação dos SISTEMAS objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionados, assim como, todas as despesas referente a solicitação de envio das atualizações pelo correio ou transportadora, inclusive CD (Compact Disc).
- Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes.
- Custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica in loco e alterações específicas solicitadas nos sistemas.
- Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização dos sistemas licenciados, incluindo:
  - assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas
  - manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,



- dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA:

- a) Instalar os sistemas, objeto deste contrato, e treinar os funcionários da CONTRATANTE na utilização dos mesmos.
- b) Prestar suporte somente na operacionalização dos sistemas, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.
- c) Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
- d) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos SISTEMAS, causadas por problemas originados dos fontes dos seus programas.
- e) Tratar como confidenciais, informações e dados contidos nos Sistemas da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante à terceiros.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO

O treinamento para operacionalização dos SISTEMAS deverá obedecer os seguintes critérios:

- a) A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados, sendo não mais do que dois usuários por sistema locado.
- b) A CONTRATANTE indicará dois usuários aos quais o treinamento será realizado com características de possibilidade de suporte ao usuário posteriormente.
- c) Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento, em uma única etapa, sem obrigação de repetir.
- d) O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de toda a documentação em nível de usuário.
- e) O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta, referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

#### CLÁUSULA NONA - DA MANUTENÇÃO NOS SISTEMAS

9.1 Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter os SISTEMAS de acordo com as funcionalidades descritas no Anexo I:

- a) Corrigir eventuais falhas dos SISTEMAS, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento dos mesmos.
- b) Alterações nos SISTEMAS em função de mudanças nas legislações Federal e Estadual, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica dos sistemas.

9.2 As atualizações dos SISTEMAS são disponibilizadas no site [http:// download.betha.com.br/](http://download.betha.com.br/) ou enviadas, pelo correio, desde que solicitada, para os endereços pactuados da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

10.1 A prestação de serviços, não cobertas pela manutenção, será cobrada à parte, conforme valores especificados na Cláusula terceira, alínea "b", compreendendo:

- a) Alterações nos SISTEMAS descritos no Anexo I para atender às necessidades específicas da CONTRATANTE.
- b) Elaboração de novos programas solicitados pela CONTRATANTE.
- c) Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backups adequados para satisfazer as necessidades de segurança.
- d) Treinamento de funcionários da CONTRATANTE na operacionalização em função de substituição dos SISTEMAS por versões mais

atualizadas, e de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.

e) Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos SISTEMAS após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, Instituição Bancária, Gráfica, Tribunal de Contas, auxílio na legislação, na contabilidade e na área de informática, entre outros.

10.2. Este atendimento poderá ser realizado por telefone, fac-símile, internet através de serviços de suporte remoto, ou no ambiente da CONTRATADA, sempre que as alternativas anteriores não resultarem em solução satisfatória.

10.3. O suporte por telefone ou remoto só serão atendidos quando feito por funcionários que possuam habilitação para a operação do sistema, do equipamento, do sistema operacional e utilitários.

10.4. As solicitações de alterações nos SISTEMAS, serão cadastradas pelo usuário da CONTRATANTE, no site e-suporte.betha.com.br, devendo estar acompanhada de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA disponibilizará no site <ftp://betha.com.br/download/suporte> ou enviará o programa alterado em sua forma executável, via internet ou correio, para os endereços pactuados da CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do sistema.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.
- d) Em caso de processo licitatório para prestação do serviço ora contratado, a partir da assinatura do novo contrato com a empresa vencedora do certame.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de Direito Público aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Porto União – SC, para dirimir qualquer dúvida, ação ou

questão oriunda deste presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 6(seis) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Irineópolis, 03 de janeiro de 2011.  
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS  
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO  
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA  
ILSE CRISTINA DE SOUZA  
CONTRATADA

Testemunhas:	
Edinilson Brand	Mauricio Juraszek
CPF: 613.584.289-72	CPF: 044.088.849-28

#### ANEXO I - DAS CARACTERÍSTICAS

CONTRATO Nº 001/2011  
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS  
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

O objetivo deste Anexo I é a descrição das funcionalidades técnicas dos SISTEMAS locados pela CONTRATANTE, conforme Cláusula I deste contrato.

##### 1 - SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA 01 licença com até 02 usuários simultâneos

O Sistema de Contabilidade Pública deverá registrar todos os atos e fatos contábeis ocorridos e possibilitar o atendimento à legislação vigente, à análise da situação da administração pública, e a obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões.

Efetuar a escrituração contábil nos sistemas Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação em partidas em conformidade com os Artigos 83 a 106 da Lei 4.320/64, inclusive com registro em livro DIÁRIO.

Possibilitar a integração com o Sistema de Licitações, possibilitando a geração dos fornecedores para o Sistema de Licitações, e possibilitando que o Sistema de Licitações gere os empenhos automaticamente para o Sistema de Contabilidade pública;

Possibilitar a integração com o Sistema de Folha de Pagamento, gerando automaticamente os empenhos orçamentários e extra-orçamentários;

Possibilitar a integração com a Contabilidade da Câmara, possibilitando assim a importação do movimento da despesa orçamentária;

Possibilitar a existência de mais de uma entidade na mesma base de dados, com contabilização distinta, que possibilite a emissão de relatórios anuais e da LRF de forma consolidada;

Permitir, quando for o caso, a importação dos movimentos dos Fundos, Fundações ou Autarquias, que estejam em outros prédios, fora da rede, possibilitando a emissão de relatórios anuais e

da LRF de forma consolidada;

Possuir Gerador de Relatórios, que possibilite ao próprio usuário a criação de relatórios específicos necessários ao controle de informações de seu interesse, inclusive com possibilidade de geração de arquivos;

Gerar relatórios gerenciais de Receita, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro Diário.

Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e Resolução TC-16/94 do Tribunal de Contas.

Atender as Portarias Federais em vigor, possibilitando a execução da Despesa e Receita, bem como permitir a emissão dos anexos exigidos, e de forma que em cada exercício estejam disponíveis a estrutura e descrições das Portarias Federais vigentes no período selecionado;

Gerar os razões analíticos de todas as contas integrantes dos Sistemas Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação.

Possibilitar configurar permissões de acesso para que determinados usuários tenham permissões de acesso aos cadastros para consultas, mas sem permissão para efetuar alterações;

Utilizar históricos, sempre que possível com textos padronizados, vinculados a classificação da despesa, não permitindo lançamentos indevidos.

Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinário.

Possibilitar a emissão de sub-empenhos sobre o empenho Global.

Possibilitar a anulação dos empenhos por estimativa no final do exercício, visando a não inscrição em Restos a Pagar.

Possibilitar o controle do pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, em contrapartida com várias Contas Pagadoras.

Possibilitar inscrever automaticamente no Sistema de Compensação dos empenhos de Adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento das respectivas baixas, quando da prestação de contas.

Controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, emitindo relatórios de parcelas a vencer e vencidas, visando o controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica.

Possibilitar o registro do pagamento total ou parcial da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários.

Possibilitar a inclusão de vários descontos, tanto no fluxo extra-orçamentário como no orçamentário, com registros automáticos nos sistemas orçamentário e financeiro.

Fazer os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos Sistemas Financeiro, Orçamentário, Patrimonial e Compensado, conforme o caso.

Efetuar o lançamento do cancelamento de restos a pagar em contrapartida com a receita orçamentária, ou em conta extra-orçamentária, em rubrica ou conta definida pelo usuário.

Possibilitar o controle de Restos a Pagar em contas separadas por exercício e/ou conforme tipos de despesas (executivo, legislativo, saúde, educação e previdência), para fins de inscrição e/ou cancelamento, quando for o caso.

Executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.

Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, e com possibilidade de atualização automática dos saldos contábeis;

Emitir Notas de Pagamento, de Despesa extra, de Empenhos e de sub-empenhos, possibilitando inclusive a criação de novos modelos de documentos, quando necessário.

Emitir ordens de Pagamento de Restos a Pagar, Despesa Extra e de Empenho, possibilitando inclusive a criação de novos modelos de documentos, quando necessário.

Emitir relatórios padrão TCE-SC para solicitação de Certidão Negativa.

Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das despesas por tipo.

Possibilitar o controle da despesa por fontes de recursos;  
Cadastrar e controlar as dotações constantes no Orçamento do Município e as decorrentes de Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários.  
Cadastrar e controlar os Créditos Suplementares e as anulações de dotações.

Registrar bloqueio e desbloqueio de dotações, inclusive com indicação de tipo cotas mensais e limitação de empenhos.  
Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício, e com possibilidade de emissão consolidada, e agrupando por recurso.  
Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.  
Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.  
Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, e por período.  
Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e estimativos.  
Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estouros de saldos, ou lançamentos indevidos.  
Permitir informar no orçamento da despesa o Cronograma Mensal de Desembolso, com emissão de relatórios comparativos entre o previsto e o executado.  
Permitir informar no orçamento da receita a Programação Financeira Mensal, com emissão de relatórios comparativos entre o previsto e o executado.  
Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados. Possibilitar também a exclusão de encerramento mensal, possibilitando correções em períodos anteriores.  
Possuir cadastros de Convênios e Prestação de Contas de Convênio, Contratos e Caução.  
Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.  
Emitir os relatórios da Contas Públicas para publicação, conforme

Lei 9.755/98, Instrução Normativa 28/99 do TCU e Portaria 275/00; Emitir relatórios: Pagamentos Efetuados, Razão da Receita, Razão da Despesa, Pagamentos em Ordem Cronológica, Livro Diário, Extrato do Credor, Demonstrativo Mensal dos Restos a Pagar, Relação de Cheques Compensados e Não Compensados; Gráficos da Despesa e da Receita;  
Possuir o cadastro de precatórios com identificação do beneficiário que permita relacionar as despesas do orçamento e como também na sua execução;  
Permitir o cadastramento das fontes de recursos conforme estrutura padronizada pela Portaria 219/04 e 303/05 da STN, assim como a emissão dos relatórios.  
Possuir registro e emissão de relatório de conciliação bancária.  
Possibilitar a emissão de cheques no pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, com opção de baixa manual ou automática dos respectivos documentos.  
Possibilitar emissão de liquidação, ordens de pagamento e restos a pagar com seleção dos documentos a serem gerados.  
Possuir a emissão do relatório do quadro de dados contábeis consolidados conforme Portaria 109/02 da STN.

## 2 - SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

01 licença com até 02 usuário simultâneo

2.1 Acompanhar todo o processo licitatório, envolvendo as etapas desde a preparação (processo administrativo) até o julgamento, registrando as atas, deliberação (preço global), mapa comparativo de preços, interposição de recurso, impugnação, anulação, revogação, parecer jurídico, e sua homologação e adjudicação.

Controlar os materiais e serviços adquiridos, provenientes ou não das licitações, acompanhando todo o processo, desde a solicitação de compra até a chegada do bem ao seu destino.

Permitir o cadastramento de materiais por grupo, classe e item ou de forma sequencial.

Permitir agrupar várias solicitações de compras dos diversos setores para um novo processo licitatório ou para compra direta.

Permitir o gerenciamento dos fornecedores através de consulta aos processos licitatórios ou itens de licitação e as compras efetuadas ou serviços executados.

Controlar as despesas realizadas e a realizar, evitando a realização de despesas de mesma natureza com dispensa de licitação ou modalidade de licitação devida, por ultrapassarem os respectivos limites legais.

Controlar os limites de cada modalidade estabelecidos na lei através do objeto da compra.

Permitir o controle de gastos por unidade orçamentária através de limites mensais preestabelecidos pelo usuário.

Controlar a data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores, possibilitando a emissão de ofício com a relação dos mesmos.

Possibilitar a integração com o sistema de Contabilidade, no que se refere ao bloqueio do valor da despesa previsto no processo licitatório, possibilitando ser automático ou através de arquivo texto, também atualizar fornecedores cadastrados no sistema de compras e licitações ou vice-versa.

permitir que as despesas, e demais dados contábeis do sistema contábil de início do exercício sejam copiados para o sistema de compras.

Permitir atualizar os saldos das despesas do sistema de compras através de rotinas de integração com o sistema contábil.

O sistema deverá manter, no banco de dados, modelos de textos de Editais ou Contratos, possibilitando a escolha de um dos modelos existentes no sistema ou importando arquivos criados pelo usuário.

Possibilitar a gravação em disquete dos itens do processo licitatório ou registro de preço, ou coleta que será enviado aos fornecedores para facilitar coleta de preços de cada item.

Permitir a cotação em disquete dos itens das propostas de processos licitatórios e coletas de preços por lote de materiais.

Possibilitar consultas aos preços, por materiais ou por fornecedores, praticados em licitações ou despesas anteriores.

Possibilitar a emissão da autorização de compra ou fornecimento por centro de custo, por dotação ou global.

Emitir todos os relatórios cadastrais, gerenciais e oficiais exigidos por lei.

Emitir o Edital de Licitação.

Permitir integração com outros sistemas atualizando dados cadastrais de fornecedores, materiais, etc.

Controlar as quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor.

Permitir que para a cotação de materiais através de Coleta de Preço, seja gerada uma planilha de coleta de preço por meio impresso e também por arquivo, para informar a coleta pelo fornecedor em seu estabelecimento.

Gerar Processos Administrativos pelo preço médio ou menor preço cotado da Coleta de Preços.

Gerar Compras Diretas e processos licitatórios pelo menor preço cotado na Coleta de preços.

Gerar entrada no almoxarifado a partir da liquidação da mercadoria.

Gerar empenho para a contabilidade.

Permitir alterar o texto a ser gerado no empenho.

Permitir a edição e criação de novos modelos de editais de processos e contratos.

Permitir criar relatórios pela própria entidade.

Permitir gerar arquivos para o sistema e-Sfinge - do Tribunal de Contas de Santa Catarina relativos aos atos administrativos de licitações e contratos.

Ter relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no sistema antes de gerar os arquivos para o e-Sfinge (TCE-SC).

Permitir que os centros de custos requisitantes de cada item do processo licitatório, sejam levados para o contrato aditivo.

Possuir histórico do contrato.

Possibilitar copiar os itens de um outro processo licitatório, já cadastrado.

Possibilitar copiar os itens de uma outra compra direta.

Permitir agrupar os itens do processo licitatório por centro de custos.

Permitir alterar a data de emissão das autorizações de fornecimento.

Possuir cronograma de pagamentos dos contratos.

Possuir cronograma de entrega dos itens dos contratos.

Identificar uma requisição de compra para o caso de serviço ou produto.

Controlar as requisições pendentes.

Verificar e acompanhar a situação das requisições, possibilitando controlar as liberações, ou reprovações das requisições para atendimento.

Permitir registrar as coletas de preços pesquisadas pela entidade, tendo uma rotina para identificar o menor preço.

Permitir coleta de preços por lotes.

Permitir montar os itens do processo administrativo e licitatório por lotes.

Gerar as compras a partir de uma coleta de preços.

Possuir classificação das propostas do Pregão Presencial automaticamente, conforme critérios de classificação imposto na legislação(Lei 10.520).

Permitir efetuar lances para a modalidade de "Pregão Presencial".

Emitir a ATA do Pregão Presencial e histórico com os lances.

Não permitir alterar a descrição do material após sua utilização.

Não permitir utilizar despesas sem saldo contábil.

Sugerir o número da licitação sequencial, ou por modalidade.

Poder separar os itens do processo por despesa orçamentária a ser utilizada.

Permitir o controle de permissões dos usuários por centro de custo para a consulta de suas requisições de compra.

- SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO

01 licença com até 01 usuários simultâneos

Deve possuir cadastro único de dados pessoais, integrado com o sistema de Folha de Pagamento, mesmo que o servidor possua mais de um vínculo ou venha a desligar-se e, posteriormente, ser recontratado ou nomeado para função de confiança.

O cadastro de dados pessoais Deve possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF.

Deve ter cadastro de servidores que, em combinação com o cadastro de pessoas, possua todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e possibilite, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria Nº 1.121, de 8 de Novembro de 1995, além de permitir a inserção de novos campos para cadastramento de informações diversas.



Deve possuir controle total dos dependentes e pensionistas.

Deve possuir rotina para processamento de cálculo mensal, adiantamento, complementar e 13º salário adiantado e integral.

Deve possibilitar cálculos de férias individuais, férias coletivas, rescisões individuais, coletivas e complementares.

Deve controlar os períodos aquisitivos de férias em relação à quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e possibilite informar a data prevista para o início do gozo de férias.

Deve permitir a configuração do tratamento dados a faltas e afastamentos no cálculo de férias.

Deve permitir a configuração dos tipos de bases de cálculo utilizados.

Deve permitir a configuração de quais proventos e descontos devem ser considerados como automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc).

Deve permitir a configuração de todas as fórmulas de cálculo de forma que possam configuradas, ficando em conformidade, também, com o estatuto do órgão.

Deve possibilitar a configuração das formas de alteração salarial. Deve permitir a emissão de relação dos salários de contribuição e discriminação dos mesmos para previdência federal, estadual e/ ou municipal, com possibilidade de emissão apenas para digitação, caso no sistema não tenham sido incluídas a informações de todas as competências necessárias para o preenchimento do formulário.

Deve possibilitar o cadastro de movimentos anteriores à implantação do sistema para que o usuário possa gerar os relatórios anuais.

Deve possuir consulta de cálculos que permita visualizar o recibo de folha de pagamento dos servidores.

Deve emitir comparativo de líquidos para um determinado intervalo de competências.

Deve emitir comparativo de situações dos servidores entre duas competências.

Deve possibilitar a individualização de valores do FGTS em atraso permitindo a utilização de informações anteriores ao primeiro cálculo efetuado no sistema.

Deve permitir a consulta das médias e vantagens que cada servidor tem direito a receber em férias, 13º salário ou rescisão de contrato.

Deve permitir o controle da concessão e desconto de vales transporte e mercado.

Deve permitir o controle das movimentações de pessoal para informação aos tribunais de contas.

Deve permitir o controle da movimentação de pessoal e dos atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira.

Deve permitir a geração dos arquivos de dados para o Tribunal de Contas do .

Deve possuir consulta rápida a qualquer cadastro e local do sistema, sendo generalizada através de tecla de função.

Deve permitir acesso rápido a qualquer cadastro, sendo generalizado através de tecla de função.

Deve permitir acesso rápido à tela de emissão de relatórios, sendo generalizado através de tecla de função.

Deve possuir gerador de relatórios e de arquivos.

Deve possuir controle de senhas e de usuários com níveis de acesso.

Deve possibilitar controle completo de auditoria em todas as tabelas do sistema e de todas as operações efetuadas.

Deve permitir a integração com o sistema de contabilidade possibilitando a geração automática dos empenhos da folha de pagamento e respectivos encargos patronais.

Deve permitir que possam ser gravados diferentes tipos de seleção para facilitar a emissão de relatórios rotineiros.

Deve possuir rotina de backup que permita configurar o usuário responsável e o intervalo de tempo para solicitar o backup, e que possibilite a execução do mesmo sem a necessidade dos usuários saírem do sistema.

Irineópolis, 03 de janeiro de 2011  
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS  
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO  
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA  
ILSE CRISTINA DE SOUZA  
CONTRATADA

Testemunhas:	
Edinilson Brand	Mauricio Juraszek
CPF: 613.584.289-72	CPF: 044.088.849-28

## ANEXO II - DOS VALORES

CONTRATO Nº 001/2011  
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS  
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

O objetivo deste Anexo II é o detalhamento do valor anual dos SISTEMAS, objeto deste contrato.

ITEM	QTIDADE MESES	SISTEMA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	12	Contabilidade Pública para até 02 acessos	307,50	3.690,00
2	12	Compras e Licitações para até 02 acessos	121,50	1.458,00
3	12	Folha de Pagamento para até 01 acesso	191,00	2.292,00
		VALOR TOTAL	620,00	7.440,00

Irineópolis, 03 de janeiro de 2011.



HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS  
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO  
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA  
ILSE CRISTINA DE SOUZA  
CONTRATADA

Testemunhas:	
Edinilson Brand	Maurício Juraszek
CPF: 613.584.289-72	CPF: 044.088.849-28

### Contrato Nº 001/2011

Contrato Administrativo nº 01/2011

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de Irineópolis e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para o exercício de 2011.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade nº 6.109.615-SC, de ora em diante denominado de Contratante e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Praça XV de Novembro, nº 270, Centro, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Antoninho Tibúrcio Gonçalves, acordam e ajustam firmar o presente contrato pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### Das Disposições Gerais

Cláusula Primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 1393, de 17/11/2008, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CIGA nº 21/2009.

Cláusula Segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

#### Do Objeto

Cláusula Terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Irineópolis ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 21/2009.

#### Do Rateio

Cláusula Quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 280,00, totalizando o valor de R\$ 3.360,00.

Clausula Quinta - Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Clausula Quarta deste contrato.

#### Da Rubrica Orçamentária

Cláusula Sexta - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 1541/2010 de 21 de dezembro de 2010 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas

orçamentárias:

Despesas correntes:

3.1.71.11.00.00 Vencimento e vantagens fixas pessoal civil (45% do total) R\$ 1.512,00

3.1.71.13.00.00 Obrigações Patronais (15% do total) R\$ 504,00

3.3.71.39.00.00 Serviços de Terceiros - PJ (25% do total) R\$ 840,00

3.3.71.30.00.00 Material de Consumo (5% do total) R\$ 168,00

Despesas de capital:

4.4.71.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente (10% do total) R\$ 336,00

Cláusula Sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### Da Prestação de Contas

Cláusula Oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### Das Penalidades

Cláusula Nona - O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula Décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula Décima Primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

#### Da Vigência

Cláusula Décima Segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2011 e vigorará até 31 de dezembro de 2011.

#### Do Foro

Cláusula Décima Terceira - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### Das Disposições Finais

Cláusula Décima Quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

Irineópolis, 03 de janeiro de 2011.

Município de Irineópolis

Wanderlei Lezan

Contratante

Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES

Prefeito de Monte Carlo

Presidente do CIGA

#### Testemunhas:

Nome: Maurício Juraszek

CPF: 044.088.849-28

Nome: Jessica Luana Nicoluzzi

CPF: 088.201.929-50

**Contrato Nº 001/2011 - FMS**

CONTRATO N.º 001/2011

Contrato de Prestação de Serviços de Coleta, transporte de resíduos sólidos dos serviços de saúde, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Luiz Francisco Antunes de Lima Cia Ltda.

O Município de Irineópolis, através do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de Julho, n.º 1070, em Irineópolis - SC., neste ato representado pela Sra. Nilda Edite Banhuki Galvão, brasileira, casada, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliada a Avenida 22 de Julho, n.º. 22, centro, neste município, inscrito no CPF n.º 054.059.019-38, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, situado na Rua Marechal Deodoro, n.º 191, Centro, no Município de União da Vitória, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 82.326.828/0001-07, neste ato representado por sua sócia administrativa, Sra. Scheila Mara Weiller Antunes de Lima, portadora da Cédula de Identidade n.º 3.574.828-8 SSP/PR e inscrita no CPF n.º 882.138.709-72, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O objeto do presente instrumento contratual é a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos dos serviços de saúde.

Parágrafo Primeiro - A Contratada compromete-se a executar os serviços de coleta dos resíduos sólidos dos serviços de saúde nas instalações da Contratante, com transporte dos mesmos para local apropriado conforme legislação vigente, sendo que a destinação final dos mesmos será de sua única e exclusiva responsabilidade.

Parágrafo Segundo - Os resíduos de saúde enquadrados nos grupos A, B e E, conforme a Resolução do Conama nº 358/05 e Resolução nº 306/04 da ANVISA, coletados nas instalações da Contratante serão transportados em veículo especialmente adaptado e normatizado para esse fim até a empresa Serquip Tratamento de Resíduos PR Ltda, localizada em Curitiba/PR, para tratamento e disposição final dos mesmos.

Parágrafo Terceiro - Não serão compreendidos como RSSS (resíduos sólidos dos serviços de saúde), para efeito de recolhimento obrigatório, os resíduos que não sejam dos grupos A, B e E, de modo que não estão compreendidos no presente contrato a coleta, transporte e destino final os resíduos dos grupos C e D.

**CLÁUSULA SEGUNDA - BASE LEGAL**

O presente contrato é assinado com dispensa de licitação baseado no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - RESPONSABILIDADE PELA ACOMODAÇÃO**

É de responsabilidade Contratante a separação interna dos resíduos e o acondicionamento correto, por profissionais devidamente qualificados, com a devida identificação constando o nome do gerador e o grupo do resíduo, conforme Resolução da Anvisa RDC nº 306/04.

Parágrafo Primeiro - Não cabe a Contratada verificar o conteúdo das embalagens, até porque os mesmos serão lacrados no ato da

separação pelos profissionais referidos no caput desta cláusula, sendo de responsabilidade da Contratante a fiel correspondência entre os resíduos acondicionados e as informações contidas nas etiquetas afixadas nas respectivas embalagens.

Parágrafo Segundo - A Contratante deverá deixar o material disponível em local apropriado, conforme RDC 306/04.

Parágrafo Terceiro - A cada coleta, a Contratada emitirá uma ordem de serviços, a qual deverá ser assinada pela Contratante, onde constará o peso resultante desta, que será usado para auferir o montante de resíduos coletados e fixar o valor total a ser pago. Será entregue para a Contratante a segunda via da mesma.

Parágrafo Quarto - A Contratada disponibilizará a Contratante recipiente denominado "bombas", com capacidade de 100 litros, para acondicionamento das embalagens com os RSSS, em regime de comodato.

**CLÁUSULA QUARTA - FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A CONTRATADA executará os serviços de coleta 04 (quatro) vezes ao mês, com o peso máximo mensal de 100 (cem) quilos. Caso sejam necessárias mais coletas ou a quantidade de resíduos entregue ultrapassar o peso acima, será cobrada uma taxa de coleta mais o peso resultante. O custo compreenderá todos os serviços e variará conforme a quantidade de resíduos gerados por cada estabelecimento.

Parágrafo Único - Os resíduos serão pesados no momento da coleta, sendo expedido um comprovante. Haverá também um controle mensal da periodicidade da coleta.

**CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR CONTRATUAL**

Pelos serviços prestados a CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA o valor total de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), o qual corresponderá ao peso máximo mensal de 100 (cem) quilos. No valor proposto está inclusa a quantidade de 04 (quatro) coletas/mês. Totalizando o valor anual de R\$ 7.920,00 (Sete mil, novecentos e vinte reais).

Parágrafo Primeiro - Caso sejam necessárias mais coletas ou a quantidade de resíduos entregue ultrapassar o peso acima indicado será cobrado por vez o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) por coleta, mais o peso resultante desta, considerando o valor de R\$ 3,50 por quilo, tudo limitado aos valores de dispensa licitação, conforme o art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 (contratação de pequeno valor, até o limite de R\$ 8.000,00)

Parágrafo Segundo - No valor estão incluídas todas as despesas necessárias para a sua execução, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, e demais tributos que venham a incidir sobre o objeto deste termo contratual.

**CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento dos serviços executados durante o mês, será efetuado até o décimo dia útil do mês subsequente, mediante apresentação da competente nota fiscal ou fatura, que deverá obrigatoriamente conter o volume de resíduos (coletados, transportados e destinados) no período, bem como o número do Contrato que a originou, especificando os serviços executados.

Parágrafo Único - Os pagamentos poderão ser feitos através de bloqueto bancário anexo a Nota Fiscal ou depósito em conta bancária da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SETIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das seguintes Dotações Orçamentárias:  
Projeto atividade nº 2031 - 3.3.90.00.00.00.00.0251(05) - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde - Aplicações Diretas;  
Projeto Atividade nº 2039 - 3.3.90.00.00.00.00.0251 (42) - Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária - Aplicações Diretas do Orçamento vigente para o Exercício de 2011.

#### CLÁUSULA OITAVA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

O preço pelo qual será contratado o objeto do presente não sofrerá reajustes.

#### CLÁUSULA NONA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato, nas condições avençadas, e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro - Constituem responsabilidades da CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
- Dar a CONTRATADA condições necessárias a regular execução do contrato;
- Cumprir com as cláusulas assumidas no presente contrato, bem como, com as diretrizes contidas na RDC nº 306/04, previstas no plano de gerenciamento de resíduos;
- Dar destinação aos RSSS, durante a vigência do presente contrato, através de outra empresa ou pessoa que não a Contratada;

Parágrafo Segundo - Constituem responsabilidades da CONTRATADA:

- Atender aos encargos decorrentes da sua atividade: trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do presente contrato; bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao contratante, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados.
- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- Responsabilizar-se pela boa qualidade dos serviços executados;
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto as obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, bem como responsabilizar-se por todos os ônus concernentes as obrigações acima referidas;
- Fornecer os equipamentos de proteção individual aos seus empregados, necessários para o desenvolvimento de todos os serviços por ela efetuados;
- A contratada obriga-se a estar devidamente licenciada perante os órgãos competentes, inclusive os ambientais, para o exercício da sua atividade, bem como, para o desenvolvimento do objeto do presente contrato;
- É de exclusiva responsabilidade da contratada, bem como de seus representantes, todos e quaisquer danos a qualquer título causados a Contratante, Terceiros e ao meio ambiente decorrentes do exercício de sua atividade, nos termos da legislação em vigor.

#### CLÁUSULA DECIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Pela inexecução total ou parcial, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções previstas

no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que em caso de multa, esta corresponderá a 10% sobre o valor total do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido conforme o previsto nos Artigos 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de Direito Público aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de Protocolo. Nenhuma outra Forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

A vigência deste contrato terá início em 01 de janeiro de 2011 e término em 31 de dezembro de 2011.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos Princípios Gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Porto União, Estado do Santa Catarina, como o único competente para dirimir dúvidas ou questões acaso surgidas, oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em cinco vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis (SC), 03 de janeiro de 2011.

Fundo Municipal de Saúde  
Nilda Edite Banhuki Galvão  
Contratante

ECOVALE - Luiz Francisco A. De Lima & Cia Ltda  
Scheila Mara Weiller Antunes de Lima  
Contratada

Testemunhas:

Nome: Maurício Juraszek      Nome: Jessica Luana Nicoluzzi  
CPF: 044.088.849-28      CPF: 088.201.929-50

**Contrato Nº 02/2011 - FMS**

CONTRATO Nº 002/2011

Contrato de Serviço de processamento de Dados que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Olos Tecnologia Ltda.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de julho, 1080, em Irineópolis - SC., neste ato representado pela Sra. Nilda Edite Banhuki Galvão, brasileira, casada, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliada a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 054.059.019-38, de ora em diante denominado de Contratante; e empresa Olos Tecnologia Ltda, CNPJ 85.260.354/0001-28, com sede na Rua Presidente Epitácio Pessoa, 933 sala 103, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-100, doravante denominada Contratada, neste ato representada pelo seu diretor, Sr. Alfredo Roeder Junior, portador do CPF nº 516.083.089-87, RG nº 1.041.162-3, resolvem celebrar o presente contrato, com fulcro no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Contratação de Serviço de Processamento de Dados para a Secretaria Municipal de Saúde incluindo a administração do banco de dados, atendendo a demanda das áreas definidas conforme descrição a seguir, nas condições definidas nas obrigações da Contratada e do Contratante:

- a) Os serviços deverão atender as operações das seguintes áreas:
- Coordenação (Relatórios Gerais de Gestão);
  - Atenção Básica (unidades de Saúde, c/ Agenda Local e Registro de Produção);
  - ESF (Cadastro e PMA2);
  - Serviço de Vigilância Epidemiológica, incluindo notificação de agravos;
  - TFD (Controle de Processos relativos ao Tratamento de Pacientes Fora de Domicílio);
  - Administração de Recursos Especializados (Autorização de Exames Modelo 1);
  - Administração de Materiais (Almoxarifado);
  - Farmácia Básica (incluindo Dispensários);
  - Administração de Parâmetros de Operação.

- b) Cobertura de Acesso: Acesso a telas de entrada e saída de dados para atender a demanda dos setores Administrativos da Secretaria Municipal de Saúde, 5 (cinco) unidades de saúde e Prestadores de Serviços de saúde eventualmente vinculados às operações da secretaria.

- c) A ampliação do uso dos serviços para a atender a novas áreas operacionais ou o aumento de unidades abrangidas, não previstos neste momento, poderá ser feita a qualquer tempo, sendo objeto de termo aditivo a este contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

- a) A CONTRATANTE pagará por este serviço R\$ 7.992,00 (sete mil, novecentos e noventa e dois reais), pagos em 12 (doze) parcelas mensais iguais de R\$ 666,00 (seiscentos e sessenta e seis reais), com vencimento no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

Parágrafo Único: Em caso de atraso de pagamento, as multas cabíveis, bem como a correção dos valores serão considerados

conforme legislação pertinente aplicável.

- b) Independente das medidas legais que visem buscar o pagamento de débitos pendentes, é facultado à CONTRATADA, após decorridos 30 dias atraso verificado, suspender temporariamente a prestação dos serviços a que se obrigou, até a regularização da pendência.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO REAJUSTE**

O preço contratado não sofrerá reajuste.

**CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA**

O prazo do presente contrato é de 01 (um) ano a contar de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

**CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Executar correções em seu Sistema de Processamento de Dados objetivando atender a mudanças de requisitos originadas em mudanças operacionais justificadas, que objetivam atender a melhorias nos processos ou no atendimento ao Usuário do SUS;

- b) Executar correções em seu Sistema de Processamento de Dados objetivando atender a mudanças de requisitos originadas no Ministério da Saúde - SUS;

- c) Executar atualizações tecnológicas em seu Sistema de Processamento de Dados que garantam sempre a qualidade de suas funções e de sua operação;

- d) Manter atualizadas as tabelas de dados que tem origem no Ministério da Saúde - SUS;

- e) Executar ações corretivas em seu Sistema de Processamento de Dados e estrutura do banco de dados sempre que necessário;

- f) Disponibilizar a CONTRATANTE o uso de telas de entrada e saída de dados para os módulos de seu Sistema de Processamento de Dados que atendem as áreas contratadas definidas no item a) do objeto deste contrato, através de acesso via Internet a partir de navegadores de Internet em computadores com Sistema Operacional Windows ou Linux;

- g) Garantir a CONTRATANTE o acesso ao Sistema de Processamento de Dados da CONTRATADA às áreas contratadas definidas no item a) do objeto deste contrato através de navegadores Internet padrão Netscape (versão 6.0 ou superior) ou Internet Explorer (versão 6.0 ou superior), a partir de computadores com Sistema Operacional Windows ou Linux;

- h) Manter disponível serviço de suporte por telefone, fax, e-mail, atendendo no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 18:00, de segunda a sexta-feira;

- i) Disponibilizar o espaço em disco compatível com a banco de dados da CONTRATANTE;

- j) Disponibilizar sistema de cópia de segurança diária;

- k) Disponibilizar sistema de redundância para sistema de armazenamento e sistema;

- l) Manter sigilo absoluto sobre dados e informações gravadas no Banco de Dados;

- m) No caso da CONTRATANTE denunciar este contrato, a qualquer tempo, entregar para a CONTRATANTE cópia dos dados



pertencentes a esta, num prazo de 30 dias;

#### CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Efetuar o pagamento dos valores, nas respectivas datas;

b) Em caso de necessidade de atendimento técnico junto a sede da Contratante, as eventuais despesas de deslocamento serão objeto de avaliação prévia e aprovação específica por parte da Contratante, para posterior pagamento, se for o caso.

c) Indicar um profissional do quadro de funcionários da CONTRATANTE como ☐Contato Administrativo' junto a CONTRATADA;

d) Indicar um profissional do quadro de funcionários da CONTRATANTE como ☐Administrador do Sistema' junto a CONTRATADA. Este profissional centralizará todo o suporte técnico necessário junto à CONTRATADA;

e) Responsabilizar-se pela instalação física do sistema de comunicação (celular, discada ou modem ADSL) tecnicamente adequado entre a Secretaria Municipal de Saúde e as Unidades de Saúde informatizadas com o provedor de Internet;

f) Responsabilizar-se pela contratação de sistema de conexão com a Internet do tipo discada, ADSL ou outro tipo que lhe for conveniente;

c) Responsabilizar-se pela contratação junto a provedor de Internet (pago ou gratuito), de assinatura de contas de acesso com a Internet, em provedor de acesso gratuito ou não;

g) Preservar os códigos de acesso fornecidos pela CONTRATADA a pessoas estranhas ao ambiente operacional da CONTRATANTE;

h) Comunicar a CONTRATADA do seu desinteresse em renovar este contrato com 30 dias de antecedência.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DAS RESPONSABILIDADES

a) A responsabilidade da CONTRATADA, por força deste contrato, será restrita ao cumprimento de suas cláusulas e condições;

b) A CONTRATADA não se responsabiliza por quaisquer perdas, danos ou lucros cessantes, cujas causas possam ser atribuídas direta ou indiretamente ao uso do objeto deste contrato, ou ao uso por pessoa estranha não credenciada.

c) A CONTRATADA garante que o objeto deste contrato, não infringe qualquer patente, marca, direitos exclusivos de representação ou direitos autorais.

d) Serão excludentes de responsabilidade de ambas as partes e não se constituem causa de rescisão contratual, o não cumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram o caso fortuito e a força maior, previstas no Artigo 1.058 do Código Civil Brasileiro.

#### CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente a qualquer tempo, como também de pleno direito, nas hipóteses do art. 79 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao cumprimento dos encargos decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Projeto Atividade 2031 - Manutenção das Ações e serviços Públicos em Saúde - 3.3.90.00.00.00.00.0251(05)

- Aplicações Diretas do Orçamento vigente para o Exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis.

#### CLÁUSULA DECIMA - BASE LEGAL

O presente contrato é assinado com dispensa de licitação baseado no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, tendo em vista tratar-se de contratação de pequeno valor (abaixo de R\$ 8.000,00), o qual dispensa a realização de certame licitatório.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pelos Preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de Protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e dos Princípios Gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pela CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93 atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO CONTRATUAL

As partes elegem o Foro desta Comarca de Porto União (SC) para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam este

Termo de Contrato, em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Irineópolis, (SC), 03 de janeiro de 2011.  
Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis  
Nilda Edite Banhuki Galvão  
Gestora do FMS  
Contratante

Olos Tecnologia Ltda  
Alfredo Roeder Junior  
Contratada

Testemunhas:

Nome: Maurício Juraszek    Nome: Jessica Luana Nicoluzzi  
CPF:044.088.849-28        CPF: 088.201.929-50

# Joaçaba

## SIMAE

### Homologação Pregão 043/2010



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43  
Rua Tiradentes, 123  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 43/2010 - PR**

Processo Administrativo: 50/2010  
Processo de Licitação: 50/2010  
Data do Processo: 19/11/2010

Folha: 1/1

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora, Elisabet Maria Zanela Sartori, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 50/2010  
b ) Licitação Nr.: 43/2010-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 22/12/2010  
e ) Data da Adjudicação: 22/12/2010 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE CONCHA 20" PARA ACOPLAMENTO EM RETROESCAVADEIRA RANDON DE PLACAS MHY-7333 DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 007833 - LOCOMAQ COM E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIP	1	0,0000	1.900,00
	1		1.900,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.062.4.4.90.00.00.00.00 (19) Saldo: 57.167,00

Joaçaba, 22 de Dezembro de 2010.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

## Lauro Muller

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 01/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER

Processo de Inexigibilidade de Licitação: nº 01/2011

Objetivo: Sistema de ensino Aprende Brasil

Valor: R\$ 116.838,40 (cento e dezesseis mil oitocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos).

Em favor de: Editora Positivo Ltda.

Fundamento Legal: art. 25 incisos I e II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Período de vigência: 12 (doze) meses, com início em 10/01/2011 e término em 31/12/2011.

## Luzerna

### CÂMARA DE VEREADORES

#### Extrato Dispensa cmv 001.2011

Aviso Dispensa de Licitação cmv.001.2011

Aviso de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório 001/2011

CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA

AVISO DE DISPENSA Nº 001/2011

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2011

A Câmara de Vereadores Luzerna torna pública a Dispensa de Licitação

referente à contratação da CPL ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, para a prestação de serviços de Locação Mensal dos Sistemas de Contabilidade, Folha de Pagamento, Licitações e compras da Câmara de Vereadores de Luzerna(SC).

Valor total contratado: R\$ 6.060,00 (seis mil e sessenta reais),

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, inciso II.

Luzerna (SC), 03 de Janeiro de 2011.

MOISES DIERSMANN

Presidente da Mesa Diretora

## Meleiro

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Portaria n.º 389/2010

PORTARIA n.º 389/2010

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora FERNANDA DAL PONT, exercente da função de

Agente Comunitário de Saúde do Programa de Saúde da Família - PSF, na Equipe III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação Orçamentária 3.1.90.00.00.00.00 - Pessoal e encargos sociais do Orçamento vigente.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revoga-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 237/2010.

Meleiro, 30 de dezembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

## Porto Belo

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 004/2010

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 004/2010

Objeto: Constitui objeto deste contrato a apresentação de bandas com sonorização inclusa, para o reveillon de Porto Belo de 2010.

Contratado: FOFO SOM E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 730; 72.275.985/0001-79, estabelecida na Rua Izaura Dallago nº 730; 49, Itajaí - SC.

Valor global: R\$ 13.000,00 (Treze mil reais).

Porto Belo, 28 de dezembro de 2010.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### Extrato do Contrato Nº 005/2010 - TURISMO

Extrato de Contrato Nº 005/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Objeto: Fica ajustada a locação de um imóvel localizado na Rua Manoel Felipe da Silva, nº 22, Bairro Centro, neste Município, destinado a Recepção de Turistas de Navios, Posto de Informações Turísticas, Secretaria de Turismo, Receita Federal, Polícia Federal, Anvisa e Agentes Marítimos.

Contratado: PEDRO MICHELUZZI

Prazo de vigência: O prazo de locação será o seguinte: inicia-se dia 01 de novembro de 2010, e cessando seu tempo determinado dia 31 de dezembro de 2012.

O valor global: Os valores do presente contrato serão da seguinte forma:

Novembro e Dezembro de 2010 = R\$ 1.000,00 (Hum mil reais)

Janeiro e Fevereiro de 2011 = R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais)

Março a Dezembro de 2011 = R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)

Janeiro e Fevereiro de 2012 = R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais)

Março a Dezembro de 2012 = R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)

Data e assinatura do contrato: 28 de outubro de 2010.



ALBERT STADLER  
Prefeito

**Extrato do Contrato Nº 006/2010 - TURISMO**

Extrato de Contrato Nº 006/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO  
Estado de Santa Catarina  
Município de Porto Belo

Objeto: Constitui objeto deste contrato a locação de palco medindo 8x6 para o reveillon (31/12/2010) com cobertura inclusa e iluminação.

Contratado: FOFO SOM E PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA

Prazo de vigência: O contrato terá vigência a partir da sua assinatura, até a prestação total do objeto descrito na Cláusula Segunda deste instrumento.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais)

Data e assinatura do contrato: 28 de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Extrato do Contrato Nº 007/2010 - TURISMO**

Extrato de Contrato Nº 007/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO  
Estado de Santa Catarina  
Município de Porto Belo  
Inexigibilidade de Licitação nº 004/2010

Objeto: Constitui objeto deste contrato a contratação de bandas para o reveillon com sonorização inclusa. As bandas iniciam o show as 22:00 hrs do dia 31/12/2010 e terminam as 4:00 hrs do dia 01/01/2011.

Contratado: FOFO SOM E PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA

Prazo de vigência: O contrato terá vigência a partir da sua assinatura, até a prestação total do objeto descrito na Cláusula Segunda deste instrumento.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais).

Data e assinatura do contrato: 28 de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Extrato do Contrato Nº 008/2010 - TURISMO**

Extrato de Contrato Nº 008/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO  
Estado de Santa Catarina  
Município de Porto Belo

Objeto: Constitui objeto deste contrato a locação de 6 (seis) banheiros químicos para o reveillon de 2010.

Contratado: FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA BRANCO

Prazo de vigência: O contrato terá vigência a partir da sua assinatura, até a prestação total do objeto descrito na Cláusula Segunda deste instrumento.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 900,00 (Novecentos reais).

Data e assinatura do contrato: 28 de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Extrato do Contrato Nº 009/2010 - TURISMO**

Extrato de Contrato Nº 009/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO  
Estado de Santa Catarina  
Município de Porto Belo

Objeto: Constitui objeto deste contrato a aquisição de fogos de artifício para o reveillon 2010.

Contratado: DISTRIBUIDORA REI DE FOGOS TIRO E COR - LTDA  
Prazo de vigência: O contrato terá vigência a partir da sua assinatura, até a prestação total do objeto descrito na Cláusula Segunda deste instrumento.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais)

Data e assinatura do contrato: 28 de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Extrato do Contrato Nº 010/2010 - TURISMO**

Extrato de Contrato Nº 010/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO  
Estado de Santa Catarina  
Município de Porto Belo

Objeto: Constitui objeto deste contrato a contratação de propaganda de rua para divulgação do reveillon 2010. A propaganda será realizada nos dias 30/12/2010 e 31/12/2010 em todos os bairros do Município.

Contratado: FREQUÊNCIA SONORIZAÇÃO LTDA-ME

Prazo de vigência: O contrato terá vigência a partir da sua assinatura, até a prestação total do objeto descrito na Cláusula Segunda deste instrumento.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais)

Data e assinatura do contrato: 28 de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER  
Prefeito

## São Pedro de Alcântara

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Decreto Nº 531/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

[www.pmspa.sc.gov.br/](http://www.pmspa.sc.gov.br/) gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº531/2010

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação do FUNDEB no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 558/09:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizando a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da

Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 9.986,91 (nove mil novecentos e oitenta e seis reais e noventa e um centavos) por conta do excesso de Arrecadação do FUNDEB nas dotações abaixo identificadas:

**04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.365.04.2.008 - Func. e Manut. do Ensino Infantil R\$ 678,54

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0139- Aplicações Diretas R\$ 678,54

04.01.12.361.04.2.006 - Func. e Manut. do Ensino Fundamental R\$ 9.308,37

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0139- Aplicações Diretas R\$ 9.308,37

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 30 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 533/2010

Retorna Crédito Orçamentário para Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 558/09:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado devolver para Superávit Financeiro o valor de R\$ 9.850,00 ( Nove mil oitocentos e cinquenta reais) da dotação abaixo identificada:

**04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.361.4.2.005 - Func. e Manutenção do Transporte Escolar R\$ 9.850,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0121- Aplicações Diretas R\$ 9.850,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 30 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação Nº01/2011**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº01/2011 MODALIDADE: Pregão Presencial.

**OBJETO:**

Contratação de 800 horas máquinas (Escavadeira Hidráulica) Potência mínima de 137HP. Peso Nominal mínimo de 21 toneladas, capacidade da caçamba de 1,37m³, profundidade mínima de escavação 7,60M em perfeitas condições operacionais. A prancha

deverá acompanhar a máquina durante a execução do serviço. Sem que haja alteração no preço da hora.

TIPO: Menor Preço DATA DE ABERTURA: 12/01/2010 às 14:30h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, da 13:00 às 19:00h , ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 30/12/2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

## Tunápolis

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Decreto Nº 1360/11 de 03 de janeiro de 2011.**

DECRETO Nº 1360/11 de 03 de janeiro de 2011.

Designa os membros da Comissão Permanente de Licitações e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 63, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º A Comissão Permanente de Licitações do Município de Tunápolis passa a ser integrada pelos seguintes servidores titulares:

I - LILIAN MARIA RITTER EIDT

II - SHEILA INÊS BIEGER EIDT

III - SERGIO LUÍS EIDT

§ 1º A presidência da Comissão será exercida pelo servidor indicado no inciso I deste artigo e na ausência do mesmo estas funções serão exercidas pelo membro indicado no inciso III.

§ 2º A função de Pregoeiro e Leiloeiro Municipal será exercida pelo servidor indicado no inciso II deste artigo e na ausência do mesmo estas funções serão exercidas pelo membro indicado no inciso III.

Art. 2º Integrarão a Comissão de que trata este Decreto, na condição de suplentes, os seguintes servidores:

I - SIMONE DILL REMPEL

II - OSCAR VITOR BERWANGER

III - DALVANA LEILA GOTZ

Parágrafo único. O membro suplente será convocado a atuar na Comissão na ausência do titular.

Art. 3º Os servidores nomeados através deste Decreto exercerão suas funções até 31 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O membro titular da Comissão Permanente de Licitação poderá ser reconduzido à função respeitando-se o disposto no artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remunerada.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, em 03 de janeiro de 2011.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado  
E registrado em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

### Edital Chamamento Fornecedores

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Tunápolis

#### EDITAL DE CHAMAMENTO FORNECEDORES

A Prefeitura Municipal de Tunápolis, torna público que, para o fornecimento de materiais, serviços e obras ao Município de Tunápolis, deverão os interessados proceder o seu registro cadastral de habilitação no Setor de Compras, da Secretária de Administração Finanças e Planejamento do Município, situado na rua João Castilho, nº111, centro, Tunápolis, mediante preenchimento da FICHA DE CADASTRO, e apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Ato Constitutivo (Estatuto Social, Registro Comercial, Contrato Social Consolidado ou Contrato Social acompanhados das alterações);
2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
3. Inscrição Estadual;
4. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
5. Certidão atualizada de inexistência de débito para com o Instituto Nacional de Seguro Social - CNL do INSS;
6. Certidões negativas de TODOS OS TRIBUTOS de competência Municipal, Estadual, Federal e Dívida Ativa da União;
7. Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da empresa;
8. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, ou Declaração de Rendimentos - DRPJ/ Receita Federal, se MICROEMPRESA;
9. Comprovante de ter registro ou inscrição na Entidade Profissional PATRONAL: Conselho, Associação, Federação etc.
10. Certidão de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA (somente quando empresa de prestação de serviços de engenharia/obras);
11. ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, (no mínimo de 02 (dois) Órgãos Públicos e/ou Empresas Privadas, especificando detalhadamente material (ais) fornecido(s), serviço(s) prestado(s) ou obra(s) civil (is) executada(s);

#### OBSERVAÇÕES:

- Todos os documentos citados, deverão estar dentro do prazo de validade. Caso o prazo de validade não venha especificado, considerar-se a 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua emissão.
- Os documentos acima devem ser apresentados em cópia autenticada, com exceção das Certidões emitidas via internet.
- Os documentos exigidos nos itens 10 e 11, acompanharão o prazo de validade do CRC (Certificado de Registro Cadastral)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

#### FICHA DE CADASTRO

( ) Cadastro de Fornecedores ( ) Renovação de Cadastro

1. RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_
  2. CNPJ/MF: \_\_\_\_\_
  3. NOME FANTASIA: \_\_\_\_\_
  4. ENDEREÇO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_
  5. MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_
  6. TELEFONE: \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_
  7. EMAIL: \_\_\_\_\_
  8. INSCRIÇÃO ESTADUAL: \_\_\_\_\_
  9. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: \_\_\_\_\_
  10. CAPITAL SOCIAL: \_\_\_\_\_ PAT. LIQUIDO: \_\_\_\_\_
  11. NOME DO CONTATO OU REPRESENTANTE: \_\_\_\_\_
  12. SÓCIOS: \_\_\_\_\_
- NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

13. RESUMO DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

TUNÁPOLIS, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_.

CARIMBO E ASSINATURA

### Termo Aditivo ao Contrato Nº 23.2010

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 023/2010.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 23/2010, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA TRANSPORTES MATHEUS LTDA- ME

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representada pelo Ilmo Prefeito, o Senhor Enói Scherer, por intermédio da Secretária Municipal da Educação e de outro lado a empresa Transportes Matheus Ltda- ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Afonso Rodrigues, Centro, Município de Tunápolis-SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 08.313.588/0001-45, aditar o contrato de nº 023/2010.

Considerando o contrato Administrativo nº 023/2010-Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 28 de janeiro de 2010, proveniente do Processo Licitatório nº 04/2010 e Pregão 03/2010 PMT, em que consta como objeto a contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretária Estadual e Municipal de Educação, relativos a 200 (duzentos) dias letivos.

Considerando o disposto na Cláusula 7ª, \a\, do contrato nº 023/2010- Prefeitura Municipal de Tunápolis. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária do ano 2011:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 03, Unidade 02 Proj/Ativ 2.013 (dot 51)	3.3.90.00.00.00.00.0105 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
Órgão 03, Unidade 02 Proj/Ativ 2.013 (dot 53)	3.3.90.00.00.00.00.0124 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
Órgão 03, Unidade 02 Proj/Ativ 2.013 (dot 54)	3.3.90.00.00.00.00.0112 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar

Órgão 04, Unidade 03 Proj/Ativ 2.013 (dot 70 )	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
Órgão 04, Unidade 03 Proj/Ativ 2.013( dot 71)	3.3.90.00.00.00.00.00.0116 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados pelo contrato celebrado com TRANSPORTES MATHEUS LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes

#### Cláusula Primeira

Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência dentro do seguinte novo período: 03/01/2011 a 31/12/2011.

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 30 de dezembro de 2010

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Transportes Matheus Ltda- ME  
Contratada

Vianeí Luis Hammerchmitt  
Secretário Municipal da Educação

#### TESTEMUNHAS

Cleverson Inácio Kerkoff      Sheila Inês Bieger Eidt  
CPF: 918.368.409-34      CPF: 020.226.259-60

#### **Termo Aditivo ao Contrato Nº 21.2010**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 021/2010.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 21/2010, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA DANILO KESSLER & CIA LTDA -ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representada pelo Ilmo Prefeito, o Senhor Enoi Scherer, por intermédio da Secretaria Municipal da Educação e de outro lado a empresa Danilo Kessler & Cia Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na na Linha Popi, S/N, Interior, do Município de Itapiranga-SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 07.182.552/0001-07, neste ato representado pelo sócio administrador Danilo Kessler, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 021/2010.

Considerando o contrato Administrativo nº 021/2010-Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 28 de janeiro de 2010, proveniente do Processo Licitatório nº 04/2010 e Pregão 03/2010

PMT, em que consta como objeto a contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a 200 (duzentos) dias letivos.

Considerando o disposto na Cláusula 7ª, \\\\'a\\\\\\', do contrato nº 021/2010- Prefeitura Municipal de Tunápolis. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária do ano 2011:

Unid. Org. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 03, Unidade 02 Proj/Ativ 2.013 (dot 51)	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
Órgão 03, Unidade 02 Proj/Ativ 2.013 (dot 53)	3.3.90.00.00.00.00.00.0124 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
Órgão 03, Unidade 02 Proj/Ativ 2.013 (dot 54)	3.3.90.00.00.00.00.00.0112 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
Órgão 04, Unidade 03 Proj/Ativ 2.013 (dot 70 )	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
Órgão 04, Unidade 03 Proj/Ativ 2.013( dot 71)	3.3.90.00.00.00.00.00.0116 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados pelo contrato celebrado com DANILO KESSLER & CIA LTDA -ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes

#### Cláusula Primeira

Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência dentro do seguinte novo período: 03/01/2011 a 31/12/2011.

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 30 de dezembro de 2010

Enoi Scherer      Danilo Kessler & Cia Ltda -ME  
Prefeito Municipal      Contratada

Vianeí Luis Hammerchmitt  
Secretário Municipal da Educação

#### TESTEMUNHAS

Cleverson Inácio Kerkoff      Sheila Inês Bieger Eidt  
CPF: 918.368.409-34      CPF: 020.226.259-60



**Termo Aditivo ao Contrato Nº 22/2010**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 022/2010.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 22/2010, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA FLACH &amp; VOGT LTDA -ME

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representada pelo Ilmo Prefeito, o Senhor Enói Scherer, por intermédio da Secretaria Municipal da Educação e de outro lado a empresa Flach & Vogt Ltda -ME, pessoa jurídica de direito privado, com Sede na Linha Pitangueira, S/N, Interior, Município de Tunápolis-SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.920.043/0001-83, neste ato representado pelo sócio administrador Miguel Flach, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 022/2010.

Considerando o contrato Administrativo nº 022/2010-Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 28 de janeiro de 2010, proveniente do Processo Licitatório nº 04/2010 e Pregão 03/2010 PMT, em que consta como objeto a contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a 200 (duzentos) dias letivos.

Considerando o disposto na Cláusula 7ª, \“a\”, do contrato nº 022/2010- Prefeitura Municipal de Tunápolis. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária do ano 2011:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 03, Unidade 02 Proj/Ativ 2.013 (dot 51)	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
Órgão 03, Unidade 02 Proj/Ativ 2.013 (dot 53)	3.3.90.00.00.00.00.00.0124 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
Órgão 03, Unidade 02 Proj/Ativ 2.013 (dot 54)	3.3.90.00.00.00.00.00.0112 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
Órgão 04, Unidade 03 Proj/Ativ 2.013 (dot 70 )	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
Órgão 04, Unidade 03 Proj/Ativ 2.013( dot 71)	3.3.90.00.00.00.00.00.0116 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados pelo contrato celebrado com FLACH & VOGT LTDA -ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes

**Cláusula Primeira**

Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência dentro do seguinte novo período: 03/01/2011 a 31/12/2011.

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e

forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 30 de dezembro de 2010

Enói Scherer

FLACH &amp; VOGT LTDA -ME

Prefeito Municipal

Contratada

Vianeí Luis Hammerchmitt

Secretário Municipal da Educação

**TESTEMUNHAS**

Cleverson Inácio Kerkoff

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259-60

**Termo Aditivo ao Contrato Nº 65.2010**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 065/2010.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 65/2010, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA TRANSPORTES E SERVIÇOS RURAIS STAUB LTDA

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representada pelo Ilmo Prefeito, o Senhor Enói Scherer, por intermédio da Secretaria Municipal da Educação e de outro lado a empresa Transportes e Serviços Rurais Staub Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.490.574/0001-01, estabelecida na Est. Linha Cantina-Interior do Município de Santa Helena, SC, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador o Sr. Valdir Staub, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 065/2010.

Considerando o contrato Administrativo nº 065/2010-Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 19 de abril de 2010, proveniente do Processo Licitatório nº 49/2010 e Pregão 25/2010 PMT, em que consta como objeto a contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos do Ensino Médio Noturno e Educação Jovem adultos.

Considerando o disposto na Cláusula 7ª, \“a\”, do contrato nº 065/2010- Prefeitura Municipal de Tunápolis. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária do ano 2011:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 04, Unid 04, Proj/ativ 2.013 (dot 75)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
Órgão 04, Unid 04, Proj/ativ 2.013 (dot 76)	3.3.90.00.00.00.00.00.0124 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
Órgão 04, Unid 04, Proj/ativ 2.013 (dot 77)	3.3.90.00.00.00.00.00.0123 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados pelo contrato celebrado com TRANSPORTES E SERVIÇOS RURAIS STAUB LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes

**Cláusula Primeira**

Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência dentro do seguinte novo período: 03/01/2011 a 31/12/2011.

**Cláusula Segunda** - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 30 de dezembro de 2010

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Transportes e Serviços Rurais Staub Ltda  
Contratada

Vianeí Luis Hammerchmitt  
Secretário Municipal da Educação

**TESTEMUNHAS**

Cleverson Inácio Kerkoff      Sheila Inês Bieger Eidt  
CPF: 918.368.409-34      CPF: 020.226.259-60

**Turvo****PREFEITURA MUNICIPAL****Contrato PMT 103/2010**

CONTRATO N.º 103/2010  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC  
CONTRATADO: LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME  
DO OBJETO: Execução de terraplanagem com a abertura de ruas para a implantação do loteamento São Brás no município de Turvo - SC  
da vigência: 01/12/2010 a 01/03/2011  
DO VALOR: R\$ 76.671,00 (setenta e seis mil seiscentos e setenta e um reais).  
Data da assinatura: 01/12/2010

**Contrato PMT 104/2010**

CONTRATO N.º 104/2010  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC  
CONTRATADO: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA  
DO OBJETO: Execução das obras de Recuperação De Pavimentação Com Pedras Irregulares em diversas ruas no município de Turvo - SC, num total de 2.200,00m².  
da vigência: 02/12/2010 a 02/03/2011  
DO VALOR: R\$ 24.970,00 (vinte e quatro mil novecentos e setenta reais).  
Data da assinatura: 02/12/2010

**Contrato PMT 105/2010**

CONTRATO N.º 105/2010  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: CONCRETUR - ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME

DO OBJETO: Execução A Infra-estrutura Do Loteamento São Braz, No Bairro São Luiz, No Município De Turvo - SC.  
da vigência: 13/12/2010 a 13/03/2011  
DO VALOR: R\$ 78.465,73 (setenta e oito mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e três centavos).  
Data da assinatura: 13/12/2010

**Contrato PMT 106/2010**

CONTRATO N.º 106/2010  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC  
CONTRATADO: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA.  
DO OBJETO: fornecer ao Município, 01 (uma) retro escavadeira hidráulica com tração 4x2 nova, fabricação nacional, ao Município De Turvo - SC.  
Da vigência: 22/12/2010 a 22/12/2011  
DO VALOR: R\$ 212.000,00 (duzentos e doze mil reais).  
Data da assinatura: 22/12/2010

**Contrato PMT 107/2010**

CONTRATO N.º 107/2010  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC  
CONTRATADO: CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA.  
DO OBJETO: Execução das obras de construção do sistema de esgoto sanitário, composto de pré-tratamento, decantador secundário composto, reator anaeróbico, valo de oxidação, leito de secagem, desinfecção e ligação domiciliares no município de Turvo - SC.  
Da vigência: 22/12/2010 a 22/12/2011  
DO VALOR: R\$ 4.046.977,40 (quatro milhões, quarenta e seis mil, novecentos e setenta e sete reais e quarenta centavos).  
Data da assinatura: 22/12/2010

**Videira****PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 1460/10**

PORTARIA nº 1460/10  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5743/10,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a JOSEANE DE ANDRADE, Agente de Serviços Técnicos Administrativos II, CE02E, de 1º de fevereiro de 2011 até 1º de maio de 2011, referente ao quinquênio de 1º de março de 2005 até 28 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011.

Videira, 29 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de dezembro de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL  
Secretário de Administração

### Portaria Nº 1461/10

PORTARIA nº 1461/10  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5824/10,

#### RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MARIA REGINA FABER PASQUALIN, Professora, MG02P, de 02 de março de 2011 até 02 de junho de 2011, referente ao quinquênio de 1º de março de 2006 até 28 de fevereiro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de março de 2011.

Videira, 29 de dezembro de 2010.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de dezembro de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL  
Secretário de Administração

### Portaria Nº 1462/10

PORTARIA nº 1462/10  
Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

#### RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 03 de janeiro de 2011 a 1º de fevereiro de 2011, o gozo de férias da servidora SANDRA BASTOS LESNIESKY, ocupante do cargo efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 15 de janeiro de 2010 a 14 de janeiro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2011.

Videira, 29 de dezembro de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL  
Secretário de Administração

### Portaria Nº 1463/10

PORTARIA nº 1463/10  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5808/10,

#### RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a LUCIANA APARECIDA DOLBERTH PAVIANI, Agente Serviços Administrativos, CE05, de 03 de janeiro de 2011 até 03 de abril de 2011, referente ao quinquênio de 02 de julho de 1999 até 1º de junho de 2004.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2011.

Videira, 29 de dezembro de 2010.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de dezembro de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL  
Secretário de Administração

### PR 04/2011 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2011 - FMS

O Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 04/2011. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LAVAGEM DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 19 de Janeiro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 03 de Janeiro de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### Edital de Convocação Nº 069/10

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 069/2.010  
PROCESSO SELETIVO Nº 11/2009

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 011/2009:

CONVOCADO	CARGO
1. Craudir Ribeiro	Ag. Oper. Espec. II - Motorista de Ambulância

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Exame Médico Admissional (Agendar no DP - 3566 9045)
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone se tiver;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso; CPF; Título de

Eleitor; Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;  
e) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;  
f) Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;  
g) Se tiver dependentes para fins de Imposto de Renda, anexar declaração com nome e data de nascimento;  
h) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;  
i) Declaração de Bens;  
j) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 28 de dezembro de 2010.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

## **Resolução Nº 001/2010 - EDU**

RESOLUÇÃO Nº 001/2010

Dispõe sobre o Regimento Unificado das Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, do Município de Videira - SC.

O Presidente do Conselho Municipal de educação de Videira - SC, no uso de suas atribuições de acordo como estabelece a Lei nº 048 de 8 de Agosto de 2007 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art.1º. Aprovar o Regimento Unificado Escolar, que norteará todas as ações pedagógicas e administrativas dos estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal.

Art. 2º. Em cumprimento às disposições legais, o Conselho Municipal de Educação, regulamenta esta lei que entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

### **TÍTULO I**

#### **DA CARACTERIZAÇÃO, DA NATUREZA E DAS FINALIDADES**

##### **CAPÍTULO I**

###### **Da Caracterização e da Natureza Legal**

Art. 1º. As Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, criadas pelo Poder Público Municipal, mantidas pela Prefeitura Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina são administradas pela Secretaria Municipal da Educação, nos termos da Legislação em vigor.

Parágrafo único. As Unidades Escolares Municipais devem ter a sua aprovação concedida pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º. A Rede Municipal de Ensino é composta das seguintes Unidades Escolares.

I. Escola Pluridocente, quando constituída por mais de uma classe e mais de um professor até o limite de quatro;

II. Escola de Educação Básica, quando oferece o ensino fundamental completo ou parte dele;

§ 1º. As salas de apoio para portadores de necessidades educativas especiais podem ser instaladas em Unidades Escolares situadas em local de fácil acesso do município conforme normas da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. As Unidades Escolares são identificadas pela sua denominação oficial, modalidade da oferta de ensino, endereço da localidade em que funcionam, atos de criação e aprovação com respectivas datas de publicação oficial.

Art. 4º. O ensino ministrado nas Unidades Escolares da Rede Municipal é público e gratuito, aberto a todos, independente de quaisquer preconceitos ou discriminações, constituindo-se direito de todos e dever do Estado e da família.

Art. 5º. A organização administrativa, didática e disciplinar das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino é regulamentada pelo presente Regimento, nos termos da legislação vigente.

### **CAPITULO II**

#### **Dos Fins**

Art.6º. É dever do Município o atendimento da Educação Básica com prioridade o Ensino Fundamental, proporcionar a este, condições físicas adequadas, bem como oferecer padrões mínimos de qualidade de ensino e ampliação progressiva do período de permanência na escola, com oferta de atividade culturais, esportivas e de formação para o exercício da cidadania.

Art. 7º. A escola pública municipal rege-se pelos princípios do pluralismo de idéia e concepção pedagógicas, da liberdade para aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, promover a arte e produzir o saber.

Art. 8º. O ensino municipal, fundamentado nos princípios da gestão democrática, permite a participação dos profissionais do magistério, dos demais funcionários, dos pais da comunidade, na organização administrativa, pedagógica e financeira.

### **CAPITULO III**

#### **Dos Objetivos**

Art. 9º. O ensino público na rede municipal tem por objetivo a formação de uma consciência social, crítica, solidária e democrática, através do qual o aluno vai-se percebendo como agente do processo de construção do conhecimento e de transformação, da relação entre os homens em sociedade.

Art. 10. São objetivos das modalidades de oferta da rede Municipal de Ensino:

Do fundamental:

- a) garantir acesso e permanência da criança na escola;
- b) proporcionar aprendizagens básicas para acesso sistemático ao domínio da leitura, da escrita, do cálculo e do conhecimento geográfico-histórico e científico dos referenciais sócio-culturais do aluno;
- c) compreender as leis que regem a natureza e as relações sociais na sociedade contemporânea;
- d) desenvolver habilidades que favoreçam a leitura crítica como a intervenção conseqüente do mundo em que vive;
- e) oferecer a jovens e adultos oportunidades para a aquisição de conhecimentos e habilidades, incorporando suas experiências culturais e sociais num processo de ampliação de sua capacidade de elaboração, compreensão e representação da realidade na perspectiva de transformação social.

### **CAPITULO IV**

#### **Do projeto Político - Pedagógico**

Art. 11. O Projeto Político - Pedagógico constitui-se no conjunto de ações e filosofia de trabalho da unidade Escolar, norteando a prática pedagógica da escola, tendo as funções de adaptar o fazer pedagógico à realidade do aluno e integrar as ações ensino e uma transformação social.

Art. 12. Segundo a Lei nº. 2.246/09, de 2 de Dezembro de 2009, fica assim determinado:

Art. 1º. Os artigos 57 e 58 da Lei nº 526/98, de 23 de dezembro de 1998, passam a vigorar com as seguintes redações:



"Art. 57. O Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de nove anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão, sendo oferecido de forma contínua e articulada, admitindo-se o seu desdobramento em ciclos, séries ou períodos."(NR)

"Art. 58. O ingresso no primeiro ciclo, série ou período será, obrigatoriamente, aos seis anos de idade completos ou se completar a referida idade até a data de 1º de março do ano de ingresso". (NR)"

Art. 13. A periodicidade da elaboração do Projeto Político - Pedagógico da Unidade Escolar é de um ano ou de acordo com o prazo fixado pela Secretaria Municipal da Educação.

§ 1º. O Projeto Político - Pedagógico deve ser redimensionado, anualmente, com base na avaliação dos seus resultados pela Equipe Escolar, e o Conselho da Escola, dos serviços de apoio ao processo Educativo.

§ 2º. O Calendário Escolar deve prever momentos para elaboração e avaliação do Projeto Político - Pedagógico.

## TÍTULO II

### Da Gestão da Escola

Art. 14. A gestão da escola deve ser entendida como um processo que organiza seu funcionamento, compreendendo a tomada de decisão, o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação da política educacional, no âmbito da unidade escolar, com base na legislação em vigor e de acordo com as diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 15. A gestão da Escola é desenvolvida de modo participativo, sendo o Conselho da Escola, a instância de elaboração e deliberação do funcionamento da unidade Escolar, cabendo a ele adotar diretrizes e critérios gerais, relativos a sua organização, ação e relacionamento com a comunidade, compatíveis com a política educacional da Secretaria Municipal de Educação, responsabilizando-se social e coletivamente pela implementação de suas deliberações.

Parágrafo Único. Entende-se por natureza deliberativa a tomada de decisões e as aprovações quanto às diretrizes e linha de ações desenvolvidas nas unidades escolares.

Art. 16. A gestão da escola é constituída:

- I. do Conselho da Escola;
- II. da Equipe Escolar;
- III. dos Serviços de Apoio ao Processo Educativo.

## CAPÍTULO I

### Do Conselho de Escola

Art. 17. O Conselho de Escola é o encontro permanente de debates e órgãos articuladores de todos os setores, escolares e comunitário, constituindo-se, em cada Unidade escolar, de um colegiado, formado por representantes dos segmentos das comunidades escolares, cuja estruturação e funcionamento, atenderão aos prescritos no Sistema Municipal de Ensino e demais legislações específicas.

Parágrafo Único. Cabe à Unidade Escolar proporcionar condições para organização e funcionamento do Conselho da Escola criando uma resolução para criação do Conselho deliberativo escolar.

## CAPÍTULO II

### Da Equipe Escolar

Art. 18. A equipe escolar das Escolas da Rede Municipal de Ensino é Constituída por:

- I. Diretor Geral;
- II. Diretor Adjunto;
- III. Serviços Técnico-Pedagógico;
- IV. Serviços Técnicos - Administrativos;
- V. Corpo Discente.

Art. 19. A integração das atividades administrativas, pedagógicas e didáticas, dimensão mais importante na equipe escolar, é de responsabilidade de todos os profissionais, sob a coordenação do diretor.

## SEÇÃO I

### Da Direção

Art. 20. A direção deve ser entendida como a coordenação do funcionamento geral da Unidade Escolar e a Execução das deliberações coletivas do Conselho de Escola, respeitadas as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação e a legislação em vigor.

Art. 21. A designação para a função de diretor de escola, dar-se-á de acordo com a legislação em vigor e em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 22. O Diretor Escolar, em seus impedimentos eventuais, igual ou superior a 30 dias será substituído por outro membro designado por ato administrativo do chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. A substituição do diretor em período igual ou inferior a 30 dias é feita, cumulativamente, por diretor adjunto escolar ou outro membro do corpo pedagógico, designado por ato do Secretário Municipal de Educação, na forma da legislação vigente.

Art. 23. São atribuições do Diretor Geral:

- I. assegurar o cumprimento das disposições legais, das diretrizes da política educacional e das instruções da Secretaria Municipal de Educação;
- II. aplicar as penalidades de acordo com as normas estatutárias, regimentais e normas disciplinares da Unidade Escolar;
- III. assegurar o cumprimento das deliberações do Conselho da Escola, observada a legislação vigente;
- IV. coordenar a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, acompanhando a sua execução, tornando-se facilitador do desenvolvimento de todas as ações previstas e avaliando em conjunto com o Conselho da Escola, visando o seu replanejamento;
- V. controlar e avaliar as atividades pedagógicas, administrativas e financeiras, tendo sempre iniciativa nas diferentes e diversificadas situações encontradas na Unidade Escolar;
- VI. buscar a integração dos turnos, dos setores e dos funcionários da escola, facilitando a circulação e acesso de toda informação de interesse da comunidade escolar;
- VII. autorizar a matrícula e transferência dos alunos, observada a legislação própria, juntamente com o secretário escolar;
- VIII. representar a Unidade Escolar perante órgãos ou autoridades do Poder Público e em atividades de interesse da comunidade escolar;
- IX. diligenciar para que o prédio escolar e os bens patrimoniais da Escola sejam mantidos e preservados:
  - a) realizar, anualmente ou quando solicitado, inventário do bens patrimoniais da Unidade Escolar, bem como, informando ao órgão competente, as necessidades de reparos, reformas e ampliações do prédio;
  - b) orientar e coordenar todos os servidores da Unidade Escolar sobre o uso, guarda e manutenção dos equipamentos e matérias de consumo;
  - c) estimular a comunidade a se co-responsabilizar pela preservação do prédio e dos equipamentos escolares;
- X. delegar poderes, distribuir funções, atribuir responsabilidades

estimulando o desempenho de todos os setores da Unidade Escolar;

XI. empenhar-se pela organização e atualização do acervo e arquivo de legislação, instruções e outros, bem como sua ampla divulgação para a equipe escolar e demais interessados;

XII. garantir medidas de organização e funcionamento do processo ensino-aprendizagem da Unidade Escolar;

XIII. colher propostas da comunidade local através da promoção de encontros periódicos entre escolas e comunidade para avaliação do desempenho da Unidade Escolar;

XIV. conferir grau, diplomas e certificados de conclusão de curso e/ou série assinando documentos relativos a vida escolar dos alunos expedidos pela unidade, juntamente com o secretário escolar, responsabilizando-se solidariamente, por sua autenticidade;

XV. encaminhar, na área de sua competência, os recursos, processos, petições ou ofícios dirigidos a qualquer autoridade, e/ou remetê-los devidamente informados a quem de direito, nos prazos legais;

XVI. convocar e presidir as reuniões realizadas na Unidade Escolar;

XVII. garantir o cumprimento do calendário Escolar aprovado para cada ano letivo;

XVIII. promover encontros, debates, seminários, conferências e outros, de caráter pedagógico, que propiciem a participação de toda a equipe escolar;

XIX. coordenar e acompanhar as atividades administrativas relativas a:

- atestado de exercício mensal;
- fluxo de documentos de vida escolar e funcional;
- de dados, informação e outros indicadores à Secretaria Municipal da Educação, respondendo por sua fidedignidade e atualização;
- comunicação às autoridades competentes dos casos de irregularidades graves ocorridas na Escola;
- organização do horário de trabalho da equipe escolar atendendo aos interesses do serviço e, quando possível do servidor;
- decisão, junto ao corpo pedagógico e docente envolvido, sobre recursos interpostos pelos alunos ou seus responsáveis, relativos à verificação do rendimento escolar.

## SEÇÃO II

### Dos Serviços Técnico-Pedagógicos

Art. 24. Constituem os serviços Técnico-Pedagógicos: Especialista Educacional, Supervisão Escolar, Administração Escolar e Corpo Docente.

#### SUBSEÇÃO I

##### Do Especialista Educacional, do Administrador Escolar

Art. 25. Cabe ao pessoal que presta serviços técnico-pedagógico, integrar e articular, em comum acordo com a direção, as ações pedagógicas e didáticas, desenvolvidas na unidade escolar, assegurando o cumprimento das Diretrizes da Política Educacional e da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. Os profissionais que prestam serviços Técnico-Pedagógicos deverão exercer suas funções específicas de forma integrada.

Art. 26. São atribuições do Especialista Educacional, e do Administrador Escolar:

- comprometer-se com o planejamento, acompanhamento e avaliação dos projetos da Unidade Escolar relacionados com o processo ensino aprendizagem;
- planejar, acompanhar as ações e avaliar as atividades de elaboração do currículo da Unidade Escola junto ao corpo docente;
- promover momentos de estudo, reflexão e um constante repensar da prática pedagógica do corpo docente, levando-os a

análise de situações concretas;

- encaminhar as ações pedagógicas, a partir dos interesses e necessidades do corpo docente e discente, acompanhando sistematicamente o processo ensino-aprendizagem, em especial a avaliação;
- conhecer a história de vida da clientela que frequenta a Escola;
- zelar pelo aperfeiçoamento constante do corpo docente, além de engajar-se na atividade extracurricular de cunho pedagógico;
- desenvolver o planejamento curricular com o corpo docente, de forma individual e coletiva;
- promover momentos de integração e socialização com os funcionários, visando a participação de todos na proposta pedagógica da Escola;
- orientar as decisões no caso de alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem ou problemas específicos;
- identificar os fatores que interferem no rendimento escolar, propondo medidas alternativas de solução;
- organizar atividades que promovam a integração escola / família / comunidade;
- coordenar o processo de preparação para o trabalho;
- desenvolver atividades pedagógicas com o corpo discente, abrangendo técnicas de socialização, de conteúdos e de elaboração das normas internas da Unidade Escolar;
- participar da elaboração das demais atribuições do corpo pedagógico em conjunto com toda equipe escolar;
- promover atividades de integração entre a comunidade / coordenação / educadores / educandos;
- participar da execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola;
- orientar e acompanhar os planos de ensino, com vista ao desenvolvimento bio-psicosocial do aluno e conseqüentemente aprendizagem;
- manter atualizado os diagnósticos pedagógicos da escola;
- participar de estudos, debates, diagnósticos e definições com vistas à adequação do currículo e programas de ensino;
- participar da coordenação do planejamento, execução e avaliação de reuniões pedagógicas, reuniões com os pais e conselhos de classe;
- dinamizar capacitações, reuniões pedagógicas visando a atualização dos educadores em aspectos relacionados a área de orientação educacional;
- participar no processo de integração escola / família / comunidade;
- orientar quando necessário à adaptação e integração dos alunos na escola;
- garantir que a escola cumpra sua função social de socialização e construção do conhecimento.

Art. 27. Cabe ao Corpo Técnico-Pedagógico, com base no presente Regimento e outros dispositivos legais, em comum acordo com a direção, elaborar as atribuições mais específicas dos diferentes membros que o compõe.

#### SUBSEÇÃO II

##### Do Corpo Docente

Art. 28. A docência deve ser entendida como o processo planejado de intervenções diretas e contínuas entre experiências vivenciadas do educando e o saber sistematizado, tendo em vista a apropriação, construção e reelaboração de conhecimento pelos educandos e o compromisso assumindo com o conjunto da Unidade Escolar, através da participação em ações coletivamente planejadas e avaliadas.

Art. 29. O corpo docente é constituído por professores, providos por concursos Públicos, portadores de qualificação na forma da legislação em vigor.

Art. 30. São atribuições do corpo docente:

- I. preparar e ministrar aulas em disciplinas, áreas de estudo ou atividades, avaliar e acompanhar o aproveitamento do corpo docente no seu campo de atuação;
- II. comprometer-se com o ato de educar, entendendo-o como formador da cidadania e considerando o diálogo como princípio básico do "fazer pedagógico";
- III. participar de estudo, reflexão, planejamento e execução das ações pedagógicas, do Projeto Político Pedagógico, assumindo coletivamente a filosofia de trabalho da Unidade Escolar.
- IV. buscar competência técnica através da leitura, estudos e participação em eventos educativos, desenvolvendo uma prática pedagógica contextualizada, e a recuperação, como garantias de novas oportunidades de aprendizagem dos educandos;
- V. estimular o interesse dos educandos, trabalhando de forma lúdica e consequentemente, prazerosa;
- VI. provocar no educando, o senso crítico, criativo, participativo do sujeito e agente, capaz de transformar o meio no qual está inserido;
- VII. produzir habilidades no trato com o educando, para a capacidade de interpretar o mundo que o cerca, despertando-o para fazer a leitura do mundo e não apenas, a decodificação de sinais;
- VIII. promover mudanças nos elementos do processo de ensino, como objetivo, metodologia, avaliação, planejamento e relacionamento, sempre que os mesmos não atenderem as necessidades dos educandos;
- IX. manter atualizados os registros nos diários de classe e em outras fichas necessárias ao acompanhamento do desempenho da vida escolar dos alunos;
- X. promover a auto e hetero-avaliação;
- XI. manter o diário de classe na unidade escolar em local determinado pela direção;
- XII. cumprir os conteúdos programáticos previstos para cada disciplina, área de estudos ou atividades;
- XIII. participar da elaboração das demais atribuições do corpo docente da Unidade Escolar, em conjunto com toda equipe escolar.

### SEÇÃO III

#### Dos Serviços Técnico-Administrativos

Art. 31. Constituem os serviços técnico-administrativos:

- I. Diretor geral
- II. Diretora adjunto
- II. Secretária escolar;
- III. agente técnico administrativo;
- IV. dos serviços gerais.

Art. 32. Os serviços técnico-administrativo são o suporte ao funcionamento de todos os setores da unidade Escolar em consonância com o Plano Político-Pedagógico proporcionando condições para que os mesmos cumpram suas reais funções.

#### SUBSEÇÃO I

##### Diretor Adjunto

Art. 33. São atribuições do Diretor Adjunto

- I. participar do planejamento, execução e avaliação das atividades promovidas pela Unidade Escolar, especialmente as ações do Projeto Político Pedagógico;
- II. coordenar o turno de funcionamento da Unidade Escolar:
  - a) dando início de funcionamento da Unidade Escolar;
  - b) zelando pela segurança da disciplina dos alunos nos horários de entrada, recreio, saída e outras situações em que não houver a presença do professor;
  - c) fazendo cumprir os horários e as atividades, controlando a frequência e pontualidade de toda equipe escolar;
  - d) escriturando o livro de ponto e zelando pela fidedignidade das informações através de registros de faltas dos funcionários, reposição de aulas, entradas tardias, saídas antecipadas, substituições,

dentre outros;

- e) registrado em livro próprio as ocorrências referentes a equipe escolar;
- f) comunicando ao diretor as condições de higiene do prédio escolar, as eventuais enfermidades ou acidentes com os alunos, bem como as ocorrências mais importantes do turno;
- III. participar da elaboração dos horários de aula de recuperação de anteposição e reposição de aulas;
- IV. atender alunos, pais, visitantes que procuram a Unidade Escolar, encaminhando-os a quem de direito ou dando soluções, quando necessário, nos limites de suas atribuições;
- V. participar, em conjunto com demais funcionários da Unidade Escolar, da elaboração de outras atribuições inerentes ao cargo.

#### SUBSEÇÃO II

##### Da Secretaria Escolar

Art. 34. A Secretaria Escolar é o setor encarregado da organização e execução dos serviços de escrituração, documentação e informações necessárias aos processos administrativos e pedagógicos da Unidade Escolar.

Parágrafo Único. Os documentos da secretaria escolar são de uso exclusivo da Unidade Escolar e das autoridades escolares, sendo vedado o seu manuseio por elementos estranhos à mesma, assim como a cessão de cópias a terceiros, exceto nos casos previstos em lei.

Art. 35. Ao secretário escolar, como responsável pelo planejamento, coordenação, controle e avaliação de todo serviço de secretaria escolar, compete:

- I. programar, com seus auxiliares, as atividades da secretaria, responsabilizando-se pela execução;
- II. coordenar, organizar e responder pelo expediente e outros serviços gerais da Secretaria Escolar, assegurando facilidade no manuseio, preservação e autenticidade dos documentos do arquivo escolar;
- III. responder pela escrituração e documentação, assinando os documentos que devem, por lei, conter sua assinatura;
- IV. manter atualizados os registros de mapas e frequência dos alunos, bem como , o cadastro e cópia da habilitação do corpo pedagógico, docente e apoio administrativo;
- V. entrosar-se com o corpo técnico-pedagógico, observando os prazos estabelecidos pela legislação, para solução dos casos de alunos que necessitam de regularizar vida escola, seja quanto à falta de documentação, necessidades de adaptação e outros aspectos pertinentes;
- VI. fornecer dados e informações da organização administrativa e didática, concernentes ao setor, quando solicitado;
- VII. elaborar relatórios, atas, termos de abertura e encerramento de livros e quadros estatísticos referentes à Unidade Escolar;
- VIII. manter-se atualizado quando à legislação em vigor, regulamentos, circulares, instruções e outras determinações oficiais relativas ao ensino e à Unidade Escolar;
- IX. elaborar o atestado de exercício do corpo pedagógico, docente e de apoio administrativo da Unidade Escolar;
- X. responsabilizar-se pela incineração de documentos, juntamente com o diretor, conforme legislação em vigor;
- XI. atribuir tarefas aos funcionários sob sua coordenação;
- XII. participar, junto com a direção, corpo técnico-pedagógico e demais funcionários da Secretaria, da elaboração de outras atribuições inerentes ao setor;
- XIII. participar, juntamente com sua equipe, da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

#### SUBSEÇÃO III

##### Técnico Administrativo

Art. 36. O agente técnico administrativo de secretaria estão

subordinados, ao diretor escolar responsável, com autorização específica para o exercício da função, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único. Ao auxiliar de secretaria cabe a responsabilidade pelos serviços e encargos estabelecidos no Art. 35 e 37 deste Regimento.

#### SUBSEÇÃO IV

##### Dos serviços Gerais

Art. 37. Os serviços gerais objetivam garantir o desenvolvimento regular das atividades da Unidade Escolar.

Art. 38. As atividades relativas aos serviços gerais são executadas pelos encarregados de limpeza, cozinha, cantina, portaria e vigilância.

Art. 39. Compete ao pessoal encarregado dos serviços gerais:

- I. limpeza, higiene, conservação, manutenção e guarda do prédio escolar, assim como de suas instalações e equipamentos;
- II. preparação e distribuição de merenda escolar;
- III. serviços de cantina quando forem administradas pela Unidade Escolar;
- IV. participar, juntamente com a equipe escolar, da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

Parágrafo Único. As atribuições específicas dos funcionários dos serviços gerais são elaboradas, após discussão entre os próprios funcionários, a direção, e o corpo técnico e pedagógico.

#### SEÇÃO IV

##### Do Corpo Discente

Art. 40. O corpo discente é constituído por todos os alunos regularmente matriculados e frequentes na Unidade Escolar.

#### SUBSEÇÃO I

##### Dos direitos

Art. 41. Os direitos do corpo discente derivam substancialmente dos direitos e garantias fundamentais dispostos na Constituição da República, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em Vigor.

Art. 42. São direitos do corpo discente, além do que trata o artigo anterior:

- I. participar de todas as ações pedagógicas da Unidade Escolar, como representantes de classe e de conselho de escola, atividades extra-classe e outras;
- II. ser agente capaz de interpretar o meio que o cerca e cuidar do ambiente responsável pela formação de sua cidadania;
- III. ser sujeito do processo ensino-aprendizagem, fazendo auto e hetero-avaliação, de forma globalizada;
- IV. ter recuperação, sempre que necessário, no decorrer e ao final do ano letivo, garantindo-lhe novas oportunidades de aprendizagem;
- V. exercícios domiciliares, sempre que amparado por legislação;
- VI. a crítica, com responsabilidade, visando a melhoria da qualidade do ensino e das deficiências escolares, que por sua natureza, possam prejudicar o aproveitamento escolar;
- VII. a liberdade e autonomia de organização estudantil em suas diferentes formas;
- VIII. ser respeitado na sua dignidade como pessoa, independentemente de sua convicção religiosa, política ou filosófica, grupo social, etnia, sexo e nacionalidade;
- IX. opinar e apresentar sugestões em relação a dinâmica escolar;
- X. conhecer os critérios de avaliação do rendimento escolar, adotados pelo professor e Escola e opinar sobre a utilização dos

mesmos;

- XI. conhecer os resultados de seu desempenho escolar no final de cada bimestre, final do ano letivo e após estudos de recuperação;
- XII. participar de elaboração das normas organizadoras e disciplinares, visando uma melhor atuação no ambiente escolar, em conjunto com o corpo técnico-pedagógico da Unidade.

#### SUBSEÇÃO II

##### Dos Deveres

Art. 43. Os deveres do corpo discente se consubstanciam em função dos objetivos educacionais e da preservação dos direitos do conjunto da comunidade escolar.

Art. 44. São deveres do corpo discentes, além daqueles previstos na legislação:

- I. conhecer e cumprir este Regimento, bem como as normas disciplinares da Unidade Escolar;
- II. contribuir na elaboração, realização e avaliação das atividades do Projeto Político Pedagógico da Unidade;
- III. comparecer pontual e assiduamente às atividades que lhe foram afetas, empenhando-se para o sucesso de sua execução;
- IV. zelar pela conservação das instalações, dos equipamentos e de todo o material escolar, concorrendo para o asseio das dependências e do ambiente responsável pela formação da sua cidadania;
- V. conduzir somente material que represente a sua segurança e integridade física ou a de outrem;
- VI. cumprir as tarefas escolares que lhe forem solicitadas e que tratem de seu desempenho escolar tornando-se sujeito do processo ensino-aprendizagem;
- VII. responsabilizar-se, em caso de dano intencional causado ao Estabelecimento de Ensino;
- VIII. abster-se de praticar ou induzir à prática de atos que atentem contra pessoas e/ou patrimônio da Unidade Escolar;
- IX. observar os preceitos de higiene individual;
- X. participar da elaboração, em conjunto com o corpo técnico-pedagógico, das normas internas que constituirão outros deveres do corpo discente, visando a melhor atuação no ambiente escolar.

Art. 45. O exercício de quaisquer funções de representação ou delas decorrentes não isenta o estudante do cumprimento de seus deveres escolares.

#### SUBSEÇÃO III

##### Da Agremiação Estudantil

Art. 46. A Unidade Escolar deve garantir espaço e condições para a instalação, organização e funcionamento de agremiações estudantis.

Art. 47. A agremiação estudantil é entidade autônoma e representativa dos interesses dos alunos e tem finalidades educacionais, culturais, cívicas, sociais e desportivas.

Art. 48. A denominação, a organização e o funcionamento da Agremiação Estudantil são estabelecimentos em estatuto próprio, aprovado em Assembléia.

#### SEÇÃO V

##### Dos Direitos e Deveres da Equipe Escolar

Art. 49. Os direitos e deveres de todos aqueles que compõem a Equipe Escolar são estabelecidas a partir dos princípios gerais deste Regimento e demais dispositivos legais em vigor.

Parágrafo Único. Os direitos e deveres do corpo discente são aqueles estabelecidos nos artigos 43,44,45 e 46 deste Regimento.

Art. 50. São direitos dos funcionários que compõem a equipe



escolar, além dos direitos que trata o artigo anterior:  
II. dispor, no ambiente de trabalho, de material de apoio necessário ao desenvolvimento de suas atividades;  
III. participar das decisões relacionadas a funcionamento da Unidade Escolar, nos aspectos pedagógicos e administrativos.

Art. 51. Além daqueles estabelecidos na legislação própria são deveres dos funcionários da Unidade Escolar:

- I. colaborar para que haja um ambiente salutar e de bom relacionamento entre os alunos e funcionários da Unidade;
- II. participar, consoante com sua unidade Escolar, quando convidado ou convocado, de reuniões, palestras, atividades cívicas, sociais e outras;
- III. zelar pelo bom nome da Unidade Escolar, preservando-a com sua conduta e com o cumprimento dos deveres;
- IV. colaborar na conservação e asseio da Unidade Escolar, de seus equipamentos, mobiliários e dependências;
- V. manter-se atualizado nos conhecimentos relativos as atividade que desempenham na Escola.

### CAPÍTULO III

#### Dos Serviços de Apoio ao Processo Educativo

Art. 52. Os serviços de apoio ao processo educativo constituem o conjunto de ações, visando a complementação das condições necessárias dos fins e objetivos do ensino, os quais integram o Projeto Político da Unidade Escolar.

Parágrafo Único. São consideradas como serviços de apoio ao processo educativo:

- I. Conselho de Classe;
- II. Biblioteca ou Sala de Leitura;
- III. Outros, a critério da Unidade Escolar.
- IV. Sala de Recursos Multifuncionais;
- V. Laboratórios;
- VI. Centro de Apoio a Educação Especializada.

Art. 53. Os serviços de apoio ao processo educativo devem ser concebidos como parte do processo, desvinculados de programas assistência, de modo a não permitir o desvirtuamento da tarefa específica da escola, que é o ensino.

Art. 54. Os serviços de apoio ao processo educativo são desenvolvidos através de projetos específicos pela Unidade Escolar ou pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com outras Secretarias Municipais.

Parágrafo Único. No caso de projetos oriundos da Secretaria Municipal de Educação a ser contemplada, deve ser envolvida na sua elaboração.

Art. 55. Objetivando a sua organização e democratização, cada Unidade Escolar é livre para a criação e elaboração de regulamento do funcionamento de cada serviço de apoio ao processo educativo, observando a legislação em vigor e cabendo à Secretaria Municipal de Educação, sua aprovação.

Parágrafo Único. Os outros serviços de apoio ao processo educativo que a Unidade Escolar vier a criar e regulamentar deverá ter como objetivo prioritário o atendimento ao aluno e a defesa da Escola Pública de qualidade.

### SEÇÃO I

#### Do Conselho de Classe

Art. 56. O Conselho de Classe é um colegiado de professores em função de docência e especialidades pedagógicas que se destina a estudar problemas de ensino-aprendizagem e deliberar sobre procedimentos a serem adotados, com o objetivo de melhorar o

rendimento de alunos ou grupos de alunos, a partir das dificuldades detectadas.

Parágrafo Único. Podem participar do Conselho de Classe, como membros eventuais, alunos representantes de turma, pais e outras pessoas, cuja participação se julgar necessária, em determinado momento, no estudo de determinado caso.

Art. 57. Compete ao conselho de Classe:

- I. analisar o rendimento escolar de alunos, a partir dos resultados da avaliação, da apuração de sua assiduidade e de aspectos comportamentais e indicativos de suas potencialidades;
- II. propor soluções que visem ao melhor ajustamento de alunos identificados pelo professor;
- III. sugerir critérios e procedimentos de verificação do rendimento escolar do aluno que apresente dificuldades de aprendizagem;
- IV. opinar sobre a aplicação do regime disciplinar, sempre de acordo com o disposto neste Regimento;
- V. elaborar, após debates com a equipe escolar, outras atribuições inerentes ao Conselho de Classe.

Art. 58. O Conselho de Classe reúne-se, ordinariamente, ao final de cada bimestre e após a recuperação final, podendo ser convocado, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 59. O Conselho de Classe presidido pelo Diretor ou seu representante, é secretariado pelo secretário escolar ou seu representante, que levará a competente ata, em livro próprio.

### SEÇÃO II

#### Da Biblioteca ou Sala de Leitura

Art. 60. A biblioteca ou sala de leitura é coordenada pela direção e constituem-se em centro de leitura, orientações e pesquisa para os alunos e demais membros da comunidade escolar.

Parágrafo Único. Cabe à direção indicar o(a) responsável(eis) pela biblioteca ou sala de leitura, orientando, acompanhando e avaliando o funcionamento da mesma.

### TÍTULO III

#### Da Organização Didática do Ensino

Art. 61. O processo de ensino ocorre em situações de aprendizagem, destinadas a desenvolver as estruturas do pensamento dos alunos, garantir a socialização do saber, permitir a compreensão da organização social e promover a apropriação do legado cultural da sociedade.

Art. 62. A organização do ensino abrange as decisões estabelecidas no âmbito do desenvolvimento do currículo e da avaliação.

### CAPÍTULO I

#### Do Currículo

Art. 63. O currículo é um instrumento de construção cultural, através do qual os alunos experienciam, assimilam, compreendem e enfrentam as exigências da vida social.

Art. 64. O currículo é constituído pelo núcleo comum, parte diversificada e mínima profissionalizantes, desenvolvida sob forma de atividades, aéreas de estudo e disciplinas, observando-se os princípios de relacionamento, ordenação e seqüência, de acordo com os graus e modalidades de ensino.

Art. 65. Os componentes curriculares, organizados conforme legislações em vigor devem ser dispostas de modo a garantir a integração horizontal e vertical dos conteúdos.

Parágrafo Único. Entende-se por integração horizontal o inter-relacionamento entre os conteúdos numa série e integrada vertical a sequência natural que assegure desenvolvimento lógico e progressivo de cada linha do conhecimento.

Art. 66. O Estabelecimento de Ensino organizará seu currículo pleno atendendo especialmente:

- I. o disposto na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais legislação pertinentes;
- II. as prioridades propostas nas políticas educacionais dos Governos Federais, Estadual e Municipal;
- III. a realidade sócio econômico cultural influente na Escola;
- IV. a vocação da escola;
- V. o nível do desenvolvimento do aluno e suas necessidades;
- VI. as aspirações da comunidade;
- VII. o avanço científico tecnológico;
- VIII. o tempo aplicável ao ensino;
- IX. as possibilidades oferecidas pela comunidade para apoio ao ensino;
- X. Sistema Municipal de Educação.

Parágrafo Único. Cabe à unidade Escola enriquecer e sistematizar as experiências trazidas pelos alunos e incorporá-las ao conhecimento socialmente produzido.

Art. 67. Os programas de ensino são elaborados num processo de trabalho coletivo, envolvendo a equipe escolar.

Parágrafo Único. A Unidade Escolar determina as revisões e ajustamento que devem ser processados ao longo do ano letivo.

Art. 68. A estrutura curricular do ensino fundamental é elaborada pela secretariam Municipal de Educação com a participação das Unidades Escolares.

Art. 69. A Educação Especial, fundamentada nas diferenças individuais, visa à educação dos portadores de necessidades educativas, criando-se condições para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Conforme Legislação vigente.

## CAPITULO II

### Da Avaliação

Art. 70. A avaliação do rendimento escolar tem como objetivo:

- I. diagnosticar a situação da aprendizagem dos alunos para estabelecer os objetivos que nortearão o planejamento da ação pedagógica;
- II. verificar os avanços e dificuldades do aluno no processo de apropriação, construção e reelaborarão do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;
- III. fornecer aos alunos elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o planejamento;
- IV. possibilitar aos alunos tomada de consciência de seus avanços e dificuldades, visando o seu envolvimento no processo de aprendizagem;
- V. embasa a tomada de decisões quanto a promoção dos alunos.

Art. 71. A partir dos objetivos citados no artigo anterior, a avaliação deve ser entendida como um instrumento permanente e necessário a fim de possibilitar reflexão sobre a prática pedagógica, vislumbrando o replanejamento das ações educativas.

Art. 72. O processo de avaliação deve ser contínuo e sistemático e ter como base os aspectos cognitivo, afetivo, psicomotor e social, considerando a filosofia de trabalho previsto no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

Art. 73. A avaliação da aprendizagem é realizada pelo professor mediante utilização de instrumento e estratégias diversificadas, tais como observação, exercícios, provas, testes, pesquisas,

trabalhos individuais e em grupos, atividades práticas e outras de cunho pedagógico.

§ 1º. Consideram-se as provas e testes, apenas, como instrumentos utilizados no processo ensino aprendizagem, não devendo ser entendidos como processo único da prática avaliativa.

§ 2º. As penas disciplinares não poderão interferir nos registros de acompanhamento do processo educativo.

Parágrafo Único: O aluno será avaliado bimestralmente e os resultados do rendimento escolar dos alunos são expressos no sistema de números de 0 (zero) a 10 (dez).

## SEÇÃO I

### Da verificação do Rendimento Escolar

Art. 74. A verificação do rendimento escolar no ensino Fundamental, na modalidade regular, compreende a avaliação da aprendizagem, preponderando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e a apuração da assiduidade.

Art. 75. A avaliação do rendimento escolar é um processo contínuo, tendo por objetivo verificação da aprendizagem, o aproveitamento e o desenvolvimento do educando, bem como apuração final do rendimento escolar.

Art. 76. A verificação do rendimento escolar deverá obedecer ao disposto na legislação vigente e às diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal da Educação.

Art. 77. O cálculo da média final do aluno submetido á Prova Final obedecerá á seguinte fórmula.

$$MF = \frac{MB \times 7 + PF \times 3}{10}$$

Art. 78. O alunos portadores de necessidade educativas especiais serão acompanhados e avaliados continuamente e incorporados á classe comum do ensino regular, sempre que suas condições pessoais assim o permitirem.

Parágrafo Único. A unidade Escolar que faz atendimento a alunos portadores de necessidades educativas especiais, terá assessoramento de equipe especializada, multidisciplinar, material apropriado, segundo professor quando necessário.

Art. 79. A recuperação, parte integrante do processo de construção do conhecimento, deve ser entendida como orientação contínua de estudos, e criação de novas situações de aprendizagem.

## CAPITULO III

### Da Recuperação

Art. 80. A recuperação, de responsabilidade do professor, sob a supervisão do Diretor e corpo pedagógico, com apoio da família, destina-se ao atendimento de alunos com aproveitamento insuficiente, processando-se:

- I. paralela, em caráter obrigatório, que se desenvolve ao longo do período letivo numa ação contínua e integrada ao processo ensino-aprendizagem, imediatamente a constatação de que os resultados não foram alcançados; registrados no diário de classe.
- II. deve se considerar a nota maior.

## CAPITULO IV

### Da Promoção

Art. 81. A promoção do educando decorre dos resultados referentes às observações do desempenho nos aspectos cognitivos, afetivos, social e psicomotor, bem como à apuração da assiduidade, processando-se

Art. 82. As médias obtidas no decorrer dos 04 (quatro) bimestres, são somadas e divididas pelo número de bimestres.

Parágrafo Único. O mínimo para promoção é a média 05 (cinco) em cada atividade, área de estudos ou disciplina. Após submetidos aos exames finais conforme Art. 77.

Art. 83. É promovido à série subsequente, o aluno que obtiver:  
a) O aluno será promovido se a média dos 4 (quatro) bimestres, for igual ou superior a 7,0 (sete) e a frequência igual ou superior a 75% do total das horas aulas;

b) frequência superior a 75% e soma igual ou superior a média 05(cinco); após exames finais.

c) O controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de 75% do total de horas letivas para a aprovação.

§ 1º. Os alunos que não se enquadrarem nas alíneas deste artigo serão considerados reprovados.

#### TÍTULO IV

##### Do Regimento Escolar

Art. 84. O Regimento Escolar é o instrumento legal que formaliza e reconhece as relações dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Contém um conjunto de normas e definições de papéis, devendo ser um documento claro, de fácil entendimento para a comunidade, traduzindo as construções e os avanços nela produzidos.

Art. 85. O Regimento Escolar é um conjunto de normas fixadas pelo Sistema Municipal de Ensino, a partir da legislação em vigor, a ser cumprido em cada período ou ano letivo pela Unidade Escolar, de acordo com as especialidades de organização funcionamento e cursos que ministra.

#### CAPÍTULO II

##### Do Ano Letivo

Art. 86. Entende-se por ano letivo o período mínimo de dias úteis de trabalho escolar efetivo e carga horária anual mínima definidos em lei, independente do ano civil.

Art. 87. É considerado dia letivo aquele em que se desenvolver atividades de ensino aprendizagem prevista no currículo escolar com a duração mínima de horas estabelecidas para o cotidiano escolar.

Art. 88. O Calendário Escolar, proposto pela Secretaria Municipal de Educação, com prévia consulta à comunidade escolar será aprovado pelo Conselho Municipal de Educação e divulgada antes do início do ano letivo.

Art. 89. A jornada Escolar, obedecerá o sistema Municipal de ensino.

Art. 90. O ano letivo, somente é encerrado, no Ensino Fundamental, quando cumpridos os dias letivos, a carga horária e os conteúdos programáticos previstos para cada disciplina, área de estudos e atividades.

§1º. Em caso de não cumprimento de qualquer das exigências contidas na, caput deste artigo, a Unidade Escolar estenderá suas atividades além da data prevista no Calendário Escolar para a conclusão do ano letivo.

§2º. As alterações do calendário escolar que se fizerem necessárias, devem ser encaminhadas pela Unidade Escolar à Secretaria Municipal de Educação, com a devida justificativa, para que sejam analisadas e submetidas à aprovação do Conselho Municipal de Educação compete.

#### CAPÍTULO II

##### Da Matrícula

Art. 91. Matrícula é o registro do aluno na Unidade Escolar e oficializa a sua participação como membros da comunidade escolar.

Parágrafo Único. A matrícula é registrada em ficha própria, individual, elaborada segundo normas do órgão competente e seu controle é de responsabilidade da secretaria escolar.

Art. 92. A matrícula pode ser efetiva:

a) com o ingresso, para os alunos que iniciam num grau de ensino na Unidade Escolar;

b) por transferência, para os alunos procedentes de outras unidades escolares;

c) por renovação, para alunos da própria Unidade Escolar e que nela desejam permanecer no mesmo grau de ensino.

Art. 93. A Secretaria Municipal de Educação baixará, anualmente cronograma para a chamada escolar e matrícula por renovação e ingresso, bem como novas diretrizes, quando for o acaso.

Art. 94. Segundo a Lei nº. 2.246/09, de 2 de Dezembro de 2009, fica assim determinado:

Art. 1º. Os artigos 57 e 58 da Lei nº 526/98, de 23 de dezembro de 1998, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 57. O Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de nove anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão, sendo oferecido de forma contínua e articulada, admitindo-se o seu desdobramento em ciclos, séries ou períodos."(NR)

"Art. 58. O ingresso no primeiro ciclo, série ou período será, obrigatoriamente, aos seis anos de idade completos ou se completar a referida idade até a data de 1º de março do ano de ingresso". (NR)"

Art. 95. A Matrícula na Escola que recebe o aluno transferido será feita na série indicada no histórico escolar ou na guia de transferência.

Art. 96. O Estabelecimento de ensino pode aceitar matrícula em qualquer época do ano, desde que exista vaga e o aluno atenda as exigências legais.

§1º. No caso de não existir vaga o Diretor deve providenciar, junto à Secretaria Municipal de Educação, ou outra Escola Pública, o encaminhamento do aluno a outro Estabelecimento de Ensino.

§2º. O aluno procedente do exterior recebe tratamento específico, de acordo com a legislação.

§3º. Os projetos especiais podem utilizar critérios diferenciados de matrícula, desde que aprovados pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 97. Compete ao diretor ou responsável pela Unidade Escolar divulgar, junto ao pessoal docente, pedagógico administrativo da Unidade Escolar, associação de bairro, centro comunitário, instituições religiosas e outras, os períodos para matrícula novas e rematrículas, bem como tomar transparente os critérios para a sua efetivação.

Art. 98. Os alunos tem, automaticamente, suas rematrículas garantidas na Unidade Escolar que frequentam, desde confirmadas oficialmente pelos pais ou responsáveis, cabendo à direção da Escola o planejamento do fluxo.

§ 1º. Os alunos maiores de 16 anos, que se evadiram por 01 ano consecutivo não terão sua rematrículas do ensino fundamental regular garantidas, podendo ser encaminhados ao ensino supletivo.

§ 2º. À Unidade Escolar cabe a responsabilidade de manter a vida

escolar de seus alunos regularizada.

Art. 99. A Unidade Escolar deve matricular os alunos até o limite de sua capacidade física instalada, respeitando-se os parâmetros estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. As adaptações de sala e/ou criação de turnos são possíveis com a prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 100. Para efeito de matrícula novas, a Unidade Escolar deve observar os critérios estabelecidos pelo Programa de Planejamento da Rede Escolar, priorizando:

- I. alunos do bairro onde a escola está inserida;
- II. alunos da zona escolar a que a escola pertence;
- III. alunos de outras zonas escolares.

§ 1º. As matrículas são feitas por ordem de chegada dos pais ou responsáveis e ou responsáveis e obedecem aos critérios descritos neste artigo.

§ 2º. Entende-se por zona escolar o conjunto de unidades escolares localizados num determinado quantitativo de bairros, delimitados conforme critérios estabelecidos pelo Programa de Planejamento da Rede Escolar.

Art. 101. A fim de facilitar a participação dos pais ou responsáveis, o atendimento à matrícula é feito em todos os turnos de funcionamento da Unidade Escolar.

Art. 102. Cabe a direção ou ao responsável pela escola de 1º grau, escola unidocente e pluridocente e responsabilidade de coordenar o processo de matrícula, efetivando o amplo envolvimento de todo o pessoal que irá atuar, neste período, zelando pelo correto cunho de solicitude de pronto atendimento aos pais ou responsáveis.

Art. 103. No ato da matrícula, são apresentados os seguintes documentos:

- I. Ensino Fundamental Regular
  - a) comprovante de residência (talão de água, luz ou telefone, ou contrato de locação do imóvel, em nome dos pais ou responsáveis);
  - b) certidão de nascimento (original ou Xerox autenticada);
  - c) 02 (duas) fotos 3X4 (opcional);
  - d) histórico escolar (original) e ficha de transferência para matrícula no decorrer do ano letivo, somente para o ensino regular.

Art. 104. Fica terminantemente proibida a cobrança de qualquer tipo de taxa para matrícula ou material escolar.

Parágrafo Único. As demais taxas escolares ficam condicionadas ao consentimento expresso da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 105. É vedada a reserva de vagas por quaisquer mecanismos que privilegiem poucos em detrimento de muitos.

Art. 106. A matrícula é cancelada pela direção da Unidade Escolar, sempre que comprovada a falsificação de documentos escolar apresentado.

Art. 107. A constituição de turmas obedece às diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

### CAPÍTULO III Da Frequência

Art. 108. A frequência às aulas é obrigatória, no ensino fundamental e é apurada em toda disciplina ou atividade e em todo período letivo, observando-se os mínimos exigidos pela legislação vigente.

Art. 109. Em nenhuma hipótese pode haver abono ou cancelamento de faltas às aulas ou atividades em que a frequência seja obrigatória.

Art. 110. A apuração de frequência é realizada, pelo professor, por meio de controle da frequência às aulas, que registradas em Diários de Classe.

### CAPÍTULO IV Da Transferência

Art. 111. A transferência é o deslocamento do aluno oficialmente matriculado, de seu estabelecimento de ensino criado / aprovado ou autorizado / reconhecido para outro e se efetua conforme e legislação em vigor.

Art. 112. A transferência do aluno é feita em qualquer época do ano, pelo núcleo comum e, quando for o caso, pelos mínimos estabelecidos para as habilitações profissionais.

Parágrafo Único. Para aceitação da transferência, o responsável ou o aluno, se maior de idade, deve apresentar os mesmos documentos exigidos para a matrícula e outros relativos à programação curricular de atividades, áreas de estudos e disciplina.

Art. 113. A Unidade Escolar recebe e expede transferências em qualquer época do ano letivo.

Parágrafo Único. No caso de solicitação de transferência no último bimestre da última série do curso, cabe à Escola orientar ao aluno maior de idade ou ao seu responsável, quando a importância da conclusão da mesma, antes de sua transferência.

Art. 114. A Unidade Escolar aceita transferência do aluno proveniente de curso idêntico ou equivalente, mantido por unidade escolar nacional ou estrangeira, feitas as necessidades adaptações ou aproveitamento dos estudos, de acordo com as normas em vigor.

Art. 115. A transferência do ensino fundamental é escriturada em ficha própria, contendo histórico da(s) série(s) concluída(s) e dada da série em curso, conforme a legislação em vigor.

Parágrafo Único. Na transferência de aluno oriundo de Unidade Escolar com experiência pedagógica ou de função suplência são observadas as diretrizes contidas nos projetos específicos, devidamente aprovados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 116. Na ocorrência de aluno transferido no ensino fundamental que apresente impedimento efetivo de comprovação de estudos já realizado, cabe à Unidade Escolar empenhar-se, no sentido da obtenção do documento e se negativo, propor a avaliação necessária à aferição de competência, com acompanhamento do órgão próprio, par fins de validade, respeitada a legislação em vigor.

Art. 117. Independência da existência de vagas é assegurada a matrícula ao aluno transferido com direitos estabelecidos em legislação específica.

Art. 118. A transferência é expedida pela Unidade Escolar no prazo máximo de (10) dez dias úteis, a partir da data de solicitação do interessado.

Art. 119. As diversificações dos conteúdos curriculares no ensino fundamental devem ser sempre aceitas pela Unidade Escolar para onde se transfere o aluno, independente de adaptação desses conteúdos.

Art. 120. A Secretaria Escolar é responsável pelo controle e



expedição de transferência.

## CAPÍTULO V

### Das Penalidades e do Regime Disciplinar

Art. 121. Esgotados todos os recursos para prevenir penalidades, de acordo com os critérios estabelecidos neste regimento, a equipe escolar e corpo discente estão sujeitos a penas disciplinares, resultantes da inobservância dos seus deveres.

Art. 122. Na aplicação das penas aos funcionários, observar-se-á uma graduação que abrangerá desde, particular e verbal, até aquelas penalidades previstas nos Estudos do Magistério e Funcionalismo Público Municipal.

Art. 123. Para aplicação de penalidades ao corpo discente é observada, a graduação, em conformidade com a gravidade ou a reiteração das faltas, a saber. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá ao adolescente as seguintes medidas:

- I. advertência;
- II. repreensão, obrigação de reparo o dano;
- III. exclusão de sala;
- IV. suspensão;
- V. transferência.

§ 1º. As penalidades de advertência e repressão, inicialmente particular e verbal e por fim por escrito, são aplicadas pelo corpo pedagógico, docente, diretor adjunto e orientadora excepcionalmente pelo diretor da Unidade Escolar.

§ 2º. A exclusão de aula, é aplicada pelo professor, somente em casos graves que impeçam o controle da ordem e da disciplina.

§ 3º. A suspensão, nunca superior a três dias, é aplicada pelo diretor, cuja decisão é tomada em conjunto com o Conselho de Classe, somente em casos extremos, dando ao aluno o direito de defesa.

§ 4º. A transferência, de competência do diretor da Unidade Escolar, é aplicada nos casos extremos, após dar ao aluno o direito de defesa e verificada sua culpabilidade pelos corpos docentes e pedagógicos.

§ 5º. Ao aluno, sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV acima, serão atribuídas tarefas escolares como forma de ocupação do tempo em que estiver ausente da(s) aula(s).

§ 6º. Ao aluno, que sofrer sanção prevista nos incisos III e IV, implicando perdas de provas, testes, trabalhos, com prejuízo no seu aproveitamento escolar.

§ 7º. A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 8º. Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 9º. Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Art. 124. Aplica-se a este Capítulo o disposto nos arts. 99 e 100 do ECA.

Art. 125. As ocorrências disciplinares e as penalidades aplicadas ao corpo discente são registradas em livro próprio.

Parágrafo Único. As penalidades aplicadas e as ocorrências de maior gravidade são comunicadas aos pais ou responsáveis pelo aluno, por escrito.

Art. 126. Os alunos passíveis das penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo 139 devem ter acompanhamento

sistemizado dos corpos pedagógicos e docente e diretor adjunto, visando discutir e avaliar o processo de interação dos mesmos em sala de aula.

Art. 127. São vedadas as punições que atenderem contra a dignidade pessoal, à saúde física e mental ou prejudicarem o processo formativo do aluno.

## CAPÍTULO VI

### Da adaptação de Estudos

Art. 128. A adaptação de estudos é o ajustamento do aluno transferido, à estrutura curricular e respectiva carga horária mínima de cada curso ministrado pela Unidade Escolar de destino.

§ 1º. A adaptação de estudos é feita mediante aulas regulares, trabalhos, pesquisas, projetos, sendo observados os critérios de avaliação fixados neste Regimento.

§ 2º. A Unidade escolar, após ampla discussão, deve estabelecer internamente, a forma conveniente de adaptação, com observância à legislação vigente e ao direito igual para todos os alunos.

Art. 129. O diretor da Unidade Escolar designa equipe de professores em funções de docência especialidade pedagógica e o secretário escolar, responsável pela análise das transferências recebidas, a fim de indicar o aproveitamento e adaptação de estudos necessários, devendo a decisão ser comunicada ao aluno ou responsável e registrado em sua ficha de matrícula.

Art. 130. A unidade escolar ao aceitar o aluno transferido com insuficiência de estudos em disciplina(s) do currículo e/ou quando a carga horária e conteúdos programáticos são ausentes ou insuficientes, lhe dará assistência a uma adequada adaptação, devendo assegurar os conteúdos mínimos necessários ao prosseguimento da ação educativa.

§ 1º. Os resultados dos estudos realizados pelo aluno através de adaptação curricular são registrados nos documentos escolares.

§ 2º. O aluno procedente do exterior recebe tratamento especial, conforme legislação vigente, quanto ao aproveitamento e adaptação de estudos.

Art. 131. Pode a Unidade Escolar isentar da adaptação curricular quando constar do currículo do aluno:

- I. componentes curriculares de idêntico valor formativo, conforme o que dispõe o currículo e o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;
- II. componentes curriculares do núcleo comum, quando, mesmo sobre a diversidade do tratamento metodológico e de nomenclatura, se configure identidade de objetivos entre as disciplinas cumpridas na origem e a cumprir no destino.

Art. 132. O processo de adaptação não se constitui em motivos de impedimento para matrícula do aluno.

Art. 133. Enquanto não forem fixados pelo Conselho Municipal da Educação, os critérios gerais presidem ao aproveitamento de estudos e a dispensa de disciplinas, os casos solicitados pelos alunos serão encaminhados para apreciação da Secretaria Municipal de Educação.

## CAPÍTULO VII

### Dos Diplomas e Certificados

Art. 134. Cabe a unidade escolar expedir históricos escolares e certificados referentes à conclusão de grau de ensino, curso, série do Ensino Fundamental.

Art. 135. A fim de assegurar validade aos diplomas e certificados o Estabelecimento de Ensino deve providenciar o registro dos mesmos, nos termos da legislação em vigor.

Art. 136. A Unidade Escolar tem controle, em livro próprio, para expedição dos Diplomas e certificados registrados.

## CAPÍTULO VIII

### Da Documentação e da Escrituração Escolar

#### SEÇÃO I

##### Da Escrituração Escolar

Art. 137. A escrituração escolar é registro sistemático dos fatos relativos à vida escolar do aluno e do Estabelecimento de Ensino, de forma a assegurar, a qualquer tempo, a verificação da identidade de cada aluno, da regularidade de seus estudos e da autenticidade de sua vida escolar, bem como da regularidade do funcionamento do Estabelecimento de Ensino.

Parágrafo Único. A escrituração, para o devido controle da vida escolar do aluno e do funcionamento da Escola, consta no mínimo, com os seguintes elementos, quando for o caso:

- a) matrícula e controle de frequência;
- b) abertura e encerramento do ano letivo;
- c) avaliação do rendimento escolar do aluno e do rendimento da Escola;
- d) estatística bimestral e anual, movimento e rendimento escolar;
- e) coletânea de cópia do sistema de avaliação e de exemplares de estudos feitos por professores em função de docência ou especialidade pedagógica;
- f) currículo por série, se for o caso;
- g) legislação de educação em vigor e instruções pertinentes expedidas pelos órgãos próprios;
- h) carga horária efetiva.

Art. 138. Os principais documentos escolares, através de formulários ou fichas própria para registro de vida escolar do aluno, são:

- I. transcrição de dados pessoais;
- II. ficha de matrícula;
- III. diário de Classe;
- IV. histórico Escolar e transferência;
- V. ata de Resultados Finais;
- VI. certificado de conclusão do Ensino Fundamental Regular e/ou via suplência;
- VII. atestado de conclusão das séries iniciais do ensino fundamental via suplência;
- VIII. livros de Registros, livros ponto de funcionários, ocorrências diversas, termos de visitas da Inspeção escolar, expedição de diplomas, certificados ou atestados, atas de: decisões do Conselho de Classe, de incineração de documentos e de Comissão de Professores, dentre outros;
- IX. outros registros que, eventualmente se tornam necessários.

Parágrafo Único. Nos casos de projetos especiais, os registros são feitos em formulários específicos.

#### SEÇÃO II

##### Do Arquivo Escolar

Art. 139. O arquivo garante a preservação dos documentos escolares de modo que os registros possam ser conferidos e comprovados sempre que necessário.

§1º. A localização rápida, a segurança, a flexibilidade, o controle e o sigilo constituem princípios indispensáveis ao perfeito funcionamento do arquivo, os quais devem ser preservados por todos os

funcionários que o manuseiam.

§2º. Os documentos pertencentes ao arquivo não podem ser retiradas da Unidade Escolar sem a prévia autorização expressa do diretor e secretário, cabendo no que couber, as penalidades previstas na legislação.

Art. 140. São funções do arquivo escolar:

- I. satisfazer, de forma prática, às exigências da Escola e do Sistema de Ensino;
- II. constituir-se num centro ativo e dinâmico de informações;
- III. favorecer o ordenação simplicidade do fluxo de arquivamento e as emissão de informações;
- IV. Ser um verdadeiro instrumento de conservação de documentos.

#### SEÇÃO III

##### Da Incineração

Art. 141. A incineração de documentos escolares é vista como um recurso que favorecer a melhor utilização do espaço físico destinado ao arquivo e a preservação dos fatos na vida escolar.

§1º. No caso da Secretaria de Educação vir a utilizar-se técnica de microfilmagem para as escolas Municipais, será respeitado o disposto legal vigente.

§2º. A incineração obedece a legislação vigente e as normas contidas neste Regimento.

Art. 142. O processo de incineração é procedido pelo registro de ata, em livro próprio, discriminando a natureza do documento, o ano letivo, a série, a turma, o grau de ensino, dentre outras, contendo as assinaturas do diretor e secretário.

Art. 143. Lavradas as atas, são incinerados os seguintes documentos escolares e de escrituração:

- a) atestados médicos e outros documentos relativos a professores e de funcionários, após registros nos assentamentos individuais;
- b) quadro de rendimento bimestral, após prazo de validade na Unidade Escolar;
- c) fichas de acompanhamento, dos alunos ao término do curso;
- d) outros, desde que tenha autorização expressa da Secretaria Municipal de Educação.

## TÍTULO V

### Das Disposições Transitórias

Art. 144. O Diretor Escolar e o Conselho de Escola devem adotar as providências necessárias para que este regimento seja divulgado na comunidade escolar, na comunidade local, especialmente entre os pais dos alunos.

Art. 145. Os Estabelecimento de Ensino regidos pelo presente Regimento, podem elaborar normas internas para atender as suas peculiaridades, em seu Projeto Político Pedagógico.

Art. 146. Todas as petições, representantes ou ofícios dirigidos a qualquer autoridade, pelo Conselho de Escola, ou por quaisquer outros membros da comunidade escolar, devem ser encaminhados pelo Diretor Escolar e devidamente informados por este, quando for o caso.

Art. 147. A proposta curricular para os diversos níveis de ensino oferecido devem ter sua fase de elaboração, tomando por base a Política Educacional, Municipal, Estadual e Federal e um Suporte Teórico-Filosófico que conduza a uma prática pedagógica interdisciplinar.

Art. 148. O servidor, em exercício na Unidade Escolar, originário de outros órgãos do serviço público Municipal, Estadual ou Federal, deve ter atribuições compatíveis com as do quadro de funcionários da Escola.

Art. 149. No exercício de suas funções, os funcionários devem comparecer pontual e assiduamente às atividades que lhes forem afetas, cumprindo a jornada de trabalho de acordo com o estabelecido em legislação própria.

Art. 150. A não observância dos deveres dos funcionários é passível de sanções, com base neste Regimento e demais legislações pertinentes, sendo encaminhadas de forma não dissociada da ação educativa e igualitária para o coletivo da Unidade Escolar

Art. 151. Os bens materiais adquiridos com verbas do orçamento público ou recursos da Unidade Escolar fazem parte do patrimônio da Escola, devendo ser registrados em livro próprio.

Art. 152. O funcionário do corpo administrativo da Unidade Escolar tem (30) trinta dias de férias anuais, cuja escala será feita, atendendo as necessidades e interesses da mesma.

Art. 153. O professor em função de docência ou especialidade pedagógica tem o regime, jornada de trabalho e o período de férias definidos em lei específicas, podendo sem prejuízo de seus direitos, permanecerem em recesso no período estabelecido no calendário escolar ou ser convocado pela Unidade Escolar e/ou Secretaria Municipal de Educação.

Art. 154. As Unidades Escolares funcionam em caráter permanente, nos períodos de recesso e férias escolares, devendo elaborar planejamento que garanta os serviços essenciais por ela oferecidos em todos os turnos de funcionamento.

Art. 155. É facultativo o uso de uniformes nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino

Parágrafo Único. A Unidade Escolar que optar sua adoção, após ouvida a comunidade escolar, deve garantir o acesso a todos os alunos às aulas, inclusive providenciando os uniformes para os que não o possuírem.

Art. 156. Todos os participantes da ação educativa devem ser avaliados em momentos individuais e coletivos, devendo assumir a prática da auto e hetero - avaliação.

Art. 157. Além das atribuições contidas neste Regimento, compete aos funcionários executar outras atribuições que lhes forem delegadas, respeitadas a legislação em vigor.

Art. 158. O presente Regimento Unificado pode ser alterado, quando necessário, devendo as alterações propostas ser submetidas à apreciação prévia da Secretaria Municipal de Educação, e só entrarão em vigor no ano letivo seguinte ao de sua aprovação.

Art. 159. Os casos omissos ao presente Regimento Unificado são tratados conforme legislação pertinente ao assunto.

Art. 160. O presente Regimento Unificado das Escolas da Rede Municipal de Ensino entrará em vigor na data de sua aprovação.

Videira, 24 de Novembro de 2010.

Maurício Penso  
Presidente em exercício do Conselho de Educação

DESPACHO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Secretário Municipal de Educação de Videira - SC, no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 38, inciso II e artigo 39, disposto no Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação, em conformidade com o Decreto nº 8977/08 de 24 de Junho de 2007,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Homologar o presente Regimento Unificado Escolar do ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino que entrará em vigor na data de sua publicação.

Videira, 24 de Novembro de 2010.

ROBERTO MARASCHIN PRIMO  
Secretário Municipal de Educação.